PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64/2024

SECRETARIA E/OU DIVISÃO:
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

TIPO DE LICITAÇÃO:
MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.

PRAZO DE VIGÊNCIA:
180 (CENTO E OITENTA) DIAS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E 30 (TRINTA) DIAS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO, A PARTIR DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO.

VALOR:
R$ 113.077,58 (CENTO E TREZE MIL, SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

FORMA DE PAGAMENTO:
O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA), APÓS A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, MEDIANTE CONFERÊNCIA E APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL, ACOMPANHADA DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Artigo 72, inciso I, da Lei N° 14133/21

Três Barras do Paraná, 05 de julho de 2024.

ÁREA REQUISITANTE: **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos**
PARA: **Gabinete do Prefeito Municipal**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO - *Artigo 18, Inciso I, Lei N° 14133/21*

O Município de Três Barras do Paraná possui em sua frota de máquinas a Escavadeira Hidráulica Volvo, modelo: EC140, o qual é utilizada para auxiliar na manutenção e conservação das estradas rurais do Município.

O Município possui licitação para a manutenção da máquina em questão, porém o saldo atual não é suficiente para o reparo completo no motor, visando o perfeito funcionamento do equipamento.

A contratação objetiva atender de forma eficiente as necessidades operacionais do Setor Rodoviário, fornecidos à população, entre outras finalidades as quais são destinados.

Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da contratação descrita, sendo o equipamento ferramenta indispensável para a execução das tarefas diárias do órgão da administração pública, restando evidente o interesse público na contratação.

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - *Artigo 18, Inciso IV, Lei N° 14133/21*

Para o dimensionamento de peças e serviços necessários para colocar a máquina novamente em uso, a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos encaminhou o máquina para a empresa Catervel Mecânia de Máquinas Pesadas, localizada na cidade de Cascavel, para que a mesma elaborasse uma lista de peças e serviços a serem realizados. Esta estando pronta, encaminhou-se para mais duas empresas que atuam no ramo de atividade para

que fosse possível efetuar cotação de preços referentes aos serviços e peças, os quais foram utilizados para cálculo da média a ser investido no conserto.

Dessa forma, o objeto do presente processo deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela a seguir:

LOTE: 01 - PEÇAS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA PEÇA	QUANT	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR TOTAL
1	VOE20459838	PARAFUSO	13	R$ 83,90	R$ 1.090,70
2	VOE20459852	SEDE DE VALVULA	4	R$ 189,78	R$ 759,12
3	VOE21026535	VALVULA ADM	4	R$ 195,32	R$ 781,28
4	VOE21026536	VALVULA ESCAPE	4	R$ 195,32	R$ 781,28
5	VOE20459854	SEDE DE VALVULA	4	R$ 210,03	R$ 840,12
6	VOE20460006	PARAFUSO	5	R$ 18,39	R$ 91,95
7	VOE20459999	BUCHA	4	R$ 278,21	R$ 1.112,84
8	VOE20459998	BUCHA	1	R$ 331,55	R$ 331,55
9	VOE20412745	BUJÃO	4	R$ 17,97	R$ 71,88
10	VOE21305007	PISTÃO/ANEL/PINO	4	R$ 4.059,36	R$ 16.237,44
11	VOE20459853	PARAFUSO	3	R$ 25,89	R$ 77,67
12	VOE20405524	PARAFUSO	8	R$ 19,30	R$ 154,40
13	VOE21345578	VARETA	8	R$ 428,79	R$ 3.430,32
14	VOE20460007	TUCHO DE VALVULA	8	R$ 536,10	R$ 4.288,80
15	VOE20460092	BUCHA	1	R$ 145,61	R$ 145,61
16	VOE20523284	BUCHA DE BIELA	4	R$ 279,65	R$ 1.118,60
17	VOE20459149	ARRUELA	2	R$ 565,31	R$ 1.130,62
18	VOE20459140	BRONZINA DE MANCAL	5	R$ 477,88	R$ 2.389,40
19	VOE20480536	BRONZINA DE BIELA	4	R$ 1.526,95	R$ 6.107,80
20	VOE20459133	PARAFUSO	4	R$ 79,86	R$ 319,44
21	VOE14661334	COXIM	2	R$ 377,01	R$ 754,02
22	VOE14661333	COXIM	2	R$ 377,01	R$ 754,02
23	VOE20726088	BOMBA	1	R$ 5.999,58	R$ 5.999,58
24	VOE11708550	FILTRO	1	R$ 75,61	R$ 75,61
25	VOE11711074	FILTRO	1	R$ 123,45	R$ 123,45
26	VOE11110668	FILTRO	1	R$ 500,28	R$ 500,28
27	VOE20549905	ROLO	4	R$ 241,66	R$ 966,64
28	VOE20460069	CONTROLADOR	1	R$ 1.091,49	R$ 1.091,49
29	SA931310425	ABRAÇADEIRA	1	R$ 116,49	R$ 116,49
30	VOE11110284	FILTRO DE AR	1	R$ 238,31	R$ 238,31
31	VOE11110283	FILTRO DE AR	1	R$ 391,56	R$ 391,56
32	VOE14506004	MANGUEIRA	1	R$ 542,11	R$ 542,11
33	VOE14506007	MANGUEIRA	1	R$ 584,03	R$ 584,03
34	SA931210175	ABRAÇADEIRA	2	R$ 25,83	R$ 51,66

35	VOE20450736	VALVULA TERMOSTATICA	1	R$ 295,32	R$ 295,32
36	VOE21125771	BOMBA AGUA	1	R$ 1.422,35	R$ 1.422,35
37	21305007L	CAMISA	4	R$ 744,49	R$ 2.977,96
38	VOE22088967	TENSOR	1	R$ 832,14	R$ 832,14
39	VOE17418256	CORREIA	1	R$ 327,83	R$ 327,83
40	VOE996518	ROLAMENTO	1	R$ 100,11	R$ 100,11
41	VOE996519	ROLAMENTO	1	R$ 37,83	R$ 37,83
42	VOE21186479	SOLENOIDE	1	R$ 2.442,77	R$ 2.442,77
43	VOE11709635	CORREIA	1	R$ 207,90	R$ 207,90
44	VOE20840772	TRAVA	8	R$ 63,90	R$ 511,20
45	VOE20840807	ARRUELA	8	R$ 182,12	R$ 1.456,96
46	VOE20459857	LUVA	16	R$ 24,13	R$ 386,08
47	VOE21531072	SENSOR	1	R$ 111,13	R$ 111,13
48	VOE20758137	BUJÃO	1	R$ 190,16	R$ 190,16
49	VOE20459220	VALVULA	1	R$ 516,99	R$ 516,99
50	VOE20459204	VALVULA	1	R$ 836,33	R$ 836,33
51	VOE20758403	AQUECEDOR	1	R$ 2.335,74	R$ 2.335,74
52	VOE20460945	TURBINA	1	R$ 5.351,15	R$ 5.351,15
53	VOE20460936	PARAFUSO	1	R$ 19,70	R$ 19,70
54	VOE7025167	PARAFUSO	1	R$ 19,30	R$ 19,30
55	VOE20412318	PRISIONEIRO	4	R$ 18,88	R$ 75,52
56	VOE20459235	PRISIONEIRO	4	R$ 19,14	R$ 76,56
57	VOE20405587	PRISIONEIRO	8	R$ 13,64	R$ 109,12
58	VOE20405847	VÁLVULA	1	R$ 446,35	R$ 446,35
59	VOE20405907	ANEL	12	R$ 1,90	R$ 22,80
60	VOE20405650	CREMALHEIRA	1	R$ 1.440,16	R$ 1.440,16
61	VOE20977068	FILTRO PESCADOR	1	R$ 575,16	R$ 575,16
62	VOE11716555	JG JUNTAS COMPLETO	1	R$ 2.428,21	R$ 2.428,21
63	VOE21707096	RESFRIADOR	1	R$ 946,04	R$ 946,04
64	**********	TRAVA COMANDO	1	R$ 849,08	R$ 849,08
65	**********	GUIA DA FACE BLOCO	2	R$ 44,64	R$ 89,28
66	VOE20460001	PINO GUIA CAPA MANCAL	10	R$ 27,91	R$ 279,10
67	**********	SELO BLOCO	11	R$ 29,76	R$ 327,36
68	VOE21124198	ATUADOR ACELERADOR	1	R$ 8.332,37	R$ 8.332,37
69	VOE20459134	PINO GUIA DA CAPA BIELA	8	R$ 21,48	R$ 171,84
70	VOE20412745	SELO CABEÇOTE	3	R$ 25,62	R$ 76,86
71	**********	VEDA ESCAPE	1	R$ 45,87	R$ 45,87
72	**********	JUNTA LIQUIDA MOTOR	1	R$ 64,89	R$ 64,89
73	**********	BD ÓLEO 15W40	1	R$ 670,33	R$ 670,33
74	**********	ADITIVO RADIADOR	3	R$ 435,00	R$ 1.305,00
				TOTAL PEÇAS:	**R$ 92.160,92**

LOTE: 02 - SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
**ABRIR OLHO BIELA
**PLAINA DO COLETOR 4 CIL
**MANDRILHAR BUCHA BIELA
**ALINHAR BIELA
**RETIFICAR BIELA
**PLAINAR BLOCO
**RETIFICAR CILINDRO BLOCO
**BRUNIR BLOCO
**ENCAMISAR CILINDRO BLOCO
**MANDRILHAR MANCAIS BLOCO
**AJUSTAR FOLGAS E PROJ. PISTÕES BLOCO
**ESMERILHAR VALVULAS CABEÇOTE
**RETIFICAR SEDES CABEÇOTE
**TROCAR/ENCAMISAR GUIAS CABEÇOTE
**SUSBTITUIR SEDES CABEÇOTE
**PLAINAR CABEÇOTE
**TESTAR CABEÇOTE
**LAVAGEM QUIMICA
**ALINHAR EIXO COMANDO
**EMBUCHR EIXO COMANDO
**POLIR EIXO COMANDO
**MANDRILHAR BUCHAS EIXO COMANDO
**MAGNA FLUX VIRABREQUIM
**RETIFICAR VIRABREQUIM
**ENCURTAR BIELA
**ENCAMISAR ALOJ. RETENTOR VIRABREQUIM
**SOLDA ENCHER ALOJAMENTO BOMBA DE OLEO
**CORROX ENGRENAGEM
**SOLDA BOCA SAIDA COLETOR ESCAPE CABEÇOTE
** LIMPEZA RADIADORES DE ÁGUA E ÓLEO.
** SACAR MOTOR E DESMONTAR MOTOR
** REVISAR, MONTAR E INSTALAR MOTOR
** SACAR E INSTALAR BOMBA HIDRÁULICA.
** SACAR E INSTALAR LATARIAS

TOTAL SERVIÇOS:	**R$ 20.916,66**

VALOR GLOBAL:	**R$ 113.077,58**

3. PESQUISA DE PREÇOS – *Artigo 23, Inciso IV e V, Lei N° 14133/21*

Foi realizado pesquisa de preços junto a três empresas que atuam no ramo de atividade pertinente, resultando em um investimento aproximado de R$ 113.077,58 (cento e treze mil, setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

4. PREVISÃO PARA INÍCIO DO SERVIÇOS OU AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

A escavadeira encontra-se desmontada nas dependências da empresa Catervel Mecânica de Máquinas Pesadas, e o conserto do mesmo é de extrema urgência, tendo em vista que a mesma é muito utilizada na manutenção das estradas rurais, tornando-se imprescindível a realização de processo licitatório o mais breve possível.

5. SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Servidores da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

6. ANEXOS

a) Pesquisa de Preços;

b) Estudo Técnico Preliminar.

WALDIR ANTONIO TODESCATTO
Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar, visa apontar a opção com maior viabilidade técnica, eficiente e econômica para o conserto do motor da Escavadeira Hidráulica Volvo EC240, pertencente a frota municipal e a serviço da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos na manutenção das estradas rurais.

1.2. O Município possui licitação para a manutenção mecânica da máquina em questão, porém o saldo atual não é suficiente para cobrir este reparo.

1.3. A contratação objetiva atender as necessidades operacionais do Setor Rodoviário, fornecidos à população, visando prestar serviços de eficiência, entre outras finalidades as quais são destinados.

1.4. Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da contratação descrita, sendo o equipamento ferramenta indispensável para a execução das tarefas diárias do órgão da administração pública, restando evidente o interesse público na contratação.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar possui fulcro na Lei Orçamentária Anual, que prevê despesas com aquisição de material e prestação de serviços para manutenção das máquinas da frota municipal.

2.2. A presente contratação foi inclusa no Plano Anual de Contratações em sua versão alterada 1.3, tendo em vista que o presente processo se trata de uma despesa imprevisível por sua natureza, sendo então necessário expedir o processo nos termos da Lei 14.133/21.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. A máquina encontra-se desmontada na cidade de CASCAVEL-PR, na empresa CATERVEL – MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS, situada na RUA PORTO VELHO, Nº 71 (EM FRENTE A BR 467, KM 4), CASCAVEL-PR, onde poderá ser vistoriada por todas as proponentes.

3.1.2. Os serviços deverão ser prestados na oficina da fornecedora contratada. A prestadora dos serviços inclui retirar a máquina do local onde se encontra no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços emitida pelo setor de compras do Município de Três Barras do Paraná, ficando a cargo da fornecedora, todos os custos para o transporte e carregamento da mesma;

3.1.3. Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento da ordem de serviço.

3.1.4. Os materiais (peças de reposição) deverão ser novos, genuínos ou originais de fábrica da máquina, não sendo aceito os que não apresentarem tal característica;

3.1.5. A prestadora dos serviços será responsável pela garantia dos serviços no prazo de 06 (seis) meses independente de horimetro, bem como garantia de 03 (três) meses contra vícios e defeitos de fabricação das peças substituídas.

3.1.5.1. Após a devolução da máquina à Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, situado a Rua Recife, 912, Centro, Três Barras do Paraná se houver a necessidade de atendimento técnico nos serviços prestados, deverão ser realizados nos locais onde o mesmo se encontra. Quando da solicitação de atendimento no local (chamado técnico), a empresa fornecedora terá que iniciar o atendimento em no máximo um dia útil. Se necessário for a realização do atendimento em prazos diferentes, somente será concedido após análise dos motivos apresentados pela fornecedora, podendo ou não ser aprovado.

3.1.6. Quaisquer despesas inerentes à retirada do local que se encontra e/ou entrega do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora;

3.1.7. Para o bom andamento dos serviços, objeto desta licitação, a licitante deverá manter durante a vigência do contrato, peças e equipamentos suficientes para atender a demanda do Município, bem como técnicos/mecânicos devidamente treinados que possam orientar e atender as solicitações no prazo estipulado.

3.1.8. A Administração Municipal manterá um servidor designado para fiscalização dos serviços objeto deste Edital, o qual deverá comunicar a Administração caso estejam ocorrendo desídia na prestação dos serviços licitados.

3.2. O licitante vencedor deverá entregar os serviços de acordo com as necessidades da Administração Pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.2.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços e peças obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

3.3. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, o serviço ou a peça que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

3.4. Os serviços estarão sujeitos à verificação pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus anexos, principalmente no Termo de Referência, no qual se refere à quantidade e qualidade.

4. DAS PEÇAS (TIPOS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO)

4.1. Para efeitos deste Estudo Técnico Preliminar, entende-se:

4.1.1. PEÇA e ACESSÓRIO GENUÍNO: Material novo e de primeiro uso, produzido e/ou distribuído pelo fabricante/montadora do equipamento, tem garantia e qualidade assegurada pelo mesmo.

4.1.2. PEÇA e ACESSÓRIO ORIGINAL: Material novo, de primeiro uso, não sendo reciclado, recondicionado ou remanufaturado, adquirida de fornecedores alternativos e também pela fabricante do equipamento, possui garantia assegurada pelos mesmos e qualidade de acordo com as normas Técnicas Brasileiras (ABNT).

4.2 A empresa prestadora dos serviços fornecerá todas as peças e materiais

necessários e suficientes ao perfeito funcionamento do equipamento, sendo todas novas e de primeiro uso, não sendo aceitas, sob qualquer hipótese, peças recicladas, recondicionadas ou remanufaturadas.

4.3. Serão substituídas as peças, sempre que necessário, para o perfeito funcionamento do equipamento.

4.4. O Município de Três Barras do Paraná poderá, a qualquer momento, solicitar a verificação das peças e materiais fornecidos.

4.4.1. Todo fornecimento a ser realizado pela fornecedora que não conste na relação de peças constante neste ETP deverá ser precedido de relação das peças e acessórios que necessitarão ser substituídas, o qual será encaminhado para o Município de Três Barras do Paraná, podendo o mesmo ser aprovado ou não.

5. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

5.1. Os serviços de manutenção reparadora serão os seguintes:

a) **MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO EC140** - Fornecimento de peças e serviços (mão de obra) para desmontagem e montagem, serviços de plaina, retífica, limpeza, lavagem química e outros relacionados. Todos os serviços devem obedecer todas as normas relativas como prescreve a ABNT.

5.2. A fornecedora deverá apresentar as peças e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos, bem como as embalagens das peças, acessórios e materiais adquiridos e utilizados.

5.3. A fornecedora deverá fornecer ao Município de Três Barras do Paraná, antes da execução dos serviços, laudo técnico com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas detectados e que não foram solicitados anteriormente.

5.4. Oferecer garantia dos serviços executados por um período mínimo de 06 (seis) meses, independente do horímetro da máquina.

6. DA VISTORIA, CUSTOS COM IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, E DEMAIS DESPESAS

6.1. Os custos com impostos, taxas, fretes e demais despesas serão de responsabilidade da empresa vencedora.

6.2. As empresas interessadas poderão realizar visita técnica no equipamento junto a empresa Catervel – Mecânica de Máquinas Pesadas, para conhecer o estado em que se encontra o motor e os serviços que serão prestados. A máquina está disponível para visitação no endereço Catervel, situada na Rua Porto Velho, nº 71 (em frente a BR 467, KM 4), Cascavel-PR.

6.2.1. Caso a licitante opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser agendada previamente junto ao Departamento de Licitações, no telefone (45) 3235-1212 ou e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, e ser realizada até a data limite para apresentação das propostas. O tempo máximo de duração da Visita Técnica será de 30 minutos.

6.2.1.1. Após realizada a visita técnica será emitido um Atestado de Visita Técnica.

6.2.2. A proponente, através de seu responsável, quando da visita deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta, para que a proponente tome conhecimento das condições da máquina e outras informações necessárias pertinentes à execução do objeto.

6.2.3. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, a visita não será fator de inabilitação da licitante, mas a licitante que optar pela não realização da vistoria não poderá descumprir as obrigações pertinentes ao objeto, alegando o desconhecimento como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços ou qualquer tipo de vantagem das quais não constam no Edital e seus anexos, em decorrência do objeto deste Termo de Referência, devendo apresentar Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. As empresas deverão atender os requisitos como seguem:

a) Atestado de Capacidade Técnica Operacional emitido em favor da proponente que comprove ter prestado para pessoa jurídica de direito público ou privado, serviços iguais ou compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante.

a.1) Entende-se por serviços compatíveis a prestação de serviços que compreendam serviços de manutenção reparadora de motor (material e mão de obra) de máquinas, que atestem a qualidade dos serviços.

b) Atestado de Vistoria Técnica emitido pelo órgão licitador conforme item 6.2. deste ETP ou Declaração Formal de Dispensa de Visita

8. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

8.1. Com relação a estimativa de quantitativos de peças, acessórios, materiais e serviços, foram levantadas as quantidades e os tipos poderão ser substituídas, bem como os tipos de serviços que poderão ser executados durante a execução da manutenção a ser realizada na máquina.

8.2. Foram realizados orçamentos prévios, dos quais originaram-se os preços médios para fixação do preço máximo, conforme segue:

LOTE: 01 - PEÇAS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA PEÇA	QUANT	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR TOTAL
1	VOE20459838	PARAFUSO	13	R$ 83,90	R$ 1.090,70
2	VOE20459852	SEDE DE VALVULA	4	R$ 189,78	R$ 759,12
3	VOE21026535	VALVULA ADM	4	R$ 195,32	R$ 781,28
4	VOE21026536	VALVULA ESCAPE	4	R$ 195,32	R$ 781,28
5	VOE20459854	SEDE DE VALVULA	4	R$ 210,03	R$ 840,12
6	VOE20460006	PARAFUSO	5	R$ 18,39	R$ 91,95
7	VOE20459999	BUCHA	4	R$ 278,21	R$ 1.112,84
8	VOE20459998	BUCHA	1	R$ 331,55	R$ 331,55
9	VOE20412745	BUJÃO	4	R$ 17,97	R$ 71,88

10	VOE21305007	PISTÃO/ANEL/PINO	4	R$ 4.059,36	R$ 16.237,44
11	VOE20459853	PARAFUSO	3	R$ 25,89	R$ 77,67
12	VOE20405524	PARAFUSO	8	R$ 19,30	R$ 154,40
13	VOE21345578	VARETA	8	R$ 428,79	R$ 3.430,32
14	VOE20460007	TUCHO DE VALVULA	8	R$ 536,10	R$ 4.288,80
15	VOE20460092	BUCHA	1	R$ 145,61	R$ 145,61
16	VOE20523284	BUCHA DE BIELA	4	R$ 279,65	R$ 1.118,60
17	VOE20459149	ARRUELA	2	R$ 565,31	R$ 1.130,62
18	VOE20459140	BRONZINA DE MANCAL	5	R$ 477,88	R$ 2.389,40
19	VOE20480536	BRONZINA DE BIELA	4	R$ 1.526,95	R$ 6.107,80
20	VOE20459133	PARAFUSO	4	R$ 79,86	R$ 319,44
21	VOE14661334	COXIM	2	R$ 377,01	R$ 754,02
22	VOE14661333	COXIM	2	R$ 377,01	R$ 754,02
23	VOE20726088	BOMBA	1	R$ 5.999,58	R$ 5.999,58
24	VOE11708550	FILTRO	1	R$ 75,61	R$ 75,61
25	VOE11711074	FILTRO	1	R$ 123,45	R$ 123,45
26	VOE11110668	FILTRO	1	R$ 500,28	R$ 500,28
27	VOE20549905	ROLO	4	R$ 241,66	R$ 966,64
28	VOE20460069	CONTROLADOR	1	R$ 1.091,49	R$ 1.091,49
29	SA931310425	ABRAÇADEIRA	1	R$ 116,49	R$ 116,49
30	VOE11110284	FILTRO DE AR	1	R$ 238,31	R$ 238,31
31	VOE11110283	FILTRO DE AR	1	R$ 391,56	R$ 391,56
32	VOE14506004	MANGUEIRA	1	R$ 542,11	R$ 542,11
33	VOE14506007	MANGUEIRA	1	R$ 584,03	R$ 584,03
34	SA931210175	ABRAÇADEIRA	2	R$ 25,83	R$ 51,66
35	VOE20450736	VALVULA TERMOSTATICA	1	R$ 295,32	R$ 295,32
36	VOE21125771	BOMBA AGUA	1	R$ 1.422,35	R$ 1.422,35
37	21305007L	CAMISA	4	R$ 744,49	R$ 2.977,96
38	VOE22088967	TENSOR	1	R$ 832,14	R$ 832,14
39	VOE17418256	CORREIA	1	R$ 327,83	R$ 327,83
40	VOE996518	ROLAMENTO	1	R$ 100,11	R$ 100,11
41	VOE996519	ROLAMENTO	1	R$ 37,83	R$ 37,83
42	VOE21186479	SOLENOIDE	1	R$ 2.442,77	R$ 2.442,77
43	VOE11709635	CORREIA	1	R$ 207,90	R$ 207,90
44	VOE20840772	TRAVA	8	R$ 63,90	R$ 511,20
45	VOE20840807	ARRUELA	8	R$ 182,12	R$ 1.456,96
46	VOE20459857	LUVA	16	R$ 24,13	R$ 386,08
47	VOE21531072	SENSOR	1	R$ 111,13	R$ 111,13
48	VOE20758137	BUJÃO	1	R$ 190,16	R$ 190,16
49	VOE20459220	VALVULA	1	R$ 516,99	R$ 516,99
50	VOE20459204	VALVULA	1	R$ 836,33	R$ 836,33
51	VOE20758403	AQUECEDOR	1	R$ 2.335,74	R$ 2.335,74
52	VOE20460945	TURBINA	1	R$ 5.351,15	R$ 5.351,15

53	VOE20460936	PARAFUSO	1	R$	19,70	R$	19,70
54	VOE7025167	PARAFUSO	1	R$	19,30	R$	19,30
55	VOE20412318	PRISIONEIRO	4	R$	18,88	R$	75,52
56	VOE20459235	PRISIONEIRO	4	R$	19,14	R$	76,56
57	VOE20405587	PRISIONEIRO	8	R$	13,64	R$	109,12
58	VOE20405847	VÁLVULA	1	R$	446,35	R$	446,35
59	VOE20405907	ANEL	12	R$	1,90	R$	22,80
60	VOE20405650	CREMALHEIRA	1	R$	1.440,16	R$	1.440,16
61	VOE20977068	FILTRO PESCADOR	1	R$	575,16	R$	575,16
62	VOE11716555	JG JUNTAS COMPLETO	1	R$	2.428,21	R$	2.428,21
63	VOE21707096	RESFRIADOR	1	R$	946,04	R$	946,04
64	**********	TRAVA COMANDO	1	R$	849,08	R$	849,08
65	**********	GUIA DA FACE BLOCO	2	R$	44,64	R$	89,28
66	VOE20460001	PINO GUIA CAPA MANCAL	10	R$	27,91	R$	279,10
67	**********	SELO BLOCO	11	R$	29,76	R$	327,36
68	VOE21124198	ATUADOR ACELERADOR	1	R$	8.332,37	R$	8.332,37
69	VOE20459134	PINO GUIA DA CAPA BIELA	8	R$	21,48	R$	171,84
70	VOE20412745	SELO CABEÇOTE	3	R$	25,62	R$	76,86
71	**********	VEDA ESCAPE	1	R$	45,87	R$	45,87
72	**********	JUNTA LIQUIDA MOTOR	1	R$	64,89	R$	64,89
73	**********	BD ÓLEO 15W40	1	R$	670,33	R$	670,33
74	**********	ADITIVO RADIADOR	3	R$	435,00	R$	1.305,00
				TOTAL PEÇAS:		**R$**	**92.160,92**

LOTE: 02 - SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
**ABRIR OLHO BIELA
**PLAINA DO COLETOR 4 CIL
**MANDRILHAR BUCHA BIELA
**ALINHAR BIELA
**RETIFICAR BIELA
**PLAINAR BLOCO
**RETIFICAR CILINDRO BLOCO
**BRUNIR BLOCO
**ENCAMISAR CILINDRO BLOCO
**MANDRILHAR MANCAIS BLOCO
**AJUSTAR FOLGAS E PROJ. PISTÕES BLOCO
**ESMERILHAR VALVULAS CABEÇOTE
**RETIFICAR SEDES CABEÇOTE
**TROCAR/ENCAMISAR GUIAS CABEÇOTE
**SUSBTITUIR SEDES CABEÇOTE
**PLAINAR CABEÇOTE
**TESTAR CABEÇOTE

**LAVAGEM QUIMICA
**ALINHAR EIXO COMANDO
**EMBUCHR EIXO COMANDO
**POLIR EIXO COMANDO
**MANDRILHAR BUCHAS EIXO COMANDO
**MAGNA FLUX VIRABREQUIM
**RETIFICAR VIRABREQUIM
**ENCURTAR BIELA
**ENCAMISAR ALOJ. RETENTOR VIRABREQUIM
**SOLDA ENCHER ALOJAMENTO BOMBA DE OLEO
**CORROX ENGRENAGEM
**SOLDA BOCA SAIDA COLETOR ESCAPE CABEÇOTE
** LIMPEZA RADIADORES DE ÁGUA E ÓLEO.
** SACAR MOTOR E DESMONTAR MOTOR
** REVISAR, MONTAR E INSTALAR MOTOR
** SACAR E INSTALAR BOMBA HIDRÁULICA.
** SACAR E INSTALAR LATARIAS

TOTAL SERVIÇOS:	**R$ 20.916,66**

VALOR GLOBAL:	**R$ 113.077,58**

Obs.: Se apresentar alguma marca nos materiais, peças e acessórios na tabela acima apresentada é meramente informativa, a qual poderá ser utilizada para identificar com mais precisão a peça, material ou acessório indicado.

8.3. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

8.3.1. O valor total dos itens deste Termo de Referência somam a importância de **R$ 113.077,58** (cento e treze mil, setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

8.4. A empresa licitante que apresentar os valores superiores aos valores apresentados no item **8.3** deste ETP será desclassificada automaticamente do lote que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação da etapa de lances, independentemente se o valor do lote estiver abaixo do valor total apresentado.

8.5. Os preços serão fixos e irreajustáveis, expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

9.1. A contratação trata-se de serviço específico, tendo em vista as peças e os serviços que deverão ser executados para que a máquina possa voltar a ser utilizado para desenvolver as tarefas para as quais se destina, porém por se tratar de um conserto, é praticamente impossível encontrar em sites especializados algo de mesma natureza e complexidade.

9.2. A pesquisa de preço se baseou em orçamentos de empresas que atuam no ramo de atividade pertinente, e que executam consertos desta natureza, levando em conta sua complexidade e o tipo de equipamento e mão de obra a ser usada.

9.3. As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

10.1. A Estimativa do valor da contratação é de **R$ 113.077,58** (cento e treze mil, setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), conforme descritivo de itens, quantidade e valores do item 8 do presente ETP.

10.2. O valor estimado para composição de preços tomou como base a pesquisa de mercado, com 03 fornecedores do ramo de atividade pertinente.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

11.1. Contratação de empresa para conserto do motor da escavadeira Hidráulica Volvo Modelo EC140, no prazo de 30 (trinta) dias nos termos quantitativos e qualitativos do presente Estudo Técnico Preliminar.

12. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

12.1. O objeto caracterizado neste ETP tem padrão de qualidade e desempenho definidos objetivamente, além de tratar-se de objeto disponível no mercado. Desse modo, consoante previsão legal, justifica-se que o certame licitatório deverá ser processado com o tipo de avaliação "menor preço global", uma vez que, a consecução do objeto em vários contratos, maximizaria a influência de fatores que contribuiriam para tornar mais dispendiosa a contratação como o atraso de entrega de peças e a demora na execução dos serviços por culpa de outros fornecedores, dificultando assim o acompanhamento e a fiscalização dos contratos, sobretudo considerando a escassez de mão de obra disponível para executar tais atividades no Município de Três Barras do Paraná, justificando assim a avaliação por lote.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

13.1. Receber o objeto do presente Estudo Técnico preliminar com a melhor qualidade possível, na quantidade correta e dentro do prazo desejado, para atender a secretaria solicitante e garantir a qualidade na execução das tarefas dos serviços de Saúde.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

14.1. Todas as providências necessárias foram adotadas, com antecedência, além de que com os itens a serem contratados, os quantitativos da presente contratação estão de acordo com as necessidades apresentadas pela Secretaria solicitante para o bom desempenho dos serviços de saúde.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

15.1. Em análise da contratação desejada, constatou-se que não haverá contratações correlatas ou interdependentes.

16. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

16.1. Neste caso não se vislumbra impacto ambiental, uma vez que o serviço será realizado na sede da CONTRATADA e a mesma será responsável pelo descarte correto dos resíduos que por ventura venham a existir.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

17.1. Diante do exposto, conclui-se, sobre a viabilidade de realização de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, na natureza registro de preços, do tipo menor preço, no regime de contratação global, visando a aquisição de peças e prestação de serviços para manutenção do motor da Escavadeira Volvo EC 140, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbano, por um máximo de 30 dias corridos, nos termos do presente Estudo Técnico Preliminar.

Três Barras do Paraná, 05 de julho de 2024.

WALDIR ANTONIO TODESCATTO
Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

WILLIAN WRZESINSKI E CIA LTDA
CNPJ: 31.634.435/0001-11 CCE: 90793763-18
RUA XAXIM 444 CENTRO QUEDAS DO IGUAÇU – PR
CEP: 85460-000 FONE: (46) 99907-9470
EMAIL: willian_ew@hotmail.com

ORÇAMENTO

A/C MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ;

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	VOE20459838	PARAFUSO	13	90,00	1.170,00
2	VOE20459852	SEDE DE VALVULA	4	200,00	800,00
3	VOE21026535	VALVULA ADM	4	200,00	800,00
4	VOE21026536	VALVULA ESCAPE	4	200,00	800,00
5	VOE20459854	SEDE DE VALVULA	4	220,00	880,00
6	VOE20460006	PARAFUSO	5	20,00	100,00
7	VOE20459999	BUCHA	4	290,00	1.160,00
8	VOE20459998	BUCHA	1	350,00	350,00
9	VOE20412745	BUJÃO	4	20,00	80,00
10	VOE21305007	PISTÃO/ANEL/PINO	4	4.200,00	16.800,00
11	VOE20459853	PARAFUSO	3	30,00	90,00
12	VOE20405524	PARAFUSO	8	20,00	160,00
13	VOE21345578	VARETA	8	450,00	3.600,00
14	VOE20460007	TUCHO DE VALVULA	8	560,00	4.480,00
15	VOE20460092	BUCHA	1	150,00	150,00
16	VOE20523284	BUCHA DE BIELA	4	290,00	1.160,00
17	VOE20459149	ARRUELA	2	590,00	1.180,00
18	VOE20459140	BRONZINA DE MANCAL	5	500,00	2.500,00
19	VOE20480536	BRONZINA DE BIELA	4	1.580,00	6.320,00
20	VOE20459133	PARAFUSO	4	80,00	320,00
21	VOE14661334	COXIM	2	390,00	780,00
22	VOE14661333	COXIM	2	390,00	780,00
23	VOE20726088	BOMBA	1	6.100,00	6.100,00
24	VOE11708550	FILTRO	1	80,00	80,00
25	VOE11711074	FILTRO	1	130,00	130,00
26	VOE11110668	FILTRO	1	520,00	520,00
27	VOE20549905	ROLO	4	250,00	1.000,00
28	VOE20460069	CONTROLADOR	1	1.150,00	1.150,00
29	SA931310425	ABRAÇADEIRA	1	120,00	120,00
30	VOE11110284	FILTRO DE AR	1	250,00	250,00
31	VOE11110283	FILTRO DE AR	1	400,00	400,00
32	VOE14506004	MANGUEIRA	1	550,00	550,00
33	VOE14506007	MANGUEIRA	1	600,00	600,00
34	SA931210175	ABRAÇADEIRA	2	30,00	60,00
35	VOE20450736	VALVULA TERMOSTATI	1	300,00	300,00
36	VOE21125771	BOMBA AGUA	1	1.450,00	1.450,00
37	21305007L	CAMISA	4	770,00	3.080,00
38	VOE22088967	TENSOR	1	850,00	850,00
39	VOE17418256	CORREIA	1	340,00	340,00
40	VOE996518	ROLAMENTO	1	100,00	100,00
41	VOE996519	ROLAMENTO	1	40,00	40,00
42	VOE21186479	SOLENOIDE	1	2.500,00	2.500,00
43	VOE11709635	CORREIA	1	210,00	210,00
44	VOE20840772	TRAVA	8	65,00	520,00

WILLIAN WRZESINSKI E CIA LTDA
CNPJ: 31.634.435/0001-11 CCE: 90793763-18
RUA XAXIM 444 CENTRO QUEDAS DO IGUAÇU – PR
CEP: 85460-000 FONE: (46) 99907-9470
EMAIL: willian_ew@hotmail.com

ORÇAMENTO

A/C MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ;

45	VOE20840807	ARRUELA	8	190,00	1.520,00
46	VOE20459857	LUVA	16	25,00	400,00
47	VOE21531072	SENSOR	1	115,00	115,00
48	VOE20758137	BUJÃO	1	200,00	200,00
49	VOE20459220	VALVULA	1	530,00	530,00
50	VOE20459204	VALVULA	1	865,00	865,00
51	VOE20758403	AQUECEDOR	1	2.400,00	2.400,00
52	VOE20460946	TURBINA	1	5.540,00	5.540,00
53	VOE20460936	PARAFUSO	1	20,00	20,00
54	VOE7025167	PARAFUSO	1	20,00	20,00
55	VOE20412318	PRISIONEIRO	4	20,00	80,00
56	VOE20459235	PRISIONEIRO	4	20,00	80,00
57	VOE20405587	PRISIONEIRO	8	15,00	120,00
58	VOE20405847	VALVULA	1	460,00	460,00
59	VOE20405907	ANEL	12	2,00	24,00
60	VOE20405650	CREMALHEIRA	1	1.490,00	1.490,00
61	VOE20977068	FILTRO PESCADOR	1	595,00	595,00
62	VOE11716555	IG JUNTA COMPLETO	1	2.500,00	2.500,00
63	VOE21707096	RESFRIADOR	1	980,00	980,00
64	******	TRAVA COMANDO	1	880,00	880,00
65	******	GUIA FACE BLOCO	2	45,00	90,00
66	VOE20460001	PINO GUIA MANCAL	10	30,00	300,00
67	******	SELO BLOCO	11	30,00	330,00
68	VOE21124198	ATUADOR ACELERADOR	1	8.500,00	8.500,00
69	VOE20459134	PINO GUIA BIELA	8	20,00	160,00
70	VOE20412745	SELO CABEÇOTE	3	25,00	75,00
71	******	VEDA ESCAPE	1	45,00	45,00
72	******	JUNTA LIQUIDA MOTOR	1	65,00	65,00
73	******	BD OLEO 15W40	1	700,00	700,00
74	******	ADITIVO RADIADOR	3	450,00	1.350,00
				TOTAL	95.644,00

CNPJ
31.634.435/0001-11
WILLIAN WRZESINSKI E CIA LTDA
Rua Xaxim, 444 Stel Centro
85.460-000 - Quedas do Iguaçu - PR

WILLIAN WRZESINSKI E CIA LTDA
CNPJ: 31.634.435/0001-11 CCE: 90793763-18
RUA XAXIM 444 CENTRO QUEDAS DO IGUAÇU – PR
CEP: 85460-000 FONE: (46) 99907-9470
EMAIL: willian_ew@hotmail.com

ORÇAMENTO

A/C MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ;

SERVIÇO DE RETIFICA

- ABRIR OLHO BIELA
- PLAINAR COLETOR
- MANDRILHAR BUCHA BIELA
- ALINHAR BIELA
- RETIFICAR BIELA
- PLAINAR BLOCO
- RETIFICAR CILINDRO BLOCO
- BRUNIR BLOCO
- ENCAMISAR CILINDRO BLOCO
- MANDRILHAR MANCAIS BLOCO
- AJUSTAR FOLGAS
- ESMERILHAR VALVULAS CABEÇOTE
- RETIFICAR SEDE CABEÇOTE
- ENCAMISAR CABEÇOTE
- SUBSTITUIR SEDE CABEÇOTE
- PLAINAR CABEÇOTE
- TESTAR CABEÇOTE
- LAVAGEM QUIMICA
- ALINHAR EIXO COMANDO
- EMBUCHAR EIXO COMANDO
- POLIR EIXO COMANDO
- MANDRILHAR BUCHAS EIXO COMANDO
- MAGNA FLUX VIRABREQUIM
- RETIFICAR VIRABREQUIM

WILLIAN WRZESINSKI E CIA LTDA
CNPJ: 31.634.435/0001-11 CCE: 90793763-18
RUA XAXIM 444 CENTRO QUEDAS DO IGUAÇU – PR
CEP: 85460-000 FONE: (46) 99907-9470
EMAIL: willian_ew@hotmail.com

ORÇAMENTO

A/C MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ;

- ENCURTAR BIELA

- ENCAMISAR ALOJAMENTO RETENTOR VIRABREQUIM

- SOLDA ENCHER ALOJAMENTO BOMBA ÓLEO

- CORROX ENGRENAGEM

- SOLDA BOCA SAIDA COLETOR ESCAPE CABEÇOTE

- LIMPEZA RADIADOES AGUA E ÓLEO

- SACAR MOTOR E DESMONTAR MOTOR

- REVISAR, MONTAR E INSTALAR MOTOR

- SACAR R INSTALAR BOMBA HIDRÁULICA

- SACAR E INSTALAR LATARIAS.

TOTAL VALOR DOS SERVIÇOS R$ 20.000,00

VALOR TOTAL GERAL R$ 115.644,00

QUEDAS DO IGUAÇU – PR, 05 DE JULHO DE 2024.

WILLIAN WRZESINSKI E CIA LTDA
CNPJ: 31.634.435/0001-11

CNPJ
31.634.435/0001-11
WILLIAN WRZESINSKI
& CIA LTDA
Rua Xaxim, 444 - Sala 1 - Centro
85.460-000 - Quedas do Iguaçu - PR



CATERVEL

COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 00.778.049/0001-70 INSC. EST.: 410.15450-11
MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS FONE/FAX: (0XX45)3227-4844
RUA PORTO VELHO, 71 (EM FRENTE A BR 467, KM 4) - CEP 85816-160 - CASCAVEL - PR

CASCAVEL, 11 DE JUNHO DE 2024.

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS	
CNPJ: 78.121.936/0001-68	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO: Av. Brasil, 245	BAIRRO:
CEP: 85485-000	ESTADO: PARANA
MUNICÍPIO: TRES BARRAS	FONE/FAX:

MARCA: VOLVO

MODELO: EC140

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	VOE20459838	PARAFUSO	13	R$ 85,12	R$ 1.106,53
2	VOE20459852	SEDE DE VALVULA	4	R$ 194,40	R$ 777,58
3	VOE21026535	VALVULA ADM	4	R$ 203,15	R$ 812,58
4	VOE21026536	VALVULA ESCAPE	4	R$ 203,15	R$ 812,58
5	VOE20459854	SEDE DE VALVULA	4	R$ 215,84	R$ 863,36
6	VOE20460006	PARAFUSO	5	R$ 18,52	R$ 92,60
7	VOE20459999	BUCHA	4	R$ 286,65	R$ 1.146,60
8	VOE20459998	BUCHA	1	R$ 339,30	R$ 339,30
9	VOE20412745	BUJÃO	4	R$ 17,86	R$ 71,45
10	VOE21305007	PISTÃO/ANEL/PINO	4	R$ 4.199,00	R$ 16.796,00
11	VOE20459853	PARAFUSO	3	R$ 25,10	R$ 75,30
12	VOE20405524	PARAFUSO	8	R$ 19,95	R$ 159,60
13	VOE21345578	VARETA	8	R$ 440,20	R$ 3.521,56
14	VOE20460007	TUCHO DE VALVULA	8	R$ 551,75	R$ 4.413,98
15	VOE20460092	BUCHA	1	R$ 150,97	R$ 150,97
16	VOE20523284	BUCHA DE BIELA	4	R$ 288,93	R$ 1.155,71
17	VOE20459149	ARRUELA	2	R$ 582,08	R$ 1.164,15
18	VOE20459140	BRONZINA DE MANCAL	5	R$ 491,40	R$ 2.457,00
19	VOE20480536	BRONZINA DE BIELA	4	R$ 1.579,50	R$ 6.318,00
20	VOE20459133	PARAFUSO	4	R$ 83,99	R$ 335,95
21	VOE14661334	COXIM	2	R$ 390,03	R$ 780,06
22	VOE14661333	COXIM	2	R$ 390,03	R$ 780,06
23	VOE20726088	BOMBA	1	R$ 6.262,50	R$ 6.262,50
24	VOE11708550	FILTRO	1	R$ 77,28	R$ 77,28



CATERVEL

COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 00.778.049/0001-70 INSC. EST.: 410.15450-11
MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS **FONE/FAX: (0XX45)3227-4844**
RUA PORTO VELHO, 71 (EM FRENTE A BR 467, KM 4) - CEP 85816-160 - CASCAVEL - PR

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
25	VOE11711074	FILTRO	1	R$ 126,50	R$ 126,50
26	VOE11110668	FILTRO	1	R$ 516,24	R$ 516,24
27	VOE20549905	ROLO	4	R$ 250,00	R$ 1.000,00
28	VOE20460069	CONTROLADOR	1	R$ 1.118,15	R$ 1.118,15
29	SA931310425	ABRAÇADEIRA	1	R$ 120,78	R$ 120,78
30	VOE11110284	FILTRO DE AR	1	R$ 244,71	R$ 244,71
31	VOE11110283	FILTRO DE AR	1	R$ 407,73	R$ 407,73
32	VOE14506004	MANGUEIRA	1	R$ 566,49	R$ 566,49
33	VOE14506007	MANGUEIRA	1	R$ 606,37	R$ 606,37
34	SA931210175	ABRAÇADEIRA	2	R$ 25,00	R$ 50,00
35	VOE20450736	VALVULA TERMOSTATICA	1	R$ 308,41	R$ 308,41
36	VOE21125771	BOMBA AGUA	1	R$ 1.482,66	R$ 1.482,66
37	21305007L	CAMISA	4	R$ 770,25	R$ 3.081,00
38	VOE22088967	TENSOR	1	R$ 866,54	R$ 866,54
39	VOE17418256	CORREIA	1	R$ 338,68	R$ 338,68
40	VOE996518	ROLAMENTO	1	R$ 105,45	R$ 105,45
41	VOE996519	ROLAMENTO	1	R$ 38,69	R$ 38,69
42	VOE21186479	SOLENOIDE	1	R$ 2.541,22	R$ 2.541,22
43	VOE11709635	CORREIA	1	R$ 217,74	R$ 217,74
44	VOE20840772	TRAVA	8	R$ 66,69	R$ 533,52
45	VOE20840807	ARRUELA	8	R$ 187,57	R$ 1.500,58
46	VOE20459857	LUVA	16	R$ 24,95	R$ 399,13
47	VOE21531072	SENSOR	1	R$ 114,95	R$ 114,95
48	VOE20758137	BUJÃO	1	R$ 195,00	R$ 195,00
49	VOE20459220	VALVULA	1	R$ 537,36	R$ 537,36
50	VOE20459204	VALVULA	1	R$ 865,27	R$ 865,27
51	VOE20758403	AQUECEDOR	1	R$ 2.424,86	R$ 2.424,86
52	VOE20460945	TURBINA	1	R$ 5.533,40	R$ 5.533,40
53	VOE20460936	PARAFUSO	1	R$ 20,59	R$ 20,59
54	VOE7025167	PARAFUSO	1	R$ 19,95	R$ 19,95
55	VOE20412318	PRISIONEIRO	4	R$ 19,29	R$ 77,14
56	VOE20459235	PRISIONEIRO	4	R$ 19,70	R$ 78,78
57	VOE20405587	PRISIONEIRO	8	R$ 13,65	R$ 109,20
58	VOE20405847	VÁLVULA	1	R$ 462,66	R$ 462,66
59	VOE20405907	ANEL	12	R$ 1,95	R$ 23,40
60	VOE20405650	CREMALHEIRA	1	R$ 1.489,74	R$ 1.489,74
61	VOE20977068	FILTRO PESCADOR	1	R$ 595,00	R$ 595,00
62	VOE11716555	JG JUNTAS COMPLETO	1	R$ 2.518,23	R$ 2.518,23
63	VOE21707096	RESFRIADOR	1	R$ 977,96	R$ 977,96
64	**********	TRAVA COMANDO	1	R$ 877,50	R$ 877,50



CATERVEL

COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 00.778.049/0001-70 INSC. EST.: 410.15450-11
MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS **FONE/FAX: (0XX45)3227-4844**
RUA PORTO VELHO, 71 (EM FRENTE A BR 467, KM 4) - CEP 85816-160 - CASCAVEL - PR

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
65	**********	GUIA DA FACE BLOCO	2	R$ 46,80	R$ 93,60
66	VOE20460001	PINO GUIA CAPA MANCAL	10	R$ 28,28	R$ 282,75
67	**********	SELO BLOCO	11	R$ 31,20	R$ 343,20
68	VOE21124198	ATUADOR ACELERADOR	1	R$ 8.682,69	R$ 8.682,69
69	VOE20459134	PINO GUIA DA CAPA BIELA	8	R$ 23,40	R$ 187,20
70	VOE20412745	SELO CABEÇOTE	3	R$ 27,30	R$ 81,90
71	**********	VEDA ESCAPE	1	R$ 48,75	R$ 48,75
72	**********	JUNTA LIQUIDA MOTOR	1	R$ 68,25	R$ 68,25
73	**********	BD ÓLEO 15W40	1	R$ 690,00	R$ 690,00
74	**********	ADITIVO RADIADOR	3	R$ 450,00	R$ 1.350,00
				TOTAL PEÇAS	R$ 95.390,03



CATERVEL

COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 00.778.049/0001-70 INSC. EST.: 410.15450-11
MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS **FONE/FAX: (0XX45)3227-4844**
RUA PORTO VELHO, 71 (EM FRENTE A BR 467, KM 4) - CEP 85816-160 - CASCAVEL - PR

SERVIÇOS DE RETIFICA	
**ABRIR OLHO BIELA	1
**PLAINA DO COLETOR 4 CIL	2
**MANDRILHAR BUCHA BIELA	3
**ALINHAR BIELA	4
**RETIFICAR BIELA	5
**PLAINAR BLOCO	6
**RETIFICAR CILINDRO BLOCO	7
**BRUNIR BLOCO	8
**[illegible]CAMISAR CILINDRO BLOCO	9
**MANDRILHAR MANCAIS BLOCO	10
**AJUSTAR FOLGAS E PROJ. PISTÕES BLOCO	11
**ESMERILHAR VALVULAS CABEÇOTE	12
**RETIFICAR SEDES CABEÇOTE	13
**TROCAR/ENCAMISAR GUIAS CABEÇOTE	14
**SUSBTITUIR SEDES CABEÇOTE	15
**PLAINAR CABEÇOTE	16
**TESTAR CABEÇOTE	17
**LAVAGEM QUIMICA	18
**ALINHAR EIXO COMANDO	19
**EMBUCHR EIXO COMANDO	20
**POLIR EIXO COMANDO	21
**MANDRILHAR BUCHAS EIXO COMANDO	22
**MAGNA FLUX VIRABREQUIM	23
**RETIFICAR VIRABREQUIM	24
**[illegible]CURTAR BIELA	25
**ENCAMISAR ALOJ. RETENTOR VIRABREQUIM	26
**SOLDA ENCHER ALOJAMENTO BOMBA DE OLEO	27
**CORROX ENGRENAGEM	28
**SOLDA BOCA SAIDA COLETOR ESCAPE CABEÇOTE	29
** LIMPEZA RADIADORES DE ÁGUA E ÓLEO.	30
** SACAR MOTOR E DESMONTAR MOTOR	31
** REVISAR, MONTAR E INSTALAR MOTOR	32
** SACAR E INSTALAR BOMBA HIDRÁULICA.	33
** SACAR E INSTALAR LATARIAS	34

TOTAL SERVIÇO	**R$**	**22.500,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**117.890,63**



BUSATA MÁQUINAS LTDA

CNPJ: 30.120.682/0001-63

ORÇAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS

PEÇAS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	VOE20459838	PARAFUSO	13	R$ 85,12	R$ 1.106,53
2	VOE20459852	SEDE DE VALVULA	4	R$ 194,40	R$ 777,58
3	VOE21026535	VALVULA ADM	4	R$ 203,15	R$ 812,58
4	VOE21026536	VALVULA ESCAPE	4	R$ 203,15	R$ 812,58
5	VOE20459854	SEDE DE VALVULA	4	R$ 215,84	R$ 863,36
6	VOE20460006	PARAFUSO	5	R$ 18,52	R$ 92,60
7	VOE20459999	BUCHA	4	R$ 286,65	R$ 1.146,60
8	VOE20459998	BUCHA	1	R$ 339,30	R$ 339,30
9	VOE20412745	BUJÃO	4	R$ 17,86	R$ 71,45
10	VOE21305007	PISTÃO/ANEL/PINO	4	R$ 4.199,00	R$ 16.796,00
11	VOE20459853	PARAFUSO	3	R$ 25,10	R$ 75,30
12	VOE20405524	PARAFUSO	8	R$ 19,95	R$ 159,60
13	VOE21345578	VARETA	8	R$ 440,20	R$ 3.521,56
14	VOE20460007	TUCHO DE VALVULA	8	R$ 551,75	R$ 4.413,98
15	VOE20460092	BUCHA	1	R$ 150,97	R$ 150,97
16	VOE20523284	BUCHA DE BIELA	4	R$ 288,93	R$ 1.155,71
17	VOE20459149	ARRUELA	2	R$ 582,08	R$ 1.164,15
18	VOE20459140	BRONZINA DE MANCAL	5	R$ 491,40	R$ 2.457,00
19	VOE20480536	BRONZINA DE BIELA	4	R$ 1.579,50	R$ 6.318,00
20	VOE20459133	PARAFUSO	4	R$ 83,99	R$ 335,95
21	VOE14661334	COXIM	2	R$ 390,03	R$ 780,06
22	VOE14661333	COXIM	2	R$ 390,03	R$ 780,06
23	VOE20726088	BOMBA	1	R$ 6.262,50	R$ 6.262,50
24	VOE11708550	FILTRO	1	R$ 77,28	R$ 77,28
25	VOE11711074	FILTRO	1	R$ 126,50	R$ 126,50
26	VOE11110668	FILTRO	1	R$ 516,24	R$ 516,24
27	VOE20549905	ROLO	4	R$ 250,00	R$ 1.000,00
28	VOE20460069	CONTROLADOR	1	R$ 1.118,15	R$ 1.118,15
29	SA931310425	ABRAÇADEIRA	1	R$ 120,78	R$ 120,78
30	VOE11110284	FILTRO DE AR	1	R$ 244,71	R$ 244,71
31	VOE11110283	FILTRO DE AR	1	R$ 407,73	R$ 407,73
32	VOE14506004	MANGUEIRA	1	R$ 566,49	R$ 566,49
33	VOE14506007	MANGUEIRA	1	R$ 606,37	R$ 606,37
34	SA931210175	ABRAÇADEIRA	2	R$ 25,00	R$ 50,00
35	VOE20450736	VALVULA TERMOSTATICA	1	R$ 308,41	R$ 308,41
36	VOE21125771	BOMBA AGUA	1	R$ 1.482,66	R$ 1.482,66
37	21305007L	CAMISA	4	R$ 770,25	R$ 3.081,00
38	VOE22088967	TENSOR	1	R$ 866,54	R$ 866,54
39	VOE17418256	CORREIA	1	R$ 338,68	R$ 338,68
40	VOE996518	ROLAMENTO	1	R$ 105,45	R$ 105,45
41	VOE996519	ROLAMENTO	1	R$ 38,69	R$ 38,69
42	VOE21186479	SOLENOIDE	1	R$ 2.541,22	R$ 2.541,22
43	VOE11709635	CORREIA	1	R$ 217,74	R$ 217,74
44	VOE20840772	TRAVA	8	R$ 66,69	R$ 533,52
45	VOE20840807	ARRUELA	8	R$ 187,57	R$ 1.500,58
46	VOE20459857	LUVA	16	R$ 24,95	R$ 399,13
47	VOE21531072	SENSOR	1	R$ 114,95	R$ 114,95
48	VOE20758137	BUJÃO	1	R$ 195,00	R$ 195,00

49	VOE20459220	VALVULA	1	R$	537,36	R$	537,36
50	VOE20459204	VALVULA	1	R$	865,27	R$	865,27
51	VOE20758403	AQUECEDOR	1	R$	2.424,86	R$	2.424,86
52	VOE20460945	TURBINA	1	R$	5.533,40	R$	5.533,40
53	VOE20460936	PARAFUSO	1	R$	20,59	R$	20,59
54	VOE7025167	PARAFUSO	1	R$	19,95	R$	19,95
55	VOE20412318	PRISIONEIRO	4	R$	19,29	R$	77,14
56	VOE20459235	PRISIONEIRO	4	R$	19,70	R$	78,78
57	VOE20405587	PRISIONEIRO	8	R$	13,65	R$	109,20
58	VOE20405847	VÁLVULA	1	R$	462,66	R$	462,66
59	VOE20405907	ANEL	12	R$	1,95	R$	23,40
60	VOE20405650	CREMALHEIRA	1	R$	1.489,74	R$	1.489,74
61	VOE20977068	FILTRO PESCADOR	1	R$	595,00	R$	595,00
62	VOE11716555	JG JUNTAS COMPLETO	1	R$	2.518,23	R$	2.518,23
63	VOE21707096	RESFRIADOR	1	R$	977,96	R$	977,96
64	**********	TRAVA COMANDO	1	R$	877,50	R$	877,50
65	**********	GUIA DA FACE BLOCO	2	R$	46,80	R$	93,60
66	VOE20460001	PINO GUIA CAPA MANCAL	10	R$	28,28	R$	282,75
67	**********	SELO BLOCO	11	R$	31,20	R$	343,20
68	VOE21124198	ATUADOR ACELERADOR	1	R$	8.682,69	R$	8.682,69
69	VOE20459134	PINO GUIA DA CAPA BIELA	8	R$	23,40	R$	187,20
70	VOE20412745	SELO CABEÇOTE	3	R$	27,30	R$	81,90
71	**********	VEDA ESCAPE	1	R$	48,75	R$	48,75
72	**********	JUNTA LIQUIDA MOTOR	1	R$	68,25	R$	68,25
73	**********	BD ÓLEO 15W40	1	R$	690,00	R$	690,00
74	**********	ADITIVO RADIADOR	3	R$	450,00	R$	1.350,00

TOTAL DE PEÇAS: R$:95.390,00

BUSATA MAQUINAS

MÃO DE OBRA:

**ABRIR OLHO BIELA
**PLAINA DO COLETOR 4 CIL
**MANDRILHAR BUCHA BIELA
**ALINHAR BIELA
**RETIFICAR BIELA
**PLAINAR BLOCO
**RETIFICAR CILINDRO BLOCO
**BRUNIR BLOCO
**ENCAMISAR CILINDRO BLOCO
**MANDRILHAR MANCAIS BLOCO
**AJUSTAR FOLGAS E PROJ. PISTOES BLOCO
**ESMERILHAR VALVULAS CABEÇOTE
**RETIFICAR SEDES CABEÇOTE
**TROCAR/ENCAMISAR GUIAS CABEÇOTE
**SUSBTITUIR SEDES CABEÇOTE
**PLAINAR CABEÇOTE
**TESTAR CABEÇOTE
**LAVAGEM QUIMICA
**ALINHAR EIXO COMANDO
**EMBUCHR EIXO COMANDO
**POLIR EIXO COMANDO
**MANDRILHAR BUCHAS EIXO COMANDO
**MAGNA FLUX VIRABREQUIM
**RETIFICAR VIRABREQUIM
**ENCURTAR BIELA
**ENCAMISAR ALOJ. RETENTOR VIRABREQUIM
**SOLDA ENCHER ALOJAMENTO BOMBA DE OLEO
**CORROX ENGRENAGEM
**SOLDA BOCA SAIDA COLETOR ESCAPE CABEÇOTE
** LIMPEZA RADIADORES DE ÁGUA E ÓLEO.
** SACAR MOTOR E DESMONTAR MOTOR
** REVISAR, MONTAR E INSTALAR MOTOR
** SACAR E INSTALAR BOMBA HIDRÁULICA
** SACAR E INSTALAR LATARIAS

VALOR TOTAL MÃO DE OBRA: R$:22.500,00

TOTAL DO ORÇAMENTO: R$:117.890,00

DESCONTO: 10%

TOTAL COM DESCONTO: R$:106.101,00

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 05 de julho de 2024.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Contabilidade**
Secretaria da Fazenda
Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
Departamento de Licitações
Assessoria Jurídica

Considerando a aprovação do Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS**, os autos do presente processo deverão tramitar pelos seguintes Departamentos:

1 – Departamento de Contabilidade para indicação de recursos de ordem orçamentária para a despesa;

2 – Secretaria da Fazenda para elaboração e aprovação de demonstrativo do impacto financeiro;

3 – Encaminhe-se os autos para a Secretaria demandante para elaboração do Termo de Referência contemplando os recursos de ordem orçamentária;

4 – Concluso os documentos constantes nos itens "01 ao 03", retorne-me os autos para aprovação do Termo de Referência e, após encaminhem-se para o Departamento de Licitações para elaboração da Minuta do Edital e Minuta de Contrato;

5 – Parecer Jurídico analisando as etapas do processo licitatório;

6 - Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 10 de julho de 2024.

De: Dpto de Contabilidade
Para: Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao contido no Processo Administrativo sob nº 064/2024, em especial, a página nº 029, informa a existência de previsão orçamentária suficiente para a realização das despesas pretendidas até o limite requerido, ou seja, R$ 113.077,58 (cento e treze mil, setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), conforme dotações abaixo relacionadas:

a) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00

b) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

Atenciosamente,

Leomar A. Rotta
Contador
CRC Nº PR - 052743/O

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná-PR, 10 de julho de 2024.

De: **Secretaria Municipal da Fazenda**
Para: **Departamento de Licitações**

De posse do Processo Administrativo com o objetivo de "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS", passamos a analisar o impacto orçamentário financeiro.

Consta no processo a informação do Departamento de Contabilidade, a qual relata a existência de dotação orçamentária suficiente para a contabilização do valor requerido.

O valor máximo apresentado na solicitação da abertura de procedimento licitatório e fixado na solicitação de **R$ 113.077,58 (cento e treze mil, setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)**, está dentro dos limites orçamentários desta municipalidade, sendo o mesmo compatível com as condições financeiras, podendo ser devidamente suportado sem causar prejuízos às ações em execução, atendendo dessa forma, o disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Respeitosamente,

CARMEM BRANDINI FONGARO
Secretária Municipal da Fazenda

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar, visa apontar a opção com maior viabilidade técnica, eficiente e econômica para o conserto do motor da Escavadeira Hidráulica Volvo EC240, pertencente a frota municipal e a serviço da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos na manutenção das estradas rurais.

1.2. O Município possui licitação para a manutenção mecânica da máquina em questão, porém o saldo atual não é suficiente para cobrir este reparo.

1.3. A contratação objetiva atender as necessidades operacionais do Setor Rodoviário, fornecidos à população, visando prestar serviços de eficiência, entre outras finalidades as quais são destinados.

1.4. Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da contratação descrita, sendo o equipamento ferramenta indispensável para a execução das tarefas diárias do órgão da administração pública, restando evidente o interesse público na contratação.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar possui fulcro na Lei Orçamentária Anual, que prevê despesas com aquisição de material e prestação de serviços para manutenção das máquinas da frota municipal.

2.2. A presente contratação foi inclusa no Plano Anual de Contratações em sua versão alterada 1.3, tendo em vista que o presente processo se trata de uma despesa imprevisível por sua natureza, sendo então necessário expedir o processo nos termos da Lei 14.133/21.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. A máquina encontra-se desmontada na cidade de CASCAVEL-PR, na empresa CATERVEL – MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS, situada na RUA PORTO VELHO, Nº 71 (EM FRENTE A BR 467, KM 4), CASCAVEL-PR, onde poderá ser vistoriada por todas as proponentes.

3.1.2. Os serviços deverão ser prestados na oficina da fornecedora contratada. A prestadora dos serviços inclui retirar a máquina do local onde se encontra no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços emitida pelo setor de compras do Município de Três Barras do Paraná, ficando a cargo da fornecedora, todos os custos para o transporte e carregamento da mesma;

3.1.3. Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de serviço.

3.1.4. Os materiais (peças de reposição) deverão ser novos, genuínos ou originais de fábrica da máquina, não sendo aceito os que não apresentarem tal característica;

3.1.5. A prestadora dos serviços será responsável pela garantia dos serviços no prazo de 06 (seis) meses independentemente da quantidade de horas trabalhadas, bem como garantia de 03 (três) meses contra vícios e defeitos de fabricação das peças substituídas.

3.1.5.1. Após a devolução da máquina à Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, situado a Rua Recife, 912, Centro, Três Barras do Paraná se houver a necessidade de atendimento técnico nos serviços prestados, deverão ser realizados nos locais onde o mesmo se encontra. Quando da solicitação de atendimento no local (chamado técnico), a empresa fornecedora terá que iniciar o atendimento em no máximo um dia útil. Se necessário for a realização do atendimento em prazos diferentes, somente será concedido após análise dos motivos apresentados pela fornecedora, podendo ou não ser aprovado.

3.1.6. Quaisquer despesas inerentes à retirada do local que se encontra e/ou entrega do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora.

3.1.7. Para o bom andamento dos serviços, objeto desta licitação, a licitante deverá manter durante a vigência do contrato, peças e equipamentos suficientes para atender a demanda do Município, bem como técnicos/mecânicos devidamente treinados que possam orientar e atender as solicitações no prazo estipulado.

3.1.8. A Administração Municipal manterá um servidor designado para fiscalização dos serviços objeto deste Edital, o qual deverá comunicar a Administração caso estejam ocorrendo desídia na prestação dos serviços licitados.

3.2. O licitante vencedor deverá entregar os serviços de acordo com as necessidades da Administração Pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.2.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços e peças obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

3.3. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, o serviço ou a peça que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

3.4. Os serviços estarão sujeitos à verificação pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus anexos, principalmente no Termo de Referência, no qual se refere à quantidade e qualidade.

3.5. Para comprovar a substituição das peças do motor, a Licitante deverá:

a) Apresentar a Nota Fiscal da fornecedora das peças adquiridas para a substituição;

b) Devolver as peças substituídas ao Município, ou seja, ao fiscal do contrato."

4. DAS PEÇAS (TIPOS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO)

4.1. Para efeitos deste Estudo Técnico Preliminar, entende-se:

4.1.1. PEÇA e ACESSÓRIO GENUÍNO: Material novo e de primeiro uso, produzido e/ou distribuído pelo fabricante/montadora do equipamento, tem garantia e qualidade assegurada pelo mesmo.

4.1.2. PEÇA e ACESSÓRIO ORIGINAL: Material novo, de primeiro uso, não sendo

reciclado, recondicionado ou remanufaturado, adquirida de fornecedores alternativos e também pela fabricante do equipamento, possui garantia assegurada pelos mesmos e qualidade de acordo com as normas Técnicas Brasileiras (ABNT).

4.2. A empresa prestadora dos serviços fornecerá todas as peças e materiais necessários e suficientes ao perfeito funcionamento do equipamento, sendo todas novas e de primeiro uso, não sendo aceitas, sob qualquer hipótese, peças recicladas, recondicionadas ou remanufaturadas.

4.3. Serão substituídas as peças, sempre que necessário, para o perfeito funcionamento do equipamento.

4.4. O Município de Três Barras do Paraná poderá, a qualquer momento, solicitar a verificação das peças e materiais fornecidos.

4.4.1. Todo fornecimento a ser realizado pela fornecedora que não conste na relação de peças constante neste ETP deverá ser precedido de relação das peças e acessórios que necessitarão ser substituídas, o qual será encaminhado para o Município de Três Barras do Paraná, podendo o mesmo ser aprovado ou não.

5. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

5.1. Os serviços de manutenção reparadora serão os seguintes:

a) **MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO EC140 -** Fornecimento de peças e serviços (mão de obra) para desmontagem e montagem, serviços de plaina, retífica, limpeza, lavagem química e outros relacionados. Todos os serviços devem obedecer todas as normas relativas como prescreve a ABNT.

5.2. A fornecedora deverá apresentar as peças e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos, bem como as embalagens das peças, acessórios e materiais adquiridos e utilizados.

5.3. A fornecedora deverá fornecer ao Município de Três Barras do Paraná, antes da execução dos serviços, laudo técnico com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas detectados e que não foram solicitados anteriormente.

5.4. Oferecer garantia dos serviços executados por um período mínimo de 06 (seis) meses, independentemente da quantidade de horas trabalhadas com a máquina.

6. DA VISTORIA, CUSTOS COM IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, E DEMAIS DESPESAS

6.1. Os custos com impostos, taxas, fretes e demais despesas serão de responsabilidade da empresa vencedora.

6.2. As empresas interessadas poderão realizar visita técnica no equipamento junto a empresa Catervel – Mecânica de Máquinas Pesadas, para conhecer o estado em que se encontra o motor e os serviços que serão prestados. A máquina está disponível para visitação no endereço Catervel, situada na Rua Porto Velho, nº 71 (em frente a BR 467, KM 4), Cascavel-PR.

6.2.1. Caso a licitante opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser agendada previamente junto ao Departamento de Licitações, no telefone (45) 3235-1212 ou e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, e ser realizada até a data limite para apresentação das propostas. O tempo máximo de duração da Visita Técnica será de 30 minutos.

6.2.1.1. Após realizada a visita técnica será emitido um Atestado de Visita Técnica.

6.2.2. A proponente, através de seu responsável, quando da visita deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta, para que a proponente tome conhecimento das condições da máquina e outras informações necessárias pertinentes à execução do objeto.

6.2.3. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, a visita não será fator de inabilitação da licitante, mas a licitante que optar pela não realização da vistoria não poderá descumprir as obrigações pertinentes ao objeto, alegando o desconhecimento como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços ou qualquer tipo de vantagem das quais não constam no Edital e seus anexos, em decorrência do objeto deste Termo de Referência, devendo apresentar Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. As empresas deverão atender os requisitos como seguem:

a) Atestado de Capacidade Técnica Operacional emitido em favor da proponente que comprove ter prestado para pessoa jurídica de direito público ou privado, serviços iguais ou compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante.

a.1) Entende-se por serviços compatíveis a prestação de serviços que compreendam serviços de manutenção reparadora de motor (material e mão de obra) de máquinas, que atestem a qualidade dos serviços.

b) Atestado de Vistoria Técnica emitido pelo órgão licitador conforme item 6.2. deste ETP ou Declaração Formal de Dispensa de Visita

8. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

8.1. Com relação a estimativa de quantitativos de peças, acessórios, materiais e serviços, foram levantadas as quantidades e os tipos poderão ser substituídas, bem como os tipos de serviços que poderão ser executados durante a execução da manutenção a ser realizada na máquina.

8.2. Foram realizados orçamentos prévios, dos quais originaram-se os preços médios para fixação do preço máximo, conforme segue:

LOTE: 01 - PEÇAS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA PEÇA	QUANT	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR TOTAL
1	VOE20459838	PARAFUSO	13	R$ 83,90	R$ 1.090,70
2	VOE20459852	SEDE DE VALVULA	4	R$ 189,78	R$ 759,12
3	VOE21026535	VALVULA ADM	4	R$ 195,32	R$ 781,28
4	VOE21026536	VALVULA ESCAPE	4	R$ 195,32	R$ 781,28
5	VOE20459854	SEDE DE VALVULA	4	R$ 210,03	R$ 840,12

6	VOE20460006	PARAFUSO	5	R$	18,39	R$	91,95
7	VOE20459999	BUCHA	4	R$	278,21	R$	1.112,84
8	VOE20459998	BUCHA	1	R$	331,55	R$	331,55
9	VOE20412745	BUJÃO	4	R$	17,97	R$	71,88
10	VOE21305007	PISTÃO/ANEL/PINO	4	R$	4.059,36	R$	16.237,44
11	VOE20459853	PARAFUSO	3	R$	25,89	R$	77,67
12	VOE20405524	PARAFUSO	8	R$	19,30	R$	154,40
13	VOE21345578	VARETA	8	R$	428,79	R$	3.430,32
14	VOE20460007	TUCHO DE VALVULA	8	R$	536,10	R$	4.288,80
15	VOE20460092	BUCHA	1	R$	145,61	R$	145,61
16	VOE20523284	BUCHA DE BIELA	4	R$	279,65	R$	1.118,60
17	VOE20459149	ARRUELA	2	R$	565,31	R$	1.130,62
18	VOE20459140	BRONZINA DE MANCAL	5	R$	477,88	R$	2.389,40
19	VOE20480536	BRONZINA DE BIELA	4	R$	1.526,95	R$	6.107,80
20	VOE20459133	PARAFUSO	4	R$	79,86	R$	319,44
21	VOE14661334	COXIM	2	R$	377,01	R$	754,02
22	VOE14661333	COXIM	2	R$	377,01	R$	754,02
23	VOE20726088	BOMBA	1	R$	5.999,58	R$	5.999,58
24	VOE11708550	FILTRO	1	R$	75,61	R$	75,61
25	VOE11711074	FILTRO	1	R$	123,45	R$	123,45
26	VOE11110668	FILTRO	1	R$	500,28	R$	500,28
27	VOE20549905	ROLO	4	R$	241,66	R$	966,64
28	VOE20460069	CONTROLADOR	1	R$	1.091,49	R$	1.091,49
29	SA931310425	ABRAÇADEIRA	1	R$	116,49	R$	116,49
30	VOE11110284	FILTRO DE AR	1	R$	238,31	R$	238,31
31	VOE11110283	FILTRO DE AR	1	R$	391,56	R$	391,56
32	VOE14506004	MANGUEIRA	1	R$	542,11	R$	542,11
33	VOE14506007	MANGUEIRA	1	R$	584,03	R$	584,03
34	SA931210175	ABRAÇADEIRA	2	R$	25,83	R$	51,66
35	VOE20450736	VALVULA TERMOSTATICA	1	R$	295,32	R$	295,32
36	VOE21125771	BOMBA AGUA	1	R$	1.422,35	R$	1.422,35
37	21305007L	CAMISA	4	R$	744,49	R$	2.977,96
38	VOE22088967	TENSOR	1	R$	832,14	R$	832,14
39	VOE17418256	CORREIA	1	R$	327,83	R$	327,83
40	VOE996518	ROLAMENTO	1	R$	100,11	R$	100,11
41	VOE996519	ROLAMENTO	1	R$	37,83	R$	37,83
42	VOE21186479	SOLENOIDE	1	R$	2.442,77	R$	2.442,77
43	VOE11709635	CORREIA	1	R$	207,90	R$	207,90
44	VOE20840772	TRAVA	8	R$	63,90	R$	511,20
45	VOE20840807	ARRUELA	8	R$	182,12	R$	1.456,96
46	VOE20459857	LUVA	16	R$	24,13	R$	386,08
47	VOE21531072	SENSOR	1	R$	111,13	R$	111,13
48	VOE20758137	BUJÃO	1	R$	190,16	R$	190,16

49	VOE20459220	VALVULA	1	R$	516,99	R$	516,99
50	VOE20459204	VALVULA	1	R$	836,33	R$	836,33
51	VOE20758403	AQUECEDOR	1	R$	2.335,74	R$	2.335,74
52	VOE20460945	TURBINA	1	R$	5.351,15	R$	5.351,15
53	VOE20460936	PARAFUSO	1	R$	19,70	R$	19,70
54	VOE7025167	PARAFUSO	1	R$	19,30	R$	19,30
55	VOE20412318	PRISIONEIRO	4	R$	18,88	R$	75,52
56	VOE20459235	PRISIONEIRO	4	R$	19,14	R$	76,56
57	VOE20405587	PRISIONEIRO	8	R$	13,64	R$	109,12
58	VOE20405847	VÁLVULA	1	R$	446,35	R$	446,35
59	VOE20405907	ANEL	12	R$	1,90	R$	22,80
60	VOE20405650	CREMALHEIRA	1	R$	1.440,16	R$	1.440,16
61	VOE20977068	FILTRO PESCADOR	1	R$	575,16	R$	575,16
62	VOE11716555	JG JUNTAS COMPLETO	1	R$	2.428,21	R$	2.428,21
63	VOE21707096	RESFRIADOR	1	R$	946,04	R$	946,04
64	**********	TRAVA COMANDO	1	R$	849,08	R$	849,08
65	**********	GUIA DA FACE BLOCO	2	R$	44,64	R$	89,28
66	VOE20460001	PINO GUIA CAPA MANCAL	10	R$	27,91	R$	279,10
67	**********	SELO BLOCO	11	R$	29,76	R$	327,36
68	VOE21124198	ATUADOR ACELERADOR	1	R$	8.332,37	R$	8.332,37
69	VOE20459134	PINO GUIA DA CAPA BIELA	8	R$	21,48	R$	171,84
70	VOE20412745	SELO CABEÇOTE	3	R$	25,62	R$	76,86
71	**********	VEDA ESCAPE	1	R$	45,87	R$	45,87
72	**********	JUNTA LIQUIDA MOTOR	1	R$	64,89	R$	64,89
73	**********	BD ÓLEO 15W40	1	R$	670,33	R$	670,33
74	**********	ADITIVO RADIADOR	3	R$	435,00	R$	1.305,00
				TOTAL PEÇAS:		**R$**	**92.160,92**

LOTE: 02 - SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
**ABRIR OLHO BIELA
**PLAINA DO COLETOR 4 CIL
**MANDRILHAR BUCHA BIELA
**ALINHAR BIELA
**RETIFICAR BIELA
**PLAINAR BLOCO
**RETIFICAR CILINDRO BLOCO
**BRUNIR BLOCO
**ENCAMISAR CILINDRO BLOCO
**MANDRILHAR MANCAIS BLOCO
**AJUSTAR FOLGAS E PROJ. PISTÕES BLOCO
**ESMERILHAR VALVULAS CABEÇOTE
**RETIFICAR SEDES CABEÇOTE

**TROCAR/ENCAMISAR GUIAS CABEÇOTE
**SUSBTITUIR SEDES CABEÇOTE
**PLAINAR CABEÇOTE
**TESTAR CABEÇOTE
**LAVAGEM QUIMICA
**ALINHAR EIXO COMANDO
**EMBUCHR EIXO COMANDO
**POLIR EIXO COMANDO
**MANDRILHAR BUCHAS EIXO COMANDO
**MAGNA FLUX VIRABREQUIM
**RETIFICAR VIRABREQUIM
**ENCURTAR BIELA
**ENCAMISAR ALOJ. RETENTOR VIRABREQUIM
**SOLDA ENCHER ALOJAMENTO BOMBA DE OLEO
**CORROX ENGRENAGEM
**SOLDA BOCA SAIDA COLETOR ESCAPE CABEÇOTE
** LIMPEZA RADIADORES DE ÁGUA E ÓLEO.
** SACAR MOTOR E DESMONTAR MOTOR
** REVISAR, MONTAR E INSTALAR MOTOR
** SACAR E INSTALAR BOMBA HIDRÁULICA.
** SACAR E INSTALAR LATARIAS

TOTAL SERVIÇOS:	**R$ 20.916,66**

VALOR GLOBAL:	**R$ 113.077,58**

Obs.: Se apresentar alguma marca nos materiais, peças e acessórios na tabela acima apresentada é meramente informativa, a qual poderá ser utilizada para identificar com mais precisão a peça, material ou acessório indicado.

8.3. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

8.3.1. O valor total dos itens deste Termo de Referência somam a importância de **R$ 113.077,58** (cento e treze mil, setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

8.4. A empresa licitante que apresentar os valores superiores aos valores apresentados no item **8.3** deste ETP será desclassificada automaticamente do lote que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação da etapa de lances,

independentemente se o valor do lote estiver abaixo do valor total apresentado.

8.5. Os preços serão fixos e irreajustáveis, expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

9.1. A contratação trata-se de serviço específico, tendo em vista as peças e os serviços que deverão ser executados para que a máquina possa voltar a ser utilizado para desenvolver as tarefas para as quais se destina, porém por se tratar de um conserto, é praticamente impossível encontrar em sites especializados algo de mesma natureza e complexidade.

9.2. A pesquisa de preço se baseou em orçamentos de empresas que atuam no ramo de atividade pertinente, e que executam consertos desta natureza, levando em conta sua complexidade e o tipo de equipamento e mão de obra a ser usada.

9.3. As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

10.1. A Estimativa do valor da contratação é de **R$ 113.077,58** (cento e treze mil, setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), conforme descritivo de itens, quantidade e valores do item 8 do presente ETP.

10.2. O valor estimado para composição de preços tomou como base a pesquisa de mercado, com 03 fornecedores do ramo de atividade pertinente.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

11.1. Contratação de empresa para conserto do motor da escavadeira Hidráulica Volvo Modelo EC140, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, nos termos quantitativos e qualitativos do presente Estudo Técnico Preliminar.

12. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

12.1. O objeto caracterizado neste ETP tem padrão de qualidade e desempenho definidos objetivamente, além de tratar-se de objeto disponível no mercado. Desse modo, consoante previsão legal, justifica-se que o certame licitatório deverá ser processado com o tipo de avaliação "menor preço global", uma vez que, a consecução do objeto em vários contratos, maximizaria a influência de fatores que contribuiriam para tornar mais dispendiosa a contratação como o atraso de entrega de peças e a demora na execução dos serviços por culpa de outros fornecedores, dificultando assim o acompanhamento e a fiscalização dos contratos, sobretudo considerando a escassez de mão de obra disponível para executar tais atividades no Município de Três Barras do Paraná, justificando assim a avaliação por lote.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

13.1. Receber o objeto do presente Estudo Técnico preliminar com a melhor qualidade possível, na quantidade correta e dentro do prazo desejado, para atender a secretaria solicitante e garantir a qualidade na execução das tarefas dos serviços de Saúde.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

14.1. Todas as providências necessárias foram adotadas, com antecedência, além de que com os itens a serem contratados, os quantitativos da presente contratação estão de acordo com as necessidades apresentadas pela Secretaria solicitante para o bom desempenho dos serviços de saúde.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

15.1. Em análise da contratação desejada, constatou-se que não haverá contratações correlatas ou interdependentes.

16. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

16.1. Neste caso não se vislumbra impacto ambiental, uma vez que o serviço será realizado na sede da CONTRATADA e a mesma será responsável pelo descarte correto dos resíduos que por ventura venham a existir.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

17.1. Diante do exposto, conclui-se, sobre a viabilidade de realização de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, na natureza registro de preços, do tipo menor preço, no regime de contratação global, visando a aquisição de peças e prestação de serviços para manutenção do motor da Escavadeira Volvo EC 140, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbano, por um máximo de 30 dias corridos, nos termos do presente Estudo Técnico Preliminar.

Três Barras do Paraná, 05 de julho de 2024.

WALDIR ANTONIO TODESCATTO
Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 10 de julho de 2024.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando retorno dos autos cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS, aprovo o TERMO DE REFERÊNCIA nos moldes do Artigo 28 § 2° do Decreto Municipal N° 5302/2023.

O presente processo licitatório deverá ser regido nos pela Lei N° 14.133/2021.

Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MINUTA

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2024

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 113.077,58 (CENTO E TREZE MIL E SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/2024 – XX:XX HORAS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64/2024

TIPO DE AVALIAÇÃO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO GLOBAL·
MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **XXhXX DO DIA XX DE JULHO DE 2024.**

1.3. A abertura das propostas terá início às **XXhXX ÀS XXhXX DO DIA XX DE JULHO DE 2024.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **XXhXX DO DIA XX DE JULHO DE 2024.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. A licitante interessada deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.8.1. O sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

1.9. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado pelo Município de Três Barras do Paraná, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações Públicas" consoante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO E€140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS,** conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os produtos a ser ofertados/entregues deverão atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo V).

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da dotação orçamentária:

a) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00

b) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais nº 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

d) Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação no pregão na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar desta licitação empresas que:

5.4.1. Estejam **legalmente constituídas** e **desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto** deste Pregão;

5.4.2. Atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital;

5.4.3. Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.

5.5. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e, quando for o caso, que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.5.1. O item do objeto possui a condição de **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, ou seja, poderão participar tanto microempresas e/ou empresas de pequeno porte (ME/EPP) quanto empresas enquadradas em outros regimes (médio e grande porte);

5.5.1.1. Todas as empresas interessadas, independentemente do seu enquadramento, poderão cotar os preços dos itens, independentes de seu enquadramento, sendo que será estendida as microempresas e/ou empresas de pequeno porte a preferência na contratação, conforme preconiza os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei N° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná-PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão N° 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, Nº 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), **deverão identificar o seu regime de tributação,** informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema,

verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.2. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2.1. A participação da licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.2.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome da licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.2.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.2.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.2.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.2.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, após encerrada a etapa de lances, mediante convocação da Pregoeira, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, proposta ajustada com a descrição do objeto ofertado e o preço.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Percentual de Desconto Global;

b) Marca/Modelo.

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada, conforme item *"10.4"* do edital.

9.1.2. A disputa começará com um percentual mínimo de desconto de 1% (um por cento). O intervalo entre os lances não poderá ser inferior a 0,5% (meio por cento).

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos

prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e as licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL.**

10.10. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo às licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos) e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, sem prol da consecução do melhor preço.

10.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.20. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

10.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

10.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

10.23. O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO GLOBAL** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.24. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.25.2. O pregoeiro solicitará à licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 59, 60 e 61 da Lei Federal N° 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão N° 1455/2018-TCU-Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 59, da Lei N° 114.133/2021.

11.2.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

11.2.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do item V parágrafo 2° do artigo 59 da Lei N° 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:.

11.2.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.2.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

11.2.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

11.2.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

11.2.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

11.2.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.2.3. No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, sendo que a inexequibilidade só será considerada após a diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

11.2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.3. O pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5. Se a proposta o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.7. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.7.1. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

11.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.8. Nos itens de ampla concorrência, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá uma nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar N° 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observando o disposto neste edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR):

(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei N° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar N° 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei N° 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.6.8. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei N° 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei N° 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A Qualificação Técnico Profissional exigirá a apresentação do seguinte documento, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Para garantir a capacidade técnica do licitante, será requerida a comprovação de aptidão por meio de **Atestado de Capacidade Técnico-Operacional** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à retífica de motores de máquinas pesadas. Esse requisito visa assegurar que a empresa contratada possua a expertise necessária para realizar os trabalhos com eficiência, qualidade e segurança, atendendo aos padrões exigidos e contribuindo para o sucesso do projeto. A análise criteriosa dos atestados permite uma seleção mais precisa e garante a contratação de um fornecedor qualificado para atender às necessidades específicas da administração pública.

12.10. Deverá ainda, apresentar as seguintes declarações:

12.10.1. Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando o cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo do **ANEXO I** deste Edital;

12.10.2. Declaração subscrita pelo representante legal, de que manterá durante a vigência do contrato a proibição constante do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, conforme modelo constante no **ANEXO II**;

12.10.3. Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do **ANEXO III** deste Edital;

12.11. As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3° da Lei Complementar N° 123/2006, **deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, declaração (modelo livre) assinada pelo**

contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar N° 123/2006.

12.12. A existência de restrição relativamente a regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.13. A declaração da vencedora acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração da vencedora, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.14.1 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.15. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado a vencedora será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite o não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada da licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para que querendo, apresentarem suas contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (Artigo 12° da Lei N° 14.133/21).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, § 1°, da Lei Complementar N° 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

16.1.1. Se houver recurso (s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto à (s) vencedora (as) e à homologação do resultado do Pregão.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará a licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

17.2.1. Na hipótese de nenhum das licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item *"17.4."* não se aplicará à licitantes remanescentes convocadas.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal N° 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte da vencedora da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. A licitante vencedora deverá entregar os produtos/serviços objeto desta licitação de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO V).

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

18.1.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.1.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. A licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias, o material que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

18.4. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade, principalmente o Termo de Referência (ANEXO V).

18.5. Os objetos do contrato deverão ser entregues diretamente nas Secretarias solicitantes ou no Departamento de Compras, conforme designação da mesma, mediante emissão de solicitação.

18.5.1. O Município de Três Barras do Paraná efetuará os pedidos das quantidades necessárias, devendo o fornecedor entregar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação.

18.5.2. Quaisquer despesas inerentes à entrega do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, conferência pelo fiscal das "peças usadas" que foram substituídas, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista;

c) Termo de Garantia (conforme Termo de Referência);

d) Documento Fiscal da compra das peças que foram substituídas.

19.2. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no

caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o prestador de serviços contratado (IN N° 89/2013 – TCE/PR).

19.3. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

19.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

19.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

20.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

20.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

20.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

20.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

20.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

20.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

20.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

20.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

20.2. São obrigações do Fornecedor:

20.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

20.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

20.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

20.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

20.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

20.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

20.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

20.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

20.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

20.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

20.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

20.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

20.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

20.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

20.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

20.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

20.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

20.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

20.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

20.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

20.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

20.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

21. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias corridos, contados à partir da emissão da Ordem de Serviço, emitida pelo Setor de Compras.

21.2. A vigência do Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação do mesmo.

22. PREÇO MÁXIMO

22.1. O **PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO** estimado para esta licitação é de **1%** (um por cento).

22.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

22.3. O valor global deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

22.4. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.10. Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846, de 1° de agosto de 2013

23.1.10.1. A Lei N° 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

23.2. Serão aplicadas ao contratado responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c.1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** deste Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

23.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

23.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.2.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

23.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

23.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

24.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

24.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, durante o horário normal de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, ou de forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br.

24.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser prestados no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

24.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

24.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratadas, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

25.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado à contratada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

26. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

26.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

26.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.XXX.XXX-59.

26.1.2. Ficam designadas como fiscais deste contrato as seguintes servidoras:

a) RUDINEY MARCHIORO, Mecânico, CPF N° 467.XXX.XXX-87, fiscal titular da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

b) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

26.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na

ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

26.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

26.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

26.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

26.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

26.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

27.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.9. Não cabe ao BLL qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.

27.11. Os usuários dos sistemas de que trata o § 2° do artigo 5° do Decreto Federal N° 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

27.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente em vigência.

28. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas-PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

b) Anexo II – Modelo de Declaração de Não Utilização de Trabalho de Menor;

c) Anexo III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo Para Licitar;

d) Anexo IV - Minuta do Contrato;

e) Anexo V - Termo de Referência.

Três Barras do Paraná, 10 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2024.

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2024, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 63º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2024.

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara sob as penas da Lei, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima, durante a vigência do contrato, acarretará a sua rescisão.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2024.

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara também, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS N° XXX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR E A EMPRESA (RAZÃO SOCIAL COMPLETA).

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Pioneiros, 500, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob N° XXX.XXX.XXX-XX e portador da Carteira de Identidade N° X.XXX.XXX-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, (QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL), doravante designada **CONTRATADA**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal N° 14.133/21, AJUSTAM o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS, em decorrência da Licitação Modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA N° XX/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.

PARAGRAFO SEGUNDO – O (s) projetos (is) deverá (ão) atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência do Pregão Eletrônico N° XX/2024.

PARAGRAFO TERCEIRO - Os materiais deverão ser entregues em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital do Pregão Eletrônico N° XX/2024 e seus anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

PARAGRAFO QUINTO – O presente contrato seguirá o regime de execução

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a entregar os projetos, objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ X,XX (valor por extenso), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR DE REFERÊNICA (R$)	PERCENTUAL DE DECONTO (%)	VALOR TOTAL C/DESCONTO (R$)

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 134 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, conferência pelo fiscal das "peças usadas" que foram substituídas, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista;

c) Termo de Garantia (conforme Termo de Referência);

d) Documento Fiscal da compra das peças que foram substituídas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00

b) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (Duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência, após Ordem de Serviço (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega é de **30 (trinta) dias corridos**, iniciando-se o prazo a partir da emissão da Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Compras

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 180 (cento e oitenta) dias iniciando a partir da publicação do extrato do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital do Pregão Eletrônico N° XX/2024 e seus anexos, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital do Pregão Eletrônico N° XX/2024 e seus anexos, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao Edital do Pregão Eletrônico N° XX/2024 e seus anexos;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c.1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica designado como gestor deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.XXX.XXX-59.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) FISCAL TITULAR: RUDINEY MARCHIORO, Mecânico, CPF N° 467.XXX.XXX-87, fiscal titular da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

b) FISCAL SUPLENTE: DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico N° XX/2024 e seus anexos e, na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que

em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Local e data.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____

Nome:
CPF:

_____

Nome:
CPF:

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1. Para o dimensionamento do quantitativo a ser registrado, foram consideradas as quantidades de peças e serviços necessários para a manutenção da referida máquina. Este levantamento detalhado assegura que todos os componentes e serviços essenciais sejam incluídos, garantindo a continuidade e a eficiência das operações.

2.2. O valor máximo estimado foi baseado em uma pesquisa de preços junto aos fornecedores especializados no ramo de atividade. A partir dessa pesquisa, foi calculado o preço médio, que servirá como referência para a aquisição. O objeto da contratação deverá atender às especificações técnicas e às quantidades descritas nas tabelas a seguir, assegurando que os critérios de qualidade e custo-benefício sejam plenamente satisfeitos.

LOTE: 01 - PEÇAS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA PEÇA	QUANT	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR TOTAL
1	VOE20459838	PARAFUSO	13	R$ 83,90	R$ 1.090,70
2	VOE20459852	SEDE DE VALVULA	4	R$ 189,78	R$ 759,12
3	VOE21026535	VALVULA ADM	4	R$ 195,32	R$ 781,28
4	VOE21026536	VALVULA ESCAPE	4	R$ 195,32	R$ 781,28
5	VOE20459854	SEDE DE VALVULA	4	R$ 210,03	R$ 840,12
6	VOE20460006	PARAFUSO	5	R$ 18,39	R$ 91,95
7	VOE20459999	BUCHA	4	R$ 278,21	R$ 1.112,84
8	VOE20459998	BUCHA	1	R$ 331,55	R$ 331,55
9	VOE20412745	BUJÃO	4	R$ 17,97	R$ 71,88
10	VOE21305007	PISTÃO/ANEL/PINO	4	R$ 4.059,36	R$ 16.237,44
11	VOE20459853	PARAFUSO	3	R$ 25,89	R$ 77,67
12	VOE20405524	PARAFUSO	8	R$ 19,30	R$ 154,40
13	VOE21345578	VARETA	8	R$ 428,79	R$ 3.430,32

14	VOE20460007	TUCHO DE VALVULA	8	R$ 536,10	R$ 4.288,80
15	VOE20460092	BUCHA	1	R$ 145,61	R$ 145,61
16	VOE20523284	BUCHA DE BIELA	4	R$ 279,65	R$ 1.118,60
17	VOE20459149	ARRUELA	2	R$ 565,31	R$ 1.130,62
18	VOE20459140	BRONZINA DE MANCAL	5	R$ 477,88	R$ 2.389,40
19	VOE20480536	BRONZINA DE BIELA	4	R$ 1.526,95	R$ 6.107,80
20	VOE20459133	PARAFUSO	4	R$ 79,86	R$ 319,44
21	VOE14661334	COXIM	2	R$ 377,01	R$ 754,02
22	VOE14661333	COXIM	2	R$ 377,01	R$ 754,02
23	VOE20726088	BOMBA	1	R$ 5.999,58	R$ 5.999,58
24	VOE11708550	FILTRO	1	R$ 75,61	R$ 75,61
25	VOE11711074	FILTRO	1	R$ 123,45	R$ 123,45
26	VOE11110668	FILTRO	1	R$ 500,28	R$ 500,28
27	VOE20549905	ROLO	4	R$ 241,66	R$ 966,64
28	VOE20460069	CONTROLADOR	1	R$ 1.091,49	R$ 1.091,49
29	SA931310425	ABRAÇADEIRA	1	R$ 116,49	R$ 116,49
30	VOE11110284	FILTRO DE AR	1	R$ 238,31	R$ 238,31
31	VOE11110283	FILTRO DE AR	1	R$ 391,56	R$ 391,56
32	VOE14506004	MANGUEIRA	1	R$ 542,11	R$ 542,11
33	VOE14506007	MANGUEIRA	1	R$ 584,03	R$ 584,03
34	SA931210175	ABRAÇADEIRA	2	R$ 25,83	R$ 51,66
35	VOE20450736	VALVULA TERMOSTATICA	1	R$ 295,32	R$ 295,32
36	VOE21125771	BOMBA AGUA	1	R$ 1.422,35	R$ 1.422,35
37	21305007L	CAMISA	4	R$ 744,49	R$ 2.977,96
38	VOE22088967	TENSOR	1	R$ 832,14	R$ 832,14
39	VOE17418256	CORREIA	1	R$ 327,83	R$ 327,83
40	VOE996518	ROLAMENTO	1	R$ 100,11	R$ 100,11
41	VOE996519	ROLAMENTO	1	R$ 37,83	R$ 37,83
42	VOE21186479	SOLENOIDE	1	R$ 2.442,77	R$ 2.442,77
43	VOE11709635	CORREIA	1	R$ 207,90	R$ 207,90
44	VOE20840772	TRAVA	8	R$ 63,90	R$ 511,20
45	VOE20840807	ARRUELA	8	R$ 182,12	R$ 1.456,96
46	VOE20459857	LUVA	16	R$ 24,13	R$ 386,08
47	VOE21531072	SENSOR	1	R$ 111,13	R$ 111,13
48	VOE20758137	BUJÃO	1	R$ 190,16	R$ 190,16
49	VOE20459220	VALVULA	1	R$ 516,99	R$ 516,99
50	VOE20459204	VALVULA	1	R$ 836,33	R$ 836,33
51	VOE20758403	AQUECEDOR	1	R$ 2.335,74	R$ 2.335,74
52	VOE20460945	TURBINA	1	R$ 5.351,15	R$ 5.351,15
53	VOE20460936	PARAFUSO	1	R$ 19,70	R$ 19,70
54	VOE7025167	PARAFUSO	1	R$ 19,30	R$ 19,30
55	VOE20412318	PRISIONEIRO	4	R$ 18,88	R$ 75,52
56	VOE20459235	PRISIONEIRO	4	R$ 19,14	R$ 76,56
57	VOE20405587	PRISIONEIRO	8	R$ 13,64	R$ 109,12

58	VOE20405847	VÁLVULA	1	R$	446,35	R$	446,35
59	VOE20405907	ANEL	12	R$	1,90	R$	22,80
60	VOE20405650	CREMALHEIRA	1	R$	1.440,16	R$	1.440,16
61	VOE20977068	FILTRO PESCADOR	1	R$	575,16	R$	575,16
62	VOE11716555	JG JUNTAS COMPLETO	1	R$	2.428,21	R$	2.428,21
63	VOE21707096	RESFRIADOR	1	R$	946,04	R$	946,04
64	**********	TRAVA COMANDO	1	R$	849,08	R$	849,08
65	**********	GUIA DA FACE BLOCO	2	R$	44,64	R$	89,28
66	VOE20460001	PINO GUIA CAPA MANCAL	10	R$	27,91	R$	279,10
67	**********	SELO BLOCO	11	R$	29,76	R$	327,36
68	VOE21124198	ATUADOR ACELERADOR	1	R$	8.332,37	R$	8.332,37
69	VOE20459134	PINO GUIA DA CAPA BIELA	8	R$	21,48	R$	171,84
70	VOE20412745	SELO CABEÇOTE	3	R$	25,62	R$	76,86
71	**********	VEDA ESCAPE	1	R$	45,87	R$	45,87
72	**********	JUNTA LIQUIDA MOTOR	1	R$	64,89	R$	64,89
73	**********	BD ÓLEO 15W40	1	R$	670,33	R$	670,33
74	**********	ADITIVO RADIADOR	3	R$	435,00	R$	1.305,00
				TOTAL PEÇAS:		**R$**	**92.160,92**

LOTE: 02 - SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
** ABRIR OLHO BIELA
** PLAINA DO COLETOR 4 CIL
** MANDRILHAR BUCHA BIELA
** ALINHAR BIELA
** RETIFICAR BIELA
** PLAINAR BLOCO
** RETIFICAR CILINDRO BLOCO
** BRUNIR BLOCO
** ENCAMISAR CILINDRO BLOCO
** MANDRILHAR MANCAIS BLOCO
** AJUSTAR FOLGAS E PROJ. PISTÕES BLOCO
** ESMERILHAR VALVULAS CABEÇOTE
** RETIFICAR SEDES CABEÇOTE
** TROCAR/ENCAMISAR GUIAS CABEÇOTE
** SUSBTITUIR SEDES CABEÇOTE
** PLAINAR CABEÇOTE
** TESTAR CABEÇOTE
** LAVAGEM QUIMICA
** ALINHAR EIXO COMANDO
** EMBUCHR EIXO COMANDO
** POLIR EIXO COMANDO
** MANDRILHAR BUCHAS EIXO COMANDO
** MAGNA FLUX VIRABREQUIM

** RETIFICAR VIRABREQUIM
** ENCURTAR BIELA
** ENCAMISAR ALOJ. RETENTOR VIRABREQUIM
** SOLDA ENCHER ALOJAMENTO BOMBA DE OLEO
** CORROX ENGRENAGEM
** SOLDA BOCA SAIDA COLETOR ESCAPE CABEÇOTE
** LIMPEZA RADIADORES DE ÁGUA E ÓLEO.
** SACAR MOTOR E DESMONTAR MOTOR
** REVISAR, MONTAR E INSTALAR MOTOR
** SACAR E INSTALAR BOMBA HIDRÁULICA.
** SACAR E INSTALAR LATARIAS
**** DESPESAS COM CARREGAMENTO E DESCARREGAMENTO DA MÁQUINA**
**** DESPESAS COM O TRANSPORTE DA MÁQUINA**

TOTAL SERVIÇOS:	**R$ 20.916,66**

VALOR GLOBAL:	**R$ 113.077,58**

2.3. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

2.3.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência somam a importância de R$ 113.077,58 (cento e treze mil, setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

2.4. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.3.1. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

2.5. Os preços serão fixos e irreajustáveis, devendo ser expressos em reais.

2.6. As peças do Lote 01 que eventualmente não precisarem ser substituídas, terão seus valores correspondentes deduzidos do valor total a ser pago, com base no preço estipulado na planilha Lote 01, aplicando-se o Percentual de Desconto Ofertado, conforme especificado nos Itens: 7.5 e 9.4, deste Termo de Referência.

2.7. Os valores mencionados anteriormente são apenas para orientação dos licitantes, considerando que a disputa será pelo Maior Percentual de Desconto em relação ao Preço Global de R$ 113.077,58.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo identificar a opção mais viável técnica, eficiente e economicamente para a contratação de uma empresa especializada na execução de manutenção reparadora completa (material e mão de obra) no motor da Escavadeira Hidráulica de propriedade do Município de Três Barras do Paraná.

3.2. Embora o Município possua uma licitação vigente para a manutenção da máquina em questão, o saldo disponível não é suficiente para realizar todos os reparos necessários, assegurando seu perfeito funcionamento. Diante disso, torna-se necessário iniciar um novo processo licitatório para suprir as necessidades identificadas e garantir que a escavadeira opere de maneira eficiente e segura.

3.3. A contratação mencionada é indispensável, considerando que a escavadeira hidráulica é uma ferramenta crucial para a execução das tarefas diárias dos órgãos da administração pública municipal. Sua manutenção adequada é fundamental para o desempenho das atividades operacionais, destacando o interesse público na realização desta contratação.

4. LOCAIS DE ENTREGA – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. Após a execução dos serviços, a Escavadeira Hidráulica deverá ser entregue no Pátio de Máquinas Municipal, localizado na Rua Recife, nº 912, Centro, Três Barras do Paraná.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO- ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias. Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de serviço.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. Contratação de empresa para conserto do motor da escavadeira Hidráulica Volvo Modelo EC140, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, nos termos quantitativos e qualitativos do presente Estudo Técnico Preliminar.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A máquina encontra-se desmontada na cidade de CASCAVEL-PR, na empresa CATERVEL – MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS, situada na RUA PORTO VELHO, Nº 71 (EM FRENTE A BR 467, KM 4), CASCAVEL-PR, onde poderá ser vistoriada por todas as proponentes.

7.1.1. Os serviços deverão ser prestados na oficina da fornecedora contratada. A prestadora dos serviços inclui retirar a máquina do local onde se encontra no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviços pelo Setor de Compras do Município de Três Barras do Paraná, ficando a cargo da fornecedora, todos os custos para o transporte e carregamento da mesma;

7.1.2. Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de serviço.

7.1.3. Os materiais (peças de reposição) deverão ser novos, genuínos ou originais de fábrica da máquina, não sendo aceito os que não apresentarem tal característica;

7.1.4. A prestadora dos serviços será responsável pela garantia dos serviços no prazo de 06 (seis) meses independentemente da quantidade de horas trabalhadas, bem como garantia de 03 (três) meses contra vícios e defeitos de fabricação das peças substituídas.

7.1.4.1. Após a devolução da máquina à Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, situado a Rua Recife, 912, Centro, Três Barras do Paraná se houver a necessidade de atendimento técnico nos serviços prestados, deverão ser realizados nos locais onde o mesmo se encontra. Quando da solicitação de atendimento no local (chamado técnico), a empresa fornecedora terá que iniciar o atendimento em no máximo um dia útil. Se necessário for a realização do atendimento em prazos diferentes, somente será concedido após análise dos motivos apresentados pela fornecedora, podendo ou não ser aprovado.

7.1.5. Quaisquer despesas inerentes à retirada do local que se encontra e/ou entrega da máquina consertada no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora.

7.1.6. Para o bom andamento dos serviços, objeto desta licitação, a licitante deverá manter durante a vigência do contrato, peças e equipamentos suficientes para atender a demanda do Município, bem como técnicos/mecânicos devidamente treinados que possam orientar e atender as solicitações no prazo estipulado.

7.1.7. A Administração Municipal manterá um servidor designado para fiscalização dos

serviços objeto deste Edital, o qual deverá comunicar a Administração caso estejam ocorrendo desídia na prestação dos serviços licitados.

7.2. O licitante vencedor deverá entregar os serviços de acordo com as necessidades da Administração Pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.2.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços e peças obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

7.3. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, o serviço ou a peça que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

7.4. Os serviços estarão sujeitos à verificação pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus anexos, principalmente no Termo de Referência, no qual se refere à quantidade e qualidade.

7.5. Para comprovar a substituição das peças do motor, a Licitante deverá:

a) Apresentar a Nota Fiscal emitida pelo fornecedor das peças adquiridas para a substituição;

b) Devolver as "peças usadas" que foram substituídas ao Município, entregando-as ao fiscal do contrato.

7.6. Os materiais (peças de reposição) deverão ser novos, genuínos ou originais de fábrica do Escavadeira Volvo, não sendo aceito os que não apresentarem tal característica;

7.6.1. Para efeitos deste Termo de Referência, entende-se:

7.6.1.1. PEÇAS e ACESSÓRIOS GENUÍNOS: Material novo e de primeiro uso, produzido e/ou distribuído pelo fabricante/montadora do equipamento, tem garantia e qualidade assegurada pelo mesmo.

7.6.1.2. PEÇAS e ACESSÓRIOS ORIGINAIS: Material novo, de primeiro uso, não sendo reciclado, recondicionado ou remanufaturadas, produzido por qualquer fabricante, adquirida de fornecedores alternativos e também pela fabricante do equipamento, possui garantia assegurada pelos mesmos e qualidade de acordo com as normas Técnicas Brasileiras (ABNT).

7.7. A prestadora dos serviços será responsável pela **garantia dos serviços no prazo de 06 (seis) meses independente do total de horas trabalhadas**, bem como garantia de 03 (três) meses contra vícios e defeitos de fabricação das peças substituídas.

7.8. Após a devolução da Escavadeira ao Setor Rodoviário situado a Rua Recife, 912, Centro, Três Barras do Paraná **se houver a necessidade de atendimento técnico nos serviços prestados, deverão ser realizados nos locais onde o mesmo se encontra**. Quando da solicitação de atendimento no local (chamado técnico), a empresa fornecedora terá que realizar o atendimento em no máximo 02 (duas) horas. Se necessário for a realização do atendimento em prazos diferentes, somente será concedido após análise dos motivos apresentados pela fornecedora, podendo ou não ser aprovado.

7.9. Quaisquer despesas inerentes à retirada do local que se encontra e/ou entrega do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora;

7.10. Para o bom andamento dos serviços, objeto desta licitação, a licitante deverá manter durante a vigência do contrato, peças e equipamentos suficientes para atender a demanda do Município, bem como técnicos/mecânicos devidamente treinados que possam orientar e atender as solicitações no prazo estipulado.

7.11. A Administração Municipal manterá um servidor designado para fiscalização dos serviços objeto deste Edital, o qual deverá comunicar a Administração caso estejam ocorrendo desídia na prestação dos serviços licitados.

7.12. O licitante vencedor deverá entregar os serviços de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.13. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços e peças obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

7.14. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, o serviço ou a peça que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

7.15. Os serviços estarão sujeitos à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, principalmente neste Termo de Referência, no que se refere à quantidade e qualidade.

7.16. A empresa prestadora dos serviços fornecerá todas as peças e materiais necessários e suficientes ao perfeito funcionamento do equipamento, sendo todas novas e de primeiro uso, não sendo aceitas, sob qualquer hipótese, peças recicladas, recondicionadas ou remanufaturadas.

7.17. Serão substituídas as peças, sempre que necessário, para o perfeito funcionamento do equipamento.

7.18. O Município de Três Barras do Paraná poderá, a qualquer momento, solicitar a verificação das peças e materiais fornecidos.

7.19. Todo fornecimento a ser realizado pela fornecedora que não conste na relação de peças constante neste Termo de Referência deverá ser precedido de relação das peças e acessórios que necessitarão ser substituídas, o qual será encaminhado para o Município de Três Barras do Paraná, podendo o mesmo ser aprovado ou não.

7.20. Garantia:

7.20.1. Garantia mínima de 06 (seis) meses. No ato da devolução do motor, a Contratada deverá fornecer **Certificado de Garantia**, ou Termo de Garantia ou ainda Declaração de Garantia, por meio de documento próprio ou anotação (impressa ou carimbada) na Nota Fiscal, sendo que a não apresentação acarretará o não recebimento.

7.20.2. Ocorrendo defeito ou imperfeição durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas contados do recebimento da comunicação, providenciar a retirada do motor por meio de transporte próprio para o devido reparo, sem qualquer ônus para a Contratante, e entregar o motor em perfeitas condições operacional e de funcionamento, num prazo máximo de 03 (três) dias corridos sem ônus para a Contratante.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. As empresas deverão atender os requisitos como seguem:

8.1.1. Atestado de Capacidade Técnica Operacional emitido em favor da proponente que comprove ter prestado para pessoa jurídica de direito público ou privado, serviços iguais ou compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante.

8.1.1.1. Entende-se por serviços compatíveis a prestação de serviços que compreendam serviços de recuperação/alinhamento de caçambas e chassis (material e mão de obra) de Caminhões Mercedes Benz.

8.2. Atestado de Vistoria Técnica emitido pelo órgão licitador ou Declaração Formal de Dispensa de Visita.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. A escavadeira encontra-se na cidade de Cascavel-PR, na empresa TRUCKVEL PEÇAS E IMPLEMENTOS - EIRELI, situada na Rodovia BR-277, KM 583, S/N, Bairro Cascavel Velho, onde poderá ser vistoriado por todas as proponentes interessadas.

9.2. Os serviços deverão ser prestados na oficina da fornecedora contratada. A prestadora dos serviços deverá retirar a escavadeira do local onde se encontra no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a assinatura do Contrato, ficando a cargo da fornecedora, todos os custos para o transporte e carregamento e descarregamento da mesma.

9.3. Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 30 (trinta) corridos dias após a emissão da ordem de serviço.

9.4. Sobre a substituição das peças:

9.4.1. As "peças usadas" que forem substituídas devem ser entregues ao Fiscal do Contrato para conferência. Este é um procedimento obrigatório para o recebimento do serviço.

9.4.2. A Fornecedora deve entregar uma cópia da Nota Fiscal de aquisição das peças substituídas, sendo esta uma condição necessária para o recebimento do serviço.

9.4.3. As peças listadas que não forem substituídas terão seu valor de referência deduzido do montante a ser pago, aplicando-se o Percentual de Desconto Ofertado.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, conferência pelo fiscal das "peças usadas" que foram substituídas, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista;

c) Termo de Garantia (conforme Termo de Referência);

d) Documento Fiscal da compra das peças que foram substituídas.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

10.4. Somente será efetivamente pago os quantitativos devidamente utilizados por esta municipalidade.

10.5. As peças listadas que não forem substituídas terão seu valor de referência deduzido do montante a ser pago, aplicando-se o Percentual de Desconto Ofertado

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, empreitada por preço **GLOBAL**.

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. As quantidades estimadas de contratação e valores constam no item 02 do presente Termo de Referência.

12.2. Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00

b) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O licitante vencedor deverá retirar a escavadeira no local indicado no item **9.1**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após a assinatura do contrato.

14.2. Os serviços deverão ser realizados no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.XXX.XXX-59

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) RUDINEY MARCHIORO, Mecânico, CPF N° 467.XXX.XXX-87, fiscal titular da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

b) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

PROCURADORIA JURÍDICA

Objeto: PARECER INICIAL

Repartição: Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

A espécie: Processo Administrativo nº 64/2024

Objeto da Contratação: **Contratação de empresa especializada para retífica completa do motor da Escavadeira Hidráulica Volvo, modelo EC140, de propriedade do município de Três Barras do Paraná, incluindo fornecimento de peças, serviços (mão de obra) e outras despesas correlacionadas.**

Prazo: 180 (cento e oitenta) dias.

O Departamento de Licitações, por ordem do sr. Prefeito Municipal, encaminha para análise da Assessoria Jurídica, o presente processo de contratação, conforme condições e especificações contidas nos autos. Constam no processo administrativo físico:

I. Portaria de Nomeação de agentes de contratação
II. Documento de Formalização de Demanda
III. Estudo Técnico Preliminar
IV. Termo de Referência
V. Documentação da pesquisa de preços
VI. Despacho de encaminhamento do Prefeito Municipal
VII. Parecer Contábil e Financeiro
VIII. Minuta do Edital e anexos

De se observar que todos os documentos acima se encontram encartados, todavia, não exatamente nesta ordem.

Importante asseverar, inicialmente, que compete à esta Procuradoria, nos termos do art. 53 da Lei no 14.133, de 2021 , realizar o controle prévio de legalidade do processo de contratação, pela análise da presença e da legalidade do conteúdo dos documentos essenciais para a realização da contratação pública, responsabilizando-se apenas o ordenador da despesa e os responsáveis pela contratação quanto à veracidade das informações contidas no processo, ressalvando, portanto, que todo procedimento deverá observar a legislação apontada no corpo deste parecer, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais.

No que tange à fase interna do processo de contratação, estão sendo aplicadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Quanto ao ETP, contempla-se todos os incisos obrigatórios de acordo com o Art. 18 da Lei 14.133/21.

O termo de referência, se encontra segundo o art. 6º, inciso XXIII.

Tendo em conta a ausência de dados desarrazoáveis, nos limites dos conhecimentos deste órgão consultivo, é oportuno registrar que a descrição técnica dos itens que compõem o objeto da presente contratação é de responsabilidade exclusiva do (s) subscritor (es) do documento.

Atendo-se às peculiaridades do objeto da presente contratação, vislumbra-se que o termo de referência prevê o prazo e as condições de execução contratual, havendo regras claras para os licitantes. O prazo de vigência do contrato, previsto no termo de referência, está de acordo com as disposições legais.

A presente contratação visa realizar a contratação de empresa (s) para contratação de empresa especializada para realização de retífica completa de motor da Escavadeira Hidráulica EC140.

Deve-se ressaltar que os autos contêm toda a documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação nos autos, sob página nº 000030.

Quanto à fiscalização da contratação, evidenciada a relação de Gestor e Fiscais da contratação, devendo ser dado conhecimento deste à eles.

A justificativa constante no termo de referência é suficiente para demonstrar o interesse público da realização da presente contratação.

Verifica-se que o Termo de Referência atende de maneira suficiente aos requisitos legais, pois fornece subsídios claros para que possam os interessados em participar do processo licitatório.

Consta, ainda, nos autos a documentação relativa à pesquisa de preços realizada, cuja metodologia adotada atende o previsto no Artigo 23, inciso IV da Lei nº 14.133/2021. Entendendo suficientes as informações contidas no processo.

A estimativa para a contratação resulta em um investimento máximo de R$ 113.077,58 (cento e treze mil setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

Considerando-se que o presente certame adotou o formato eletrônico e tendo em vista que a regra é justamente essa, não há outras considerações a serem apontadas nesta rubrica.

O critério de julgamento da licitação adotado é o menor preço global, visto a necessidade de a empresa realizar a retifica completa com fornecimento de peças e mão de obra.

Os licitantes além da necessidade de comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, exige-se também a comprovação de qualificação técnico-profissional, sendo requerido atestado de capacidade técnica, conforme descrito no item 12.9 da minuta do Edital. Posto isto, conclui-se que as exigências constantes na minuta do Edital estão adequadas aos Artigos 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, assim entender Vossa Senhoria o Prefeito Municipal, para apreciação e autorização, ou não, nos termos da Lei nº 14.133/2021, acerca de todo o aqui referido, e entendendo necessário, remeta-se à Controladoria Interna para análise.

S.M.J.. É o parecer.

Três Barras do Paraná, 10 de julho de 2024

Marcos Antonio Fernandes
OAB/PR 21.238

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 11 de julho de 2024.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**
Para: **Departamento de Licitações**

Considerando as informações e os pareceres contidos no presente processo, AUTORIZO o PROCESSO LICITATÓRIO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da Lei Nº 14.133/2021.

Solicito ainda, após autuação, que promova as formalidades necessárias à contratação, incluindo todas as publicidades dos atos conforme exigências da legislação vigente.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

TERMO DE INDICAÇÃO E CIÊNCIA DE FISCAL DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Eu, GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, indico os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato/Ata de Registro de Preços disposto do Procedimento Licitatório com o objetivo de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS**, resultantes do Processo Administrativo N° 64/2024.

FISCAL TITULAR RUDINEY MARCHIORO, Mecânico, CPF N° 467.XXX.XXX-87, fiscal titular da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

FISCAL SUPLENTE: DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Ficam cientes os fiscais designados para zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Lei N° 14133/2021, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) Recusar os serviços/produtos executados/entregues em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Na ausência do fiscal titular designado, fica o suplente responsável pela condução das atividades descritas neste termo.

GERSON FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

RUDINEY MARCHIORO
Fiscal Titular

DOUGLAS POLTRONIERI
Fiscal Suplente

ESTADO DO PARANÁ
Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

ESTADO DO PARANÁ
Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

DECRETO nº 5634/2024
DATA: 09/01/2024

PUBLICADO EM:
31/01/2024
Jornal AMP
Página 441
Edição 2951
Ass. Responsável

SÚMULA: Altera os artigos 2º e 3º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 2º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

".....**Art. 2º**. Ficam nomeados, para compor a Comissão de Contratação, os seguintes agentes públicos:
I-Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.960.809-81;
II – Karine Fernanda Skorupa CPF nº 089.025.909-76;
III – Carlos Sniezko CPF nº 925.836.289-68;
IV – Miria Kuhnen Mencatto CFP nº 076.456,549-45 (suplente);
V – Luana Cistina Reffatti CPF 826.090.809-30 (suplente).

Art. 2º. O artigo 3º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"..... **Art. 3º.** Ficam nomeados, para licitações que envolvam bens e serviços comuns, como agente de contratação, o empregado (servidor) efetivo, pertencente ao quadro permanente da Administração Pública:
I - Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.960.809-81
II - Karine Fernanda Skorupa CPF nº 089.025.909-76"

EQUIPE DE APOIO

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

I- Miria Kuhnen Mencatto CFP nº 076.456.549-45 (titular);
II- Carlos Sniezko CPF nº 925.836.289-68 (titular);
III- Karine Fernanda Skorupa CPF nº 089.025.909-76 (suplente);
IV- Luana Cistina Reffatti CPF 826.090.809-30 (suplente).

Art. 3º. Ratificam-se as demais disposições do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná/PR, em 09 de janeiro de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GOVERNO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2024

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 113.077,58 (CENTO E TREZE MIL E SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/07/2024 – 09:00 HORAS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2024

TIPO DE AVALIAÇÃO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.**

1.2. O recebimento das propostas será até às **08h00 DO DIA 26 DE JULHO DE 2024.**

1.3. A abertura das propostas terá início às **08h01 ÀS 08h59 DO DIA 26 DE JULHO DE 2024.**

1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às **09h00 DO DIA 26 DE JULHO DE 2024.**

1.5. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.6.1. A licitante interessada deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.

1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

1.8. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º do Artigo 17º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.8.1. O sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

1.9. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado pelo Município de Três Barras do Paraná, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações Públicas" consoante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS,** conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os produtos a ser ofertados/entregues deverão atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo V).

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da dotação orçamentária:

a) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00

b) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

c) Decretos Municipais nº 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

d) Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. A participação no pregão na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar desta licitação empresas que:

5.4.1. Estejam **legalmente constituídas** e **desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto** deste Pregão;

5.4.2. Atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital;

5.4.3. Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.

5.5. Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e, quando for o caso, que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).

5.5.1. O item do objeto possui a condição de **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, ou seja, poderão participar tanto microempresas e/ou empresas de pequeno porte (ME/EPP) quanto empresas enquadradas em outros regimes (médio e grande porte);

5.5.1.1. Todas as empresas interessadas, independentemente do seu enquadramento, poderão cotar os preços dos itens, independentes de seu enquadramento, sendo que será estendida as microempresas e/ou empresas de pequeno porte a preferência na contratação, conforme preconiza os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.6. É vedada a participação de:

5.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.6.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei N° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.6. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.6.7. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.6.8. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;

5.6.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.6.10. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná-PR;

5.6.11. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão N° 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, Nº 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bll.org.br.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.2. Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido pra MEI), **deverão identificar o seu regime de tributação,** informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema,

verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.2. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2.1. A participação da licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

7.2.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome da licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.

7.2.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

7.2.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL-Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.2.5. O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.2.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, após encerrada a etapa de lances, mediante convocação da Pregoeira, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, proposta ajustada com a descrição do objeto ofertado e o preço.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Percentual de Desconto Global;

b) Marca/Modelo.

9.1.1. Caso a marca possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada, conforme item *"10.4"* do edital.

9.1.2. A disputa começará com um percentual mínimo de desconto de 1% (um por cento). O intervalo entre os lances não poderá ser inferior a 0,5% (meio por cento).

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos

prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;

b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3. A Administração Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada.

10.4. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.

10.4.1. Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.

10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e as licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL.**

10.10. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

10.11. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo às licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.

10.13. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos) e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, sem prol da consecução do melhor preço.

10.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.20. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

10.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

10.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

10.23. O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO GLOBAL** conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.24. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.25.2. O pregoeiro solicitará à licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

10.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 59, 60 e 61 da Lei Federal N° 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.2. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão N° 1455/2018-TCU-Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 59, da Lei N° 114.133/2021.

11.2.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

11.2.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do item V parágrafo 2° do artigo 59 da Lei N° 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

11.2.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.2.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

11.2.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

11.2.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

11.2.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

11.2.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.2.3. No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, sendo que a inexequibilidade só será considerada após a diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

11.2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.3. O pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5. Se a proposta o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.7. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.7.1. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

11.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.8. Nos itens de ampla concorrência, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá uma nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observando o disposto neste edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR):

(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).

12.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.1.3. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condições de participação.

12.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.6. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

12.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

12.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

12.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei N° 5.764/1971.

12.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.6.8. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.7. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

12.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

12.7.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei N° 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

12.7.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei N° 12.440/2011;

12.7.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

12.7.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

12.8. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.8.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

12.9. A Qualificação Técnico Profissional exigirá a apresentação do seguinte documento, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

12.9.1. Para garantir a capacidade técnica do licitante, será requerida a comprovação de aptidão por meio de **Atestado de Capacidade Técnico-Operacional** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à retífica de motores de máquinas pesadas. Esse requisito visa assegurar que a empresa contratada possua a expertise necessária para realizar os trabalhos com eficiência, qualidade e segurança, atendendo aos padrões exigidos e contribuindo para o sucesso do projeto. A análise criteriosa dos atestados permite uma seleção mais precisa e garante a contratação de um fornecedor qualificado para atender às necessidades específicas da administração pública.

12.10. Deverá ainda, apresentar as seguintes declarações:

12.10.1. Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando o cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo do **ANEXO I** deste Edital;

12.10.2. Declaração subscrita pelo representante legal, de que manterá durante a vigência do contrato a proibição constante do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, conforme modelo constante no **ANEXO II**;

12.10.3. Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do **ANEXO III** deste Edital;

12.11. As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3° da Lei Complementar N° 123/2006, **deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, declaração (modelo livre) assinada pelo**

contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar N° 123/2006.

12.12. A existência de restrição relativamente a regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.13. A declaração da vencedora acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração da vencedora, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.14.1 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.15. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

12.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado a vencedora será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite o não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada da licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para que querendo, apresentarem suas contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (Artigo 12° da Lei N° 14.133/21).

14.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, § 1°, da Lei Complementar N° 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

16.1.1. Se houver recurso (s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto à (s) vencedora (as) e à homologação do resultado do Pregão.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Administração convocará a licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N° 14.133/2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Municipal.

17.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

17.2.1. Na hipótese de nenhum das licitantes aceitar a contratação nos termos do Item *"17.2."*, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

17.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.4.1. A regra estabelecida no Item *"17.4."* não se aplicará à licitantes remanescentes convocadas.

17.5. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do TITULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – da Lei Federal N° 14.133/2021.

17.6. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte da vencedora da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Artigo 137, incisos I ao IX da Lei N° 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no mesmo diploma legal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. A licitante vencedora deverá entregar os produtos/serviços objeto desta licitação de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO V).

18.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

18.1.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

18.1.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3. A licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias, o material que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

18.4. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade, principalmente o Termo de Referência (ANEXO V).

18.5. Os objetos do contrato deverão ser entregues diretamente nas Secretarias solicitantes ou no Departamento de Compras, conforme designação da mesma, mediante emissão de solicitação.

18.5.1. O Município de Três Barras do Paraná efetuará os pedidos das quantidades necessárias, devendo o fornecedor entregar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação.

18.5.2. Quaisquer despesas inerentes à entrega do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, conferência pelo fiscal das "peças usadas" que foram substituídas, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista;

c) Termo de Garantia (conforme Termo de Referência);

d) Documento Fiscal da compra das peças que foram substituídas.

19.2. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no

caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o prestador de serviços contratado (IN Nº 89/2013 – TCE/PR).

19.3. O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

19.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

19.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

20.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

20.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

20.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

20.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

20.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

20.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

20.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

20.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

20.2. São obrigações do Fornecedor:

20.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

20.2.2. Dispor da quantidade suficiente do material solicitado ao fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário do (s) material (is) adquirido (s) até que totalmente requisitado (s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;

20.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.2.4. Garantir a qualidade do (s) material (is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

20.2.4.1. Substituir no prazo de 02 (dois) dias qualquer produto que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Três Barras do Paraná;

20.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.2.6. Entregar o (s) material (is) no prazo e formas ajustados;

20.2.7. Entregar o (s) material (is), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de Três Barras do Paraná.

20.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a (s) pessoa (s) que, na ausência do responsável, poderá (ao) substituí-lo (s);

20.2.9. Efetuar a entrega do produto dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

20.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

20.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Três Barras do Paraná ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

20.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Três Barras do Paraná, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

20.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

20.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Três Barras do Paraná qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

20.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

20.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Três Barras do Paraná.

20.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Três Barras do Paraná;

20.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

20.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

20.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 20.3, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de Três Barras do Paraná.

20.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

20.5.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Três Barras do Paraná, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

20.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Três Barras do Paraná.

20.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

21. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias corridos, contados à partir da emissão da Ordem de Serviço, emitida pelo Setor de Compras.

21.2. A vigência do Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação do mesmo.

22. PREÇO MÁXIMO

22.1. O **PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO** estimado para esta licitação é de **1%** (um por cento).

22.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

22.3. O valor global deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

22.4. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.10. Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846, de 1° de agosto de 2013

23.1.10.1. A Lei N° 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

23.2. Serão aplicadas ao contratado responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c.1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** deste Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

23.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

23.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.2.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

23.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

23.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

24.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

24.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, durante o horário normal de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, ou de forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br.

24.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser prestados no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

24.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

24.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratadas, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão mun cipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

25.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado à contratada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

26. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

26.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

26.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.XXX.XXX-59.

26.1.2. Ficam designadas como fiscais deste contrato as seguintes servidoras:

a) RUDINEY MARCHIORO, Mecânico, CPF N° 467.XXX.XXX-87, fiscal titular da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

b) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

26.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na

ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

26.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

26.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

26.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

26.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

26.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

27.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.9. Não cabe ao BLL qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.10. O pregoeiro e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.

27.11. Os usuários dos sistemas de que trata o § 2° do artigo 5° do Decreto Federal N° 10.024/2019, poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

27.12. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente em vigência.

28. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas-PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

b) Anexo II – Modelo de Declaração de Não Utilização de Trabalho de Menor;

c) Anexo III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo Para Licitar;

d) Anexo IV - Minuta do Contrato;

e) Anexo V - Termo de Referência.

Três Barras do Paraná, 10 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2024.

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2024, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 63º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2024.

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara sob as penas da Lei, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima, durante a vigência do contrato, acarretará a sua rescisão.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2024.

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara também, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Carimbo e Assinatura

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS N° XXX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR E A EMPRESA (RAZÃO SOCIAL COMPLETA).

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Pioneiros, 500, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob N° XXX.XXX.XXX-XX e portador da Carteira de Identidade N° X.XXX.XXX-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, (QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL), doravante designada **CONTRATADA**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal N° 14.133/21, AJUSTAM o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS, em decorrência da Licitação Modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA N° 33/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.

PARAGRAFO SEGUNDO – O (s) projetos (is) deverá (ão) atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência do Pregão Eletrônico N° 33/2024.

PARAGRAFO TERCEIRO - Os materiais deverão ser entregues em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2024 e seus anexos.

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

PARAGRAFO QUINTO – O presente contrato seguirá o regime de execução

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a entregar os projetos, objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ X,XX (valor por extenso), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR DE REFERÊNICA (R$)	PERCENTUAL DE DECONTO (%)	VALOR TOTAL C/DESCONTO (R$)

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 134 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, conferência pelo fiscal das "peças usadas" que foram substituídas, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista;

c) Termo de Garantia (conforme Termo de Referência);

d) Documento Fiscal da compra das peças que foram substituídas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00

b) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (Duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência, após Ordem de Serviço (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega é de **30 (trinta) dias corridos**, iniciando-se o prazo a partir da emissão da Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Compras

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 180 (cento e oitenta) dias iniciando a partir da publicação do extrato do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2024 e seus anexos, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2024 e seus anexos, os encargos a seguir:

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2024 e seus anexos;

b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

c.1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica designado como gestor deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.XXX.XXX-59.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) FISCAL TITULAR: RUDINEY MARCHIORO, Mecânico, CPF N° 467.XXX.XXX-87, fiscal titular da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

b) FISCAL SUPLENTE: DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2024 e seus anexos e, na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que

em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Local e data.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

_____

Nome:
CPF:

_____

Nome:
CPF:

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1. Para o dimensionamento do quantitativo a ser registrado, foram consideradas as quantidades de peças e serviços necessários para a manutenção da referida máquina. Este levantamento detalhado assegura que todos os componentes e serviços essenciais sejam incluídos, garantindo a continuidade e a eficiência das operações.

2.2. O valor máximo estimado foi baseado em uma pesquisa de preços junto aos fornecedores especializados no ramo de atividade. A partir dessa pesquisa, foi calculado o preço médio, que servirá como referência para a aquisição. O objeto da contratação deverá atender às especificações técnicas e às quantidades descritas nas tabelas a seguir, assegurando que os critérios de qualidade e custo-benefício sejam plenamente satisfeitos.

LOTE: 01 - PEÇAS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA PEÇA	QUANT	VALOR MÉDIO UNITARIO	VALOR TOTAL
1	VOE20459838	PARAFUSO	13	R$ 83,90	R$ 1.090,70
2	VOE20459852	SEDE DE VALVULA	4	R$ 189,78	R$ 759,12
3	VOE21026535	VALVULA ADM	4	R$ 195,32	R$ 781,28
4	VOE21026536	VALVULA ESCAPE	4	R$ 195,32	R$ 781,28
5	VOE20459854	SEDE DE VALVULA	4	R$ 210,03	R$ 840,12
6	VOE20460006	PARAFUSO	5	R$ 18,39	R$ 91,95
7	VOE20459999	BUCHA	4	R$ 278,21	R$ 1.112,84
8	VOE20459998	BUCHA	1	R$ 331,55	R$ 331,55
9	VOE20412745	BUJÃO	4	R$ 17,97	R$ 71,88
10	VOE21305007	PISTÃO/ANEL/PINO	4	R$ 4.059,36	R$ 16.237,44
11	VOE20459853	PARAFUSO	3	R$ 25,89	R$ 77,67
12	VOE20405524	PARAFUSO	8	R$ 19,30	R$ 154,40
13	VOE21345578	VARETA	8	R$ 428,79	R$ 3.430,32

14	VOE20460007	TUCHO DE VALVULA	8	R$	536,10	R$	4.288,80
15	VOE20460092	BUCHA	1	R$	145,61	R$	145,61
16	VOE20523284	BUCHA DE BIELA	4	R$	279,65	R$	1.118,60
17	VOE20459149	ARRUELA	2	R$	565,31	R$	1.130,62
18	VOE20459140	BRONZINA DE MANCAL	5	R$	477,88	R$	2.389,40
19	VOE20480536	BRONZINA DE BIELA	4	R$	1.526,95	R$	6.107,80
20	VOE20459133	PARAFUSO	4	R$	79,86	R$	319,44
21	VOE14661334	COXIM	2	R$	377,01	R$	754,02
22	VOE14661333	COXIM	2	R$	377,01	R$	754,02
23	VOE20726088	BOMBA	1	R$	5.999,58	R$	5.999,58
24	VOE11708550	FILTRO	1	R$	75,61	R$	75,61
25	VOE11711074	FILTRO	1	R$	123,45	R$	123,45
26	VOE11110668	FILTRO	1	R$	500,28	R$	500,28
27	VOE20549905	ROLO	4	R$	241,66	R$	966,64
28	VOE20460069	CONTROLADOR	1	R$	1.091,49	R$	1.091,49
29	SA931310425	ABRAÇADEIRA	1	R$	116,49	R$	116,49
30	VOE11110284	FILTRO DE AR	1	R$	238,31	R$	238,31
31	VOE11110283	FILTRO DE AR	1	R$	391,56	R$	391,56
32	VOE14506004	MANGUEIRA	1	R$	542,11	R$	542,11
33	VOE14506007	MANGUEIRA	1	R$	584,03	R$	584,03
34	SA931210175	ABRAÇADEIRA	2	R$	25,83	R$	51,66
35	VOE20450736	VALVULA TERMOSTATICA	1	R$	295,32	R$	295,32
36	VOE21125771	BOMBA AGUA	1	R$	1.422,35	R$	1.422,35
37	21305007L	CAMISA	4	R$	744,49	R$	2.977,96
38	VOE22088967	TENSOR	1	R$	832,14	R$	832,14
39	VOE17418256	CORREIA	1	R$	327,83	R$	327,83
40	VOE996518	ROLAMENTO	1	R$	100,11	R$	100,11
41	VOE996519	ROLAMENTO	1	R$	37,83	R$	37,83
42	VOE21186479	SOLENOIDE	1	R$	2.442,77	R$	2.442,77
43	VOE11709635	CORREIA	1	R$	207,90	R$	207,90
44	VOE20840772	TRAVA	8	R$	63,90	R$	511,20
45	VOE20840807	ARRUELA	8	R$	182,12	R$	1.456,96
46	VOE20459857	LUVA	16	R$	24,13	R$	386,08
47	VOE21531072	SENSOR	1	R$	111,13	R$	111,13
48	VOE20758137	BUJÃO	1	R$	190,16	R$	190,16
49	VOE20459220	VALVULA	1	R$	516,99	R$	516,99
50	VOE20459204	VALVULA	1	R$	836,33	R$	836,33
51	VOE20758403	AQUECEDOR	1	R$	2.335,74	R$	2.335,74
52	VOE20460945	TURBINA	1	R$	5.351,15	R$	5.351,15
53	VOE20460936	PARAFUSO	1	R$	19,70	R$	19,70
54	VOE7025167	PARAFUSO	1	R$	19,30	R$	19,30
55	VOE20412318	PRISIONEIRO	4	R$	18,88	R$	75,52
56	VOE20459235	PRISIONEIRO	4	R$	19,14	R$	76,56
57	VOE20405587	PRISIONEIRO	8	R$	13,64	R$	109,12

58	VOE20405847	VÁLVULA	1	R$	446,35	R$	446,35
59	VOE20405907	ANEL	12	R$	1,90	R$	22,80
60	VOE20405650	CREMALHEIRA	1	R$	1.440,16	R$	1.440,16
61	VOE20977068	FILTRO PESCADOR	1	R$	575,16	R$	575,16
62	VOE11716555	JG JUNTAS COMPLETO	1	R$	2.428,21	R$	2.428,21
63	VOE21707096	RESFRIADOR	1	R$	946,04	R$	946,04
64	**********	TRAVA COMANDO	1	R$	849,08	R$	849,08
65	**********	GUIA DA FACE BLOCO	2	R$	44,64	R$	89,28
66	VOE20460001	PINO GUIA CAPA MANCAL	10	R$	27,91	R$	279,10
67	**********	SELO BLOCO	11	R$	29,76	R$	327,36
68	VOE21124198	ATUADOR ACELERADOR	1	R$	8.332,37	R$	8.332,37
69	VOE20459134	PINO GUIA DA CAPA BIELA	8	R$	21,48	R$	171,84
70	VOE20412745	SELO CABEÇOTE	3	R$	25,62	R$	76,86
71	**********	VEDA ESCAPE	1	R$	45,87	R$	45,87
72	**********	JUNTA LIQUIDA MOTOR	1	R$	64,89	R$	64,89
73	**********	BD ÓLEO 15W40	1	R$	670,33	R$	670,33
74	**********	ADITIVO RADIADOR	3	R$	435,00	R$	1.305,00
				TOTAL PEÇAS:		**R$**	**92.160,92**

LOTE: 02 - SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
** ABRIR OLHO BIELA
** PLAINA DO COLETOR 4 CIL
** MANDRILHAR BUCHA BIELA
** ALINHAR BIELA
** RETIFICAR BIELA
** PLAINAR BLOCO
** RETIFICAR CILINDRO BLOCO
** BRUNIR BLOCO
** ENCAMISAR CILINDRO BLOCO
** MANDRILHAR MANCAIS BLOCO
** AJUSTAR FOLGAS E PROJ. PISTÕES BLOCO
** ESMERILHAR VALVULAS CABEÇOTE
** RETIFICAR SEDES CABEÇOTE
** TROCAR/ENCAMISAR GUIAS CABEÇOTE
** SUSBTITUIR SEDES CABEÇOTE
** PLAINAR CABEÇOTE
** TESTAR CABEÇOTE
** LAVAGEM QUIMICA
** ALINHAR EIXO COMANDO
** EMBUCHR EIXO COMANDO
** POLIR EIXO COMANDO
** MANDRILHAR BUCHAS EIXO COMANDO
** MAGNA FLUX VIRABREQUIM

** RETIFICAR VIRABREQUIM
** ENCURTAR BIELA
** ENCAMISAR ALOJ. RETENTOR VIRABREQUIM
** SOLDA ENCHER ALOJAMENTO BOMBA DE OLEO
** CORROX ENGRENAGEM
** SOLDA BOCA SAIDA COLETOR ESCAPE CABEÇOTE
** LIMPEZA RADIADORES DE ÁGUA E ÓLEO.
** SACAR MOTOR E DESMONTAR MOTOR
** REVISAR, MONTAR E INSTALAR MOTOR
** SACAR E INSTALAR BOMBA HIDRÁULICA.
** SACAR E INSTALAR LATARIAS
**** DESPESAS COM CARREGAMENTO E DESCARREGAMENTO DA MÁQUINA**
**** DESPESAS COM O TRANSPORTE DA MÁQUINA**

TOTAL SERVIÇOS:	**R$ 20.916,66**

VALOR GLOBAL:	**R$ 113.077,58**

2.3. Os valores de referência dos itens não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

2.3.1. Os valores totais dos itens deste Termo de Referência somam a importância de R$ 113.077,58 (cento e treze mil, setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

2.4. A empresa licitante que apresentar os valores superiores conforme o item 2.3.1. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação na etapa de lances.

2.5. Os preços serão fixos e irreajustáveis, devendo ser expressos em reais.

2.6. As peças do Lote 01 que eventualmente não precisarem ser substituídas, terão seus valores correspondentes deduzidos do valor total a ser pago, com base no preço estipulado na planilha Lote 01, aplicando-se o Percentual de Desconto Ofertado, conforme especificado nos Itens: 7.5 e 9.4, deste Termo de Referência.

2.7. Os valores mencionados anteriormente são apenas para orientação dos licitantes, considerando que a disputa será pelo Maior Percentual de Desconto em relação ao Preço Global de R$ 113.077,58.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo identificar a opção mais viável técnica, eficiente e economicamente para a contratação de uma empresa especializada na execução de manutenção reparadora completa (material e mão de obra) no motor da Escavadeira Hidráulica de propriedade do Município de Três Barras do Paraná.

3.2. Embora o Município possua uma licitação vigente para a manutenção da máquina em questão, o saldo disponível não é suficiente para realizar todos os reparos necessários, assegurando seu perfeito funcionamento. Diante disso, torna-se necessário iniciar um novo processo licitatório para suprir as necessidades identificadas e garantir que a escavadeira opere de maneira eficiente e segura.

3.3. A contratação mencionada é indispensável, considerando que a escavadeira hidráulica é uma ferramenta crucial para a execução das tarefas diárias dos órgãos da administração pública municipal. Sua manutenção adequada é fundamental para o desempenho das atividades operacionais, destacando o interesse público na realização desta contratação.

4. LOCAIS DE ENTREGA – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. Após a execução dos serviços, a Escavadeira Hidráulica deverá ser entregue no Pátio de Máquinas Municipal, localizado na Rua Recife, nº 912, Centro, Três Barras do Paraná.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO- ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. A validade do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias. Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de serviço.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. Contratação de empresa para conserto do motor da escavadeira Hidráulica Volvo Modelo EC140, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, nos termos quantitativos e qualitativos do presente Estudo Técnico Preliminar.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. A máquina encontra-se desmontada na cidade de CASCAVEL-PR, na empresa CATERVEL – MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS, situada na RUA PORTO VELHO, Nº 71 (EM FRENTE A BR 467, KM 4), CASCAVEL-PR, onde poderá ser vistoriada por todas as proponentes.

7.1.1. Os serviços deverão ser prestados na oficina da fornecedora contratada. A prestadora dos serviços inclui retirar a máquina do local onde se encontra no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviços pelo Setor de Compras do Município de Três Barras do Paraná, ficando a cargo da fornecedora, todos os custos para o transporte e carregamento da mesma;

7.1.2. Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de serviço.

7.1.3. Os materiais (peças de reposição) deverão ser novos, genuínos ou originais de fábrica da máquina, não sendo aceito os que não apresentarem tal característica;

7.1.4. A prestadora dos serviços será responsável pela garantia dos serviços no prazo de 06 (seis) meses independentemente da quantidade de horas trabalhadas, bem como garantia de 03 (três) meses contra vícios e defeitos de fabricação das peças substituídas.

7.1.4.1. Após a devolução da máquina à Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, situado a Rua Recife, 912, Centro, Três Barras do Paraná se houver a necessidade de atendimento técnico nos serviços prestados, deverão ser realizados nos locais onde o mesmo se encontra. Quando da solicitação de atendimento no local (chamado técnico), a empresa fornecedora terá que iniciar o atendimento em no máximo um dia útil. Se necessário for a realização do atendimento em prazos diferentes, somente será concedido após análise dos motivos apresentados pela fornecedora, podendo ou não ser aprovado.

7.1.5. Quaisquer despesas inerentes à retirada do local que se encontra e/ou entrega da máquina consertada no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora.

7.1.6. Para o bom andamento dos serviços, objeto desta licitação, a licitante deverá manter durante a vigência do contrato, peças e equipamentos suficientes para atender a demanda do Município, bem como técnicos/mecânicos devidamente treinados que possam orientar e atender as solicitações no prazo estipulado.

7.1.7. A Administração Municipal manterá um servidor designado para fiscalização dos

serviços objeto deste Edital, o qual deverá comunicar a Administração caso estejam ocorrendo desídia na prestação dos serviços licitados.

7.2. O licitante vencedor deverá entregar os serviços de acordo com as necessidades da Administração Pública, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.2.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços e peças obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

7.3. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, o serviço ou a peça que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

7.4. Os serviços estarão sujeitos à verificação pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus anexos, principalmente no Termo de Referência, no qual se refere à quantidade e qualidade.

7.5. Para comprovar a substituição das peças do motor, a Licitante deverá:

a) Apresentar a Nota Fiscal emitida pelo fornecedor das peças adquiridas para a substituição;

b) Devolver as "peças usadas" que foram substituídas ao Município, entregando-as ao fiscal do contrato.

7.6. Os materiais (peças de reposição) deverão ser novos, genuínos ou originais de fábrica do Escavadeira Volvo, não sendo aceito os que não apresentarem tal característica;

7.6.1. Para efeitos deste Termo de Referência, entende-se:

7.6.1.1. **PEÇAS e ACESSÓRIOS GENUÍNOS**: Material novo e de primeiro uso, produzido e/ou distribuído pelo fabricante/montadora do equipamento, tem garantia e qualidade assegurada pelo mesmo.

7.6.1.2. **PEÇAS e ACESSÓRIOS ORIGINAIS**: Material novo, de primeiro uso, não sendo reciclado, recondicionado ou remanufaturadas, produzido por qualquer fabricante, adquirida de fornecedores alternativos e também pela fabricante do equipamento, possui garantia assegurada pelos mesmos e qualidade de acordo com as normas Técnicas Brasileiras (ABNT).

7.7. A prestadora dos serviços será responsável pela **garantia dos serviços no prazo de 06 (seis) meses independente do total de horas trabalhadas**, bem como garantia de 03 (três) meses contra vícios e defeitos de fabricação das peças substituídas.

7.8. Após a devolução da Escavadeira ao Setor Rodoviário situado a Rua Recife, 912, Centro, Três Barras do Paraná se **houver a necessidade de atendimento técnico nos serviços prestados, deverão ser realizados nos locais onde o mesmo se encontra**. Quando da solicitação de atendimento no local (chamado técnico), a empresa fornecedora terá que realizar o atendimento em no máximo 02 (duas) horas. Se necessário for a realização do atendimento em prazos diferentes, somente será concedido após análise dos motivos apresentados pela fornecedora, podendo ou não ser aprovado.

7.9. Quaisquer despesas inerentes à retirada do local que se encontra e/ou entrega do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora;

7.10. Para o bom andamento dos serviços, objeto desta licitação, a licitante deverá manter durante a vigência do contrato, peças e equipamentos suficientes para atender a demanda do Município, bem como técnicos/mecânicos devidamente treinados que possam orientar e atender as solicitações no prazo estipulado.

7.11. A Administração Municipal manterá um servidor designado para fiscalização dos serviços objeto deste Edital, o qual deverá comunicar a Administração caso estejam ocorrendo desídia na prestação dos serviços licitados.

7.12. O licitante vencedor deverá entregar os serviços de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.13. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços e peças obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

7.14. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, o serviço ou a peça que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

7.15. Os serviços estarão sujeitos à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, principalmente neste Termo de Referência, no que se refere à quantidade e qualidade.

7.16. A empresa prestadora dos serviços fornecerá todas as peças e materiais necessários e suficientes ao perfeito funcionamento do equipamento, sendo todas novas e de primeiro uso, não sendo aceitas, sob qualquer hipótese, peças recicladas, recondicionadas ou remanufaturadas.

7.17. Serão substituídas as peças, sempre que necessário, para o perfeito funcionamento do equipamento.

7.18. O Município de Três Barras do Paraná poderá, a qualquer momento, solicitar a verificação das peças e materiais fornecidos.

7.19. Todo fornecimento a ser realizado pela fornecedora que não conste na relação de peças constante neste Termo de Referência deverá ser precedido de relação das peças e acessórios que necessitarão ser substituídas, o qual será encaminhado para o Município de Três Barras do Paraná, podendo o mesmo ser aprovado ou não.

7.20. Garantia:

7.20.1. Garantia mínima de 06 (seis) meses. No ato da devolução do motor, a Contratada deverá fornecer **Certificado de Garantia**, ou Termo de Garantia ou ainda Declaração de Garantia, por meio de documento próprio ou anotação (impressa ou carimbada) na Nota Fiscal, sendo que a não apresentação acarretará o não recebimento.

7.20.2. Ocorrendo defeito ou imperfeição durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas contados do recebimento da comunicação, providenciar a retirada do motor por meio de transporte próprio para o devido reparo, sem qualquer ônus para a Contratante, e entregar o motor em perfeitas condições operacional e de funcionamento, num prazo máximo de 03 (três) dias corridos sem ônus para a Contratante.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. As empresas deverão atender os requisitos como seguem:

8.1.1. Atestado de Capacidade Técnica Operacional emitido em favor da proponente que comprove ter prestado para pessoa jurídica de direito público ou privado, serviços iguais ou compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante.

8.1.1.1. Entende-se por serviços compatíveis a prestação de serviços que compreendam serviços de recuperação/alinhamento de caçambas e chassis (material e mão de obra) de Caminhões Mercedes Benz.

8.2. Atestado de Vistoria Técnica emitido pelo órgão licitador ou Declaração Formal de Dispensa de Visita.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. A escavadeira encontra-se na cidade de Cascavel-PR, na empresa TRUCKVEL PEÇAS E IMPLEMENTOS - EIRELI, situada na Rodovia BR-277, KM 583, S/N, Bairro Cascavel Velho, onde poderá ser vistoriado por todas as proponentes interessadas.

9.2. Os serviços deverão ser prestados na oficina da fornecedora contratada. A prestadora dos serviços deverá retirar a escavadeira do local onde se encontra no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a assinatura do Contrato, ficando a cargo da fornecedora, todos os custos para o transporte e carregamento e descarregamento da mesma.

9.3. Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 30 (trinta) corridos dias após a emissão da ordem de serviço.

9.4. Sobre a substituição das peças:

9.4.1. As "peças usadas" que forem substituídas devem ser entregues ao Fiscal do Contrato para conferência. Este é um procedimento obrigatório para o recebimento do serviço.

9.4.2. A Fornecedora deve entregar uma cópia da Nota Fiscal de aquisição das peças substituídas, sendo esta uma condição necessária para o recebimento do serviço.

9.4.3. As peças listadas que não forem substituídas terão seu valor de referência deduzido do montante a ser pago, aplicando-se o Percentual de Desconto Ofertado.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, conferência pelo fiscal das "peças usadas" que foram substituídas, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;

b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista;

c) Termo de Garantia (conforme Termo de Referência);

d) Documento Fiscal da compra das peças que foram substituídas.

10.2. O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.3. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

10.4. Somente será efetivamente pago os quantitativos devidamente utilizados por esta municipalidade.

10.5. As peças listadas que não forem substituídas terão seu valor de referência deduzido do montante a ser pago, aplicando-se o Percentual de Desconto Ofertado

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo avaliação **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, empreitada por preço **GLOBAL**.

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. As quantidades estimadas de contratação e valores constam no item 02 do presente Termo de Referência.

12.2. Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00

b) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. O licitante vencedor deverá retirar a escavadeira no local indicado no item **9.1**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após a assinatura do contrato.

14.2. Os serviços deverão ser realizados no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço.

15. PENALIDADES

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Fica designado como gestor deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.XXX.XXX-59

17.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) RUDINEY MARCHIORO, Mecânico, CPF N° 467.XXX.XXX-87, fiscal titular da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

b) DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64/2024

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **26 DE JULHO DE 2024**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,**- forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná/PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 11 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Ficam convocados os aprovados acima descritos para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade no prazo de 05 (cinco) dias, após sua publicação, em horário de 08h00min as 11h30min e das 13h30min as 17h00min horas, munidos dos seguintes documentos (original e cópia autenticada): Cédula de Identidade, CPF, CTPS, Titulo de Eleitor, comprovante da última votação, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos e respectiva caderneta de vacinação para os menores de 05 anos, 01 (uma) foto 3x4 recente, Atestado de Saúde e Psicológico, Hemograma Completo, Glicemia de Jejum, Tipo sanguíneo, Certidão de Nascimento ou Casamento, Declaração de Bens, Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido, comprovante de endereço, PIS/PASEP e Certidão de Antecedentes Criminais.

Gabinete do Prefeito Municipal, de Três Barras do Paraná, em 11 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:C0A35064

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2024

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **14h00** do dia **24 DE JULHO DE 2024**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS À RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES DE ÁGUA.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 11 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:6B0AAFE1

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PORTARIA Nº1104/2024

PORTARIA Nº1104/2024
Data 11.07.2024

Súmula. Concede adicional noturno a servidora em estágio probatório municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido adicional noturno a servidora em estágio probatório municipal, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento base, conforme abaixo relacionada:

Enfermeira

Matrícula	Nome	Data início
1880-4/1	Andrea Carolina de Almeida	02/07/2024

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:681E930A

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2024

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **26 DE JULHO DE 2024**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná/PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 11 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:7FF2280B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº61/2024

Aos 09(nove) dias do mês de julho de 2024 as 08:30hs,reuniram-se em sessão publica a comissão de licitação constituída por MARCELA CRISTINA DOS SANTOS PIAZZA-Pregoeira, Equipe de apoio,

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
Processo Administrativo Nº 64/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 15/07/2024 09:19:12

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 113.077,58

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS

Autor	Marca/Modelo	Valor(%)
PARTICIPANTE 136	Serviço	3,00
PARTICIPANTE 134	Serviço	1,50
PARTICIPANTE 066	Serviço	2,00

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
Processo Administrativo Nº 64/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 15/07/2024 09:19:12

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 113.077,58

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS

Autor	Marca/Modelo	Valor(%)
CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	Serviço	3,00
HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI	Serviço	2,00
JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME	Serviço	1,50

DOCUMENTOS ANEXADOS

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
Processo Administrativo Nº 64/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 15/07/2024 09:19:12

MOVIMENTOS DO PROCESSO

19/07/2024 09:17:47	**CADASTRO DE PROPOSTA**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
22/07/2024 13:34:52	**CADASTRO DE PROPOSTA**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI
24/07/2024 14:22:23	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI
25/07/2024 15:12:32	**CADASTRO DE PROPOSTA**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
25/07/2024 16:42:49	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 97.133,6412 **Valor Total:** 97.133,6412

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E	136	00.778.049/0001-70	109.685,2526	97.133,6412	14,10	Sim
2	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS	066	27.014.321/0001-00	110.816,0284	97.246,7188	14,00	Sim
3	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME	134	12.947.184/0001-80	111.381,4163	98.377,4946	13,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

15/07/2024 09:19:11	**PUBLICADO**		
15/07/2024 15:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
26/07/2024 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
26/07/2024 09:01:33	**DISPUTA**		
26/07/2024 09:01:33	**LANCE**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI (PARTICIPANTE	**2,00**
26/07/2024 09:01:33	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,00**
26/07/2024 09:01:33	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**1,50**
26/07/2024 09:04:05	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**3,10**
26/07/2024 09:09:19	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	3,11
26/07/2024 09:09:45	**LANCE**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI (PARTICIPANTE	**3,20**
26/07/2024 09:09:45	**PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA**		

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

26/07/2024 09:09:56	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,21**
26/07/2024 09:11:21	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**3,22**
26/07/2024 09:11:31	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,23**
26/07/2024 09:11:46	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**3,25**
26/07/2024 09:11:54	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,26**
26/07/2024 09:12:08	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**3,30**
26/07/2024 09:12:18	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,31**
26/07/2024 09:12:49	**LANCE**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI (PARTICIPANTE	**5,00**
26/07/2024 09:13:02	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,01**
26/07/2024 09:14:04	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**5,02**
26/07/2024 09:14:11	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,03**
26/07/2024 09:14:29	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**5,50**
26/07/2024 09:14:36	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,51**
26/07/2024 09:15:04	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**5,60**
26/07/2024 09:15:17	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,61**
26/07/2024 09:15:45	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**5,70**
26/07/2024 09:15:52	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,71**
26/07/2024 09:16:06	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**5,80**
26/07/2024 09:16:14	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,81**
26/07/2024 09:16:59	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**6,00**
26/07/2024 09:17:05	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**6,01**
26/07/2024 09:17:11	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**7,00**
26/07/2024 09:17:22	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**7,01**
26/07/2024 09:17:28	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**8,00**
26/07/2024 09:17:36	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**8,01**
26/07/2024 09:17:42	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**9,00**
26/07/2024 09:17:50	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**9,01**
26/07/2024 09:17:57	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**10,00**
26/07/2024 09:18:05	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**10,01**
26/07/2024 09:18:12	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**11,00**
26/07/2024 09:19:04	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**11,01**
26/07/2024 09:19:12	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**12,00**
26/07/2024 09:19:23	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**12,01**
26/07/2024 09:19:30	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**13,00**
26/07/2024 09:19:56	**LANCE**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI (PARTICIPANTE	**14,00**
26/07/2024 09:20:06	**MENSAGEM**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	
Bom dia, Srº Pregoeiro.			
26/07/2024 09:20:07	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**14,10**
26/07/2024 09:20:26	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
Bom dia			
26/07/2024 09:22:07	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA			
26/07/2024 09:22:07	**HABILITAÇÃO**		

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Assistente Administrativo [redacted]

Diretora do Departamento de Contabilidade MIRIA KUNHEN MENCATTO

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
Processo Administrativo Nº 64/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 15/07/2024 09:19:12

			TOTAL DO PROCESSO:	**97.133,6412**
CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA			**00.778.049/0001-70**	**97.133,6412**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 136 Lance: 14,10		**Total: 97.133,6412**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:	

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS

Quantidade: 1	Val. Ref.: 113.077,58	**Valor Unit.: 97.133,6412**	Total Item: 97.133,6412

Vanessa M. A. Oenning
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Assistente Administrativo FERNANDO HENRIQUE PEZATO

Miriá K. Mencatto
Diretora do Departamento de Contabilidade MIRIA KUNHEN MENCATTO

PREFEITURA DE
JAPORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Amor pelos Japoraenses!

Secretaria Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **CATERVEL COMÉCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA,** situada na rua Porto Velho nº 55, Cascavel Pr, inscrita sobre o **CNPJ 00.778.049/0001-70**, e **IE 410.15450-11**, nos fornece serviços referente á retífica de motores de **MÁQUINAS PESADAS**, e visa assegurar que a empresa contratada possua a expertise necessária para realizar os trabalhos com eficiência, qualidade e segurança, atendendo aos padrões exigidos.

Atestamos que tais prestações de serviços sempre foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Para que surta os efeitos legais, datamos e assinamos o presente.

Japorã Ms 19 de Julho de 2024

JOSÉ BATISTA PORTO
DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS
E CONTROLE DE ALMOXARIFADO
PORTARIA 013/2013
CPF 820.882.091-15

José Batista Porto
RG 991062 SSP/MS
CPF 820.882.091-15
Diretor De Departamento De Compras
Portaria 013/2013

000182

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS L TDA

CGC/CPF/CEI 00.778.049/0001-70

ENDEREÇO RUA PORTO VELHO, 71 - SAO CRISTOVAO

MUNICÍPIO CASCAVEL UF PR

ESP. DO ESTABELECIMENTO 45.30-7/03

CARGO AUXILIAR DE MECANICO

CBO Nº 9144-05

DATA ADMISSÃO 19 DE JANEIRO DE 2023

REGISTRO Nº 000001 FLS./FICHA 000048

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA 1.487,00 P/MÊS

(UM MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E SETE REAIS)

ASS. DO EMPREGADOR OU ROGO C/ TESTEMUNHA

1ª 2ª

DATA DA SAÍDA

ASS. DO EMPREGADOR OU ROGO C/ TESTEMUNHA

1ª 2ª

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA

10

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

CGC/CPF/CEI

ENDEREÇO

MUNICÍPIO UF

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO

CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE

REGISTRO Nº FLS./FICHA

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA

1ª 2ª

DATA DE SAÍDA DE DE

1ª 2ª

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA

11

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA
CNPJ: 00.778.049/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:45:33 do dia 27/02/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/08/2024.
Código de controle da certidão: **F8A9.FEFC.88A3.DE52**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 00.778.049/0001-70
Certidão nº: 24555023/2024
Expedição: 09/04/2024, às 09:41:34
Validade: 06/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.778.049/0001-70, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
41015450-11	00.778.049/0001-70	03/1996

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP
Título do Estabelecimento	CATERVEL
Endereço do Estabelecimento	RUA PORTO VELHO, 55 - SAO CRISTOVAO - CEP 85816-160 FONE: (45) 3227-4844
Município de Instalação	CASCAVEL - PR, DESDE 03/1996 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2021
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4530-7/01 - COMERCIO POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4661-3/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUARIO; PARTES E PECAS 4681-8/05 - COMERCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES 4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	042.491.019-59	GERSON MIOTTO JUNIOR	SÓCIO
CPF	024.500.849-75	FABIO LUCIANO MERGEN	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	336.082.379-68	IZABEL CRISTINA RAMOS MIOTTO	SÓCIO

Este CICAD tem validade até 21/08/2024.

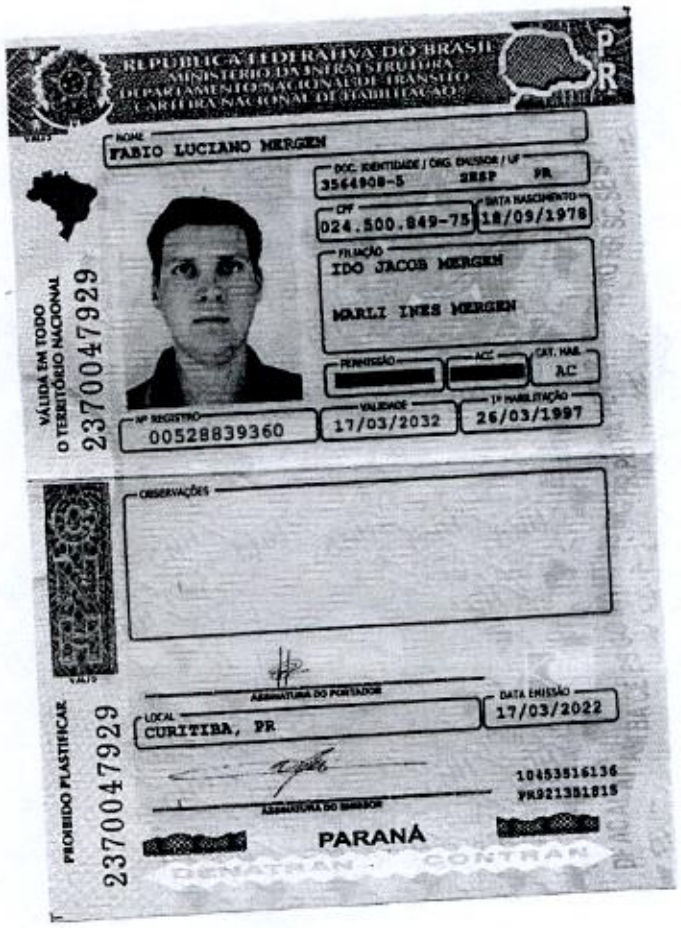
Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 41015450-11

Emitido Eletronicamente via Internet
22/07/2024 8:49:15

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
PR
NOME
FABIO LUCIANO MERGEN
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
3564908-5 SESP PR
CPF
024.500.849-75
DATA NASCIMENTO
18/09/1978
FILIAÇÃO
IDO JACOB MERGEN
MARLI INES MERGEN
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AC
Nº REGISTRO
00528839360
VALIDADE
17/03/2032
1ª HABILITAÇÃO
26/03/1997
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2370047929
OBSERVAÇÕES
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
CURITIBA, PR
DATA EMISSÃO
17/03/2022
ASSINATURA DO EMISSOR
10453816136
PR921381815
PARANÁ
DENATRAN - CONTRAN
PROIBIDO PLASTIFICAR
2370047929


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
PR
NOME
IZABEL CRISTINA RAMOS MIOTTO
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2129354-7 SESP PR
CPF
336.082.379-68
DATA NASCIMENTO
23/06/1954
FILIAÇÃO
ALBINO RAMOS
VENANCIA ANDRE RAMOS
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
Nº REGISTRO
03485110886
VALIDADE
22/07/2023
1ª HABILITAÇÃO
26/06/1997
OBSERVAÇÕES
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
CASCAVEL, PR
DATA EMISSÃO
25/07/2021
ASSINATURA DO EMISSOR
79752883055
PR918084133
PARANÁ
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2257902002
PROIBIDO PLASTIFICAR
2257902002


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
PR
NOME
GERSON MIOTTO JUNIOR
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
8309823-2 SESP PR
CPF
042.491.019-59
DATA NASCIMENTO
12/04/1984
FILIAÇÃO
GERSON MIOTTO
IZABEL CRISTINA RAMOS
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB
Nº REGISTRO
02410358055
VALIDADE
07/11/2022
1ª HABILITAÇÃO
21/06/2002
OBSERVAÇÕES
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
CASCAVEL, PR
DATA EMISSÃO
07/11/2017
ASSINATURA DO EMISSOR
75364054291
PR912218297
PARANÁ
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1529975352
PROIBIDO PLASTIFICAR
1529975352

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
00.778.049/0001-70 MATRIZ		24/08/1995

NOME EMPRESARIAL
CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CATERVEL-COMERCIO DE PECAS E SERVICOS	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.14-7-12 - Manutenção e reparação de tratores agrícolas
33.14-7-17 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
46.81-8-05 - Comércio atacadista de lubrificantes
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PORTO VELHO	55	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.816-160	SAO CRISTOVAO	CASCAVEL	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JRMIOTTO@HOTMAIL.COM	(45) 3227-4844/ (45) 8821-4714

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/02/2024** às **17:37:56** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP
CNPJ nº 00.778.049/0001-70
NIRE nº 41203335159 em 24/08/1995
OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL **Fls. 01**

IZABEL CRISTINA RAMOS MIOTTO, brasileira, casada em regime de comunhão Parcial de Bens, empresária, residente e domiciliada na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Porto Velho nº 71, apto 01, Bairro São Cristóvão, CEP 85.816-160, portadora da RG nº **2.129.354** SSP Pr e CPF MF nº **336.082.379-68** e **IZABELA MIOTTO,** brasileira, solteira, maior, nascida em 05 de Outubro de 1991, engenheira química, residente e domiciliada na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Porto Velho nº 71, apto 01, Bairro São Cristóvão, CEP 85.816-160, portadora da RG nº **10.396.765-1** SSP Pr e CPF MF nº **083.402.679-14**, sócios componentes da sociedade empresária limitada com o nome empresarial de **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP,** com sede e foro na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Porto Velho nº 71, Bairro São Cristóvão, CEP 85.816-160, com seu contrato social devidamente arquivado na MM Junta comercial do Paraná sob nº **41 2 0333515 9** por despacho em sessão de 24 de agosto de 1995 e posteriores alterações arquivadas sob nº **970216424** em sessão de 25 de fevereiro de 1997, nº **20040676722** em sessão de 18 de Fevereiro de 2004, nº **20080867421** em sessão de 03 de Março de 2008, nº **20106296019** em sessão de 21 de Junho de 2010, nº **20108982190** em sessão de 13 de Setembro de 2010, nº **20135649706** em sessão de 27 de Setembro de 2013 e nº **20203834690** em sessão de 04 de agosto de 2020, inscrito no CNPJ sob nº **00.778.049/0001-70, resolvem** por este instrumento particular modificar seu contrato social primitivo pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - Ingressa na sociedade neste ato **GERSON MIOTTO JUNIOR,** brasileiro, união estável, Bacharel em Direito, nascido em 12 de abril e 1984 em Cascavel – Paraná, residente e domiciliado na cidade e município de Toledo, Estado do Paraná, à Rua São João nº 8798, apto 32, Bairro Jardim Gisela, CEP 85.905-055, portador da RG nº **8.309.923-2** SESP PR e CPF MF nº **042.491.019-59** e ingressa também **FABIO LUCIANO MERGEN**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de Bens, nascido em 18 de setembro de 1978 em Medianeira – Paraná, engenheiro de controle e automação, residente e domiciliado na cidade e município de Cascavel,

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP.
CNPJ nº 00.778.049/0001-70
NIRE nº 41203335159 em 24/08/1995
OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL Fls. 02

Estado do Paraná, à Rua Tiradentes nº 1641, Bairro Country, CEP 85.813-200, portador da RG nº **3.564.908-5** SESP PR e CPF MF nº **024.500.849-75.**

Parágrafo Único: - Os sócios ingressantes declaram conhecer com exatidão a situação econômica e financeira da sociedade.

CLÁUSULA SEGUNDA: - A sede da empresa que era à Rua Porto Velho nº 71, Bairro São Cristóvão, CEP 85.816-160, cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, fica **alterado** para Rua Porto Velho nº **55**, Bairro São Cristóvão, CEP 85.816-160, cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA: -O endereço residencial da sócia **IZABEL CRISTINA RAMOS MIOTTO** que era à Rua Porto Velho nº 71, apto 01, Bairro São Cristóvão CEP 85.816-160, cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, fica **alterado** para à Rua Porto Velho nº 55, apto 01, Bairro São Cristóvão, CEP 85.816-160, cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná e da sócia **IZABELA MIOTTO** que era à Rua Porto Velho nº 71, apto 01, Bairro São Cristóvão, CEP 85.816-160, cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, fica **Alterado** para à Rua Tiradentes nº 1641, Bairro Country, CEP 85.813-200, cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA: - Em face ao casamento da sócia **IZABELA MIOTTO** esta passou a qualificar-se como **IZABELA MIOTTO MERGEN,** brasileira, casada em regime de comunhão Parcial de Bens, engenheira química, residente e domiciliada na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Tiradentes nº 1641, Bairro Country, CEP 85.813-200, portadora da RG nº **10.396.765-1** SESP PR. CPF MF nº **083.402.679-14.**

CLÁUSULA QUINTA: - Retira-se da sociedade neste ato a sócia **IZABELA MIOTTO MERGEN,** que vende suas **2.800** (duas mil e oitocentos) quotas de R$=1,00 (um real) cada, totalizando **R$=2.800,00** (dois mil e oitocentos reais) totalmente integralizado, ao sócio ingressante **FABIO LUCIANO MERGEN** pelo valor de R$=2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) pagos neste ato em moeda corrente do país.

CLÁUSULA SEXTA: - A sócia **IZABEL CRISTINA RAMOS MIOTTO** que possui na sociedade **67.200** (sessenta e sete mil e duzentas) quotas de **R$=1,00** (um real) cada, totalizando **R$=67.200,00** (sessenta e sete mil e duzentos reais) totalmente integralizado, vende neste ato ao sócio ingressante **FABIO LUCIANO MERGEN** a quantia de **28.700** (vinte e oito mil e setecentos) quotas de **R$=1,00** (um real), totalizando **R$=28.700,00** (vinte e oito mil e setecentos reais) pelo mesmo valor, pagos neste ato em moeda corrente do país e vende também ao sócio ingressante **GERSON MIOTTO JUNIOR** a quantia de **31.500** (trinta e uma e quinhentas) quotas de R$=1,00 (um real) cada, totalizando **R$=31.500,00** (trinta e um mil e quinhentos reais) pelo mesmo valor, pagos em moeda corrente do país.

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP.
CNPJ nº 00.778.049/0001-70
NIRE nº 41203335159 em 24/08/1995
OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL **Fls. 03**

CLÁUSULA SÉTIMA: - De conformidade com as cláusulas anteriores, o capital social da sociedade no valor de **R$=70.000,00** (Setenta mil reais) dividido em 70.000 (setenta mil) quotas de **R$=1,00** (um real) cada, totalmente integralizado na forma do artigo 1.081 e parágrafos do código civil está assim distribuído entre as sócias:

Sócios	Quotas	Capital
Izabel Cristina Ramos Miotto	7.000	**R$= 7.000,00**
Fabio Luciano Mergen	31.500	**R$=31.500,00**
Gerson Miotto Junior	31.500	**R$=31.500,00**
Totais	70.000	**R$=70.000,00**

CLÁUSULA OITAVA: - A empresa passará a partir desta data a operar com o ramo mercantil de: **Comércio atacadista de peças e acessórios para máquinas pesadas e veículos (CNAE 45.30-7/01), Comércio atacadista de peças para máquinas agrícolas (CNAE 46.61-3/00), Comércio de atacadista de lubrificantes (CNAE 46.81-8/05), Prestação de serviços de reparação e manutenção de máquinas pesadas. (CNAE 33.14-7/17), Serviços de reparação e manutenção de máquinas agrícolas (CNAE 33.14-7/12), Serviços de reparação e manutenção mecânica de caminhões, ônibus e veículos pesados (cnae 4520-0/01), Serviços de terraplanagem e limpeza de terrenos, transporte de terras e entulhos (CNAE 43.13-4-00) e Locação de máquinas pesadas e caminhões (CNAE 77.32-2/01).**

CLÁUSULA NONA: - A função de administradora da sociedade que era exercida pela sócia Srª. **IZABEL CRISTINA RAMOS MIOTTO,** passará a partir desta data a ser exercido pelo sócio **FABIO LUCIANO MERGEN** ao qual compete o uso da firma e a representação do ativo e passivo, judicial e extra judicial da sociedade, com poderes e atribuições de administrador, sendo-lhe entretanto vedado o seu emprego em operações ou negócios estranhos ao objeto ou interesse social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios, ficando dispensada de prestar caução a sociedade. **(Artigos 997, VI 1.013, 1.015 e 1.064 CC/2002).**

CLÁUSULA DÉCIMA- O sócio administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a atividade e a representação da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeito dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art. 1.011,

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP
CNPJ nº 00.778.049/0001-70
NIRE nº 41203335159 em 24/08/1995
OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL Fls. 04
inciso 1º CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: - A partir desta data a distribuição dos lucros não será proporcional as quotas de cada sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: - Da **Consolidação do contrato:** À vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o artigo **2.031** da lei **10.406/2002**, os sócios **resolvem** por este instrumento atualizar e **consolidar** o **contrato social,** tornando assim sem efeito a partir desta data as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que adequadas as disposições da referida lei aplicáveis a este tipo societário passa a ter a seguinte redação: -

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP
CNPJ nº 00.778.049/0001-70
NIRE nº 41203335159 em 24/08/1995

IZABEL CRISTINA RAMOS MIOTTO, brasileira, casada em regime de comunhão Parcial de Bens, empresária, residente e domiciliada na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Porto Velho nº 55, apto 01, Bairro São Cristóvão, CEP 85.816-160, portadora da RG nº **2.129.354** SSP Pr e CPF MF nº **336.082.379-68, GERSON MIOTTO JUNIOR,** brasileiro, união estável, Bacharel em Direito, nascido em 12 de abril e 1984 em Cascavel – Paraná, residente e domiciliado na cidade e município de Toledo, Estado do Paraná, à Rua São João nº 8798, apto 32, Bairro Jardim Gisela, CEP 85.905-055, portador da RG nº **8.309.923-2** SESP PR e CPF MF nº **042.491.019-59** e **FABIO LUCIANO MERGEN**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de Bens, nascido em 18 de setembro de 1978 em Medianeira – Paraná, engenheiro de controle e automação, residente e domiciliado na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Tiradentes nº 1641, Bairro Country, CEP 85.813-200, portador da RG nº **3.564.908-5** SESP PR e CPF MF nº **024.500.849-75,** sócios componentes da sociedade empresária limitada com o nome empresarial de **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP,** com sede e foro na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Porto Velho nº 55, Bairro São Cristóvão, CEP 85.816-160, com seu contrato social devidamente arquivado na MM Junta comercial do Paraná sob nº **41 2 0333515 9** por

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP
CNPJ nº 00.778.049/0001-70
NIRE nº 41203335159 em 24/08/1995
OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL Fls. 05

despacho em sessão de 24 de agosto de 1995 e posteriores alterações arquivadas sob nº **970216424** em sessão de 25 de fevereiro de 1997, nº **20040676722** em sessão de 18 de Fevereiro de 2004, nº **20080867421** em sessão de 03 de Março de 2008, nº **20106296019** em sessão de 21 de Junho de 2010, nº **20108982190** em sessão de 13 de Setembro de 2010, nº **20135649706** em sessão de 27 de Setembro de 2013 e nº **20203834690** em sessão de 04 de agosto de 2020 e inscrito no **CNPJ** sob nº **00.778.049/0001-70**.

CLÁUSULA PRIMEIRA: - A sociedade girará sob o nome empresarial de **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP.**

CLÁUSULA SEGUNDA: - A sociedade tem sua sede e foro na cidade e município de Cascavel, Estado do Paraná, à Rua Porto Velho nº 55, Bairro São Cristóvão, CEP 85.816-160 **(art. 997, II, C/C/2002).**

CLÁUSULA TERCEIRA: - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 01 de outubro de 1995.

CLÁUSULA QUARTA: - A sociedade tem por objetivo mercantil o ramo de: **Comércio atacadista de peças e acessórios para máquinas pesadas e caminhões (CNAE 45.30-7/01), Comércio atacadista de peças para máquinas agrícolas (CNAE 46.61-3/00), Comércio de atacadista de lubrificantes (CNAE 46.81-8/05), Prestação de serviços de reparação e manutenção de máquinas pesadas. (CNAE 33.14-7/17), Serviços de reparação e manutenção de máquinas agrícolas (CNAE 33.14-7/12), Serviços de reparação e manutenção mecânica de caminhões, ônibus e veículos pesados (cnae 4520-0/01), Serviços de terraplanagem e limpeza de terrenos, transporte de terras e entulhos (CNAE 43.13-4-00) e Locação de máquinas pesadas e caminhões (CNAE 77.32-2/01).**

CLÁUSULA QUINTA: - O capital social da sociedade no valor de R$=70.000,00 (Setenta mil reais) dividido em **70.000** (setenta mil) quotas de **R$=1,00** (um real) cada, totalmente integralizado na forma do artigo 1.081 e parágrafos do código civil está assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Quotas	Capital
Izabel Cristina Ramos Miotto	7.000	R$= 7.000,00
Fabio Luciano Mergen	31.500	R$=31.500,00
Gerson Miotto Junior	31.500	R$=31.500,00
Totais	70.000	R$=70.000,00

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP
CNPJ nº 00.778.049/0001-70
NIRE nº 41203335159 em 24/08/1995
OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL **Fls. 06**

CLÁUSULA SEXTA: - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social **(art. 1052 CC/2002).**

CLÁUSULA SÉTIMA: - As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios a quem ficam assegurados, em igualdade de condições, preço, direito e preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. **(Artigo 1.056 e 1.057 CC/2002).**

CLÁUSULA OITAVA: - O sócio que desejar transferir ou alienar suas quotas deverá notificar por escrito aos sócios remanescente discriminando o preço, prazo e forma de pagamento para que estes exerçam ou renunciam ao direito de preferência o que deverá fazer dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação ou em maior prazo a critério do sócio alienado. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de preferência as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA NONA: - A administração da sociedade caberá ao sócio **FABIO LUCIANO MERGEN** ao qual compete o uso da firma e a representação do ativo e passivo, judicial e extrajudicial da sociedade, com poderes e atribuições de administrador sendo-lhe entretanto vedado o seu emprego em operações ou negócios estranhos ao objeto ou interesse social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização das demais sócias, ficando dispensado de prestar caução a sociedade. **(Artigos 997, VI, 1.013, 1.015 e 1.064 CC/2002.)**

CLÁUSULA DÉCIMA:- O sócio administrador declara sob as penas da Lei, de que não está impedida de exercer a atividade e a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeito dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **(Art. 1.011 inciso 1º CC).**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: - Pelos serviços que prestar a sociedade perceberá o sócio a título de remuneração pro labore quantia mensal fixada de comum acordo, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: - Ao término de cada exercício social, em 31 de

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP.
CNPJ nº 00.778.049/0001-70
NIRE nº 41203335159 em 24/08/1995
OITAVA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL Fls. 07

dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. **(Artigo 1.065, CC/2002).**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: - Falecendo ou interditado qualquer um dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação aos seus sócios. **(Art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002).**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: - A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: - Declaram, sob as penas da lei, que se enquadram na condição de **Empresa de pequeno porte,** nos termos da Lei complementar nº 123 de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso. **(Artigos 1.071 e 1.072 inciso 2º artigo 1.078, CC/2002).**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: - A distribuição dos lucros não será proporcional as quotas de cada sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: - Os casos omissos ou dúvidas oriundas do presente contrato serão dirimidos pelas Leis e regulamentos pertinentes, ficando eleito o foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná.

E, por estarem assim justos, certos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento forma digital.

Cascavel (Pr), 07 de outubro de 2022.

Izabel Cristina Ramos Miotto

Izabela Miotto

Gerson Miotto Junior

Fabio Luciano Mergen

3º Tabelionato de Notas

Selo Digital Nº F231XXUqtTyRe1ToPcehov12j
Consulte esse selo em http://selo.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por Verdadeira a firma de GERSON MIOTTO JUNIOR. "0075" 567352". Dou fé
Cascavel-Paraná 11 de outubro de 2022 - 15:54:00h
Em Test" da Verdade
Elaine de Fatima Semim - Substituta

4º Tabelionato De Notas
CARTÓRIO

Marina Esteves Santos – Tabeliã
Rua São Paulo, 659 - Centro - CEP 85801-020
Fone (45) 3037-7444 - CASCAVEL - PARANÁ

Selo Digital F223X9UqtXbYWsIrozrfZfZyX
http://horus.funarpen.com.br/consulta

Reconheço por verdadeira a assinatura de **IZABELA MIOTTO (268180)** .*0121* 77315* Dou fé. Cascavel/PR, 08 de outubro de 2022.
Em Test° da Verdade
EMANUELLI ANTUNES PEREIRA MARTINS - Escrevente Autorizada

4º TABELIONATO DE NOTAS
Marina Esteves Santos
TABELIÃ
CASCAVEL - PARANÁ

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02450084975	FABIO LUCIANO MERGEN
33608237968	IZABEL CRISTINA RAMOS MIOTTO

JUCEPAR
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/10/2022 09:20 SOB Nº 20227075226.
PROTOCOLO: 227075226 DE 17/10/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12213589350. CNPJ DA SEDE: 00778049000170.
NIRE: 41203335159. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 07/10/2022.
CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 00.778.049/0001-70 INSC. EST.: 410.15450-11
MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS **FONE/FAX: (045)3227-4844**
RUA PORTO VELHO, 71 (Em frente a BR 467 km 4) - CEP 85816-160 – CASCAVEL - PR

ANEXO – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO MENOR

Ao Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33/2024.

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

A empresa **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **00.778.049/0001-70** sediada na **RUA PORTO VELHO Nº55**, declara, sob as penas da Lei, e para os fins previstos no artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima, durante a vigência do contrato, acarretará a sua rescisão.

CASCAVEL, 26 DE JULHO DE 2024.

CATERVEL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 00.778.049/0001-70

FABIO LUCIANO MERGEN:02450084975

Assinado de forma digital por FABIO LUCIANO MERGEN:02450084975
Dados: 2024.07.22 08:32:37 -03'00'

NOME: FABIO LUCIANO MERGEN

RG/CPF:3568908-5/0.24.500.849-75

CARGO: SÓCIO-GERENTE



CATERVEL

COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 00.778.049/0001-70 INSC. EST.: 410.15450-11

MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS **FONE/FAX: (045)3227-4844**

RUA PORTO VELHO, 71 (Em frente a BR 467 km 4) - CEP 85816-160 – CASCAVEL - PR

MODELO DE DECLARAÇÃO ME

A EMPRESA **CATERVEL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**, SOB CNPJ **00.778.049/0001-70**, SEDIADA A RUA **PORTO VELHO Nº 55**, COM SEDE EM CASCAVEL – PARANÁ, POR INTERMEDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL SR. **FABIO LUCIANO MERGEN**, PORTADOR DO RG **3568908-5** E DO CPF Nº **24500849-75**.

DECLARAMOS PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, ESPECIFICAMENTE PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRONICO Nº 16/2023, SOB AS PENAS DE LEI, SER ME MICRO EMPRESA ( ) EPP EMPRESA DE PEQUENO PORTE (X), NOS TERMOS DE LEGISLAÇÃO VIGENTE, NÃO POSSUINDO NENHUM DOS IMPEDIMENTOS PREVISTOS NA LEI COMPEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

CASCAVEL, 26 DE JULHO DE 2024.

CATERVEL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 00.778.049/0001-70

FABIO LUCIANO MERGEN:02450084975

Assinado de forma digital por FABIO LUCIANO MERGEN:02450084975
Dados: 2024.07.22 08:10:31 -03'00'

RENE MIGUEL BITDINGER:30400678934

Digitally signed by RENE MIGUEL BITDINGER:30400678934
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=AC ONLINE RFB v5, OU=AR CERTLINE SOLUCOES EM CERTIFICADOS, OU=Presencial, OU=19104167000120, CN=RENE MIGUEL BITDINGER:30400678934
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024.07.22 08:34:24-03'00'
Foxit PDF Reader Version: 2024.1.0

NOME: FABIO LUCIANO MERGEN

RG/CPF:3568908-5/0.24.500.849-75

CARGO: SÓCIO-GERENTE

NOME: RENE MIGUEL BITDINGER

RG/CPF:2228955/304.006.789-34

TÉCNICO CONTABIL

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR
COMARCA DE CASCAVEL-PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - TJPR

RODRIGO TIMÓTHEO TABORDA
DISTRIBUIDOR PÚBLICO

AVENIDA TANCREDO NEVES, 2320 - 1º ANDAR EDIFÍCIO DO FÓRUM - CEP 85805-000
FONE: (45) 3326-4479
CNPJ: 00.322.048/0001-16

CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

Rodrigo Timótheo Taborda, Oficial Designado do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, nos termos da Seção V do CNFJ:

Certifico que, revendo os registros desta Serventia, NÃO FORAM localizadas ações de FALÊNCIA OU CONCORDATA; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Lei nº 11.101/2005), em face de:

CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA
CNPJ: 00.778.049/0001-70

Dado e passado nesta cidade e comarca de CASCAVEL, Estado do PARANÁ, ao(s) 25 dia(s) do mês de julho do ano de 2024. Buscas procedidas no(s) ultimo(s) vinte ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
Oficial Titular

SERPRO
Assinado digitalmente por:
RODRIGO TIMOTHEO TABORDA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

0 000000 017234

EMOLUMENTOS DESTA CERTIDÃO: R$ 42,95
A presente Certidão Negativa somente terá validade com o Carimbo e ou Assinatura Digital do Oficial do Cartório Distribuidor.

KHETLLYN



CATERVEL

COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 00.778.049/0001-70 INSC. EST.: 410.15450-11

MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS **FONE/FAX: (045)3227-4844**

RUA PORTO VELHO, 71 (Em frente a BR 467 km 4) - CEP 85816-160 – CASCAVEL - PR

ANEXO – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA LICITAR

Ao Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33/2024.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

A empresa **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **00.778.049/0001-70**, sediada na **RUA PORTO VELHO N°55**, declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada a informar à Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência, conforme determina o artigo 32º, § 2º, da Lei 8.666/93.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

CASCAVEL, 26 DE JULHO DE 2024.

CATERVEL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 00.778.049/0001-70

FABIO LUCIANO MERGEN:02450084975

Assinado de forma digital por FABIO LUCIANO MERGEN:02450084975
Dados: 2024.07.22 08:33:03 -03'00'

NOME: FABIO LUCIANO MERGEN

RG/CPF:3568908-5/0.24.500.849-75

CARGO: SÓCIO-GERENTE

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.778.049/0001-70
Razão Social: CATERVEL COM PECAS E SERV LTDA
Endereço: RUA PORTO VELHO 71 / LOT STO ANTONIO / CASCAVEL / PR / 85808-670

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:21/07/2024 a 19/08/2024

Certificação Número: 2024072100320061143312

Informação obtida em 22/07/2024 08:18:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034096533-45

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **00.778.049/0001-70**
Nome: **CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 19/11/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITOS DE NEGATIVA

Nº 114647/2024

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Nome :	**2724910 - CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA**		
CNPJ/CPF:	00.778.049/0001-70		
Endereço:	RUA PORTO VELHO, 55		
Complemento:			
Bairro:	SÃO CRISTÓVÃO	CEP: 85.816-160	
Cidade:	Cascavel	Estado: Paraná	

[REQUERENTE]

Código:	2724910
Nome/Razão:	**CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA**
CNPJ/CPF:	00.778.049/0001-70

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data EXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado, ainda não vencidos, com exigibilidade suspensa ou garantidos através de penhora.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Conforme disposto no art. 108 do Código Tributário Municipal e no art. 206 do Código Tributário Nacional, esta certidão possui os mesmos efeitos da certidão negativa. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 22 de julho de 2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT221202-000-ULTBCAHLMCQETV-5



CATERVEL

COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 00.778.049/0001-70 INSC. EST.: 410.15450-11

MECÂNICA DE MÁQUINAS PESADAS **FONE/FAX: (045)3227-4844**

RUA PORTO VELHO, 71 (Em frente a BR 467 km 4) - CEP 85816-160 – CASCAVEL - PR

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33/2024.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº **00.778.049/0001-70**, sediada na **RUA PORTO VELHO Nº55**, declara para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 33/2024, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no previsto no artigo 63º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

CASCAVEL, 26 DE JULHO DE 2024.

CATERVEL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 00.778.049/0001-70

FABIO LUCIANO MERGEN:02450084975

Assinado de forma digital por FABIO LUCIANO MERGEN:02450084975
Dados: 2024.07.22 08:33:27 -03'00'

NOME: FABIO LUCIANO MERGEN

RG/CPF:3568908-5/0.24.500.849-75

CARGO: SÓCIO-GERENTE

JUCEPAR

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP **NIRE :** 41203335159 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2421853617
NIRE (Sede) 41203335159	**CNPJ** 00.778.049/0001-70	**Data de Ato Constitutivo** 24/08/1995	**Início de Atividade** 01/10/1995
Endereço Completo Rua PORTO VELHO, Nº 55, SAO CRISTOVAO - Cascavel/PR - CEP 85816-160			
Objeto Social COMERCIO ATACADISTA DE PECAS E ACESSORIOS PARA MAQUINAS PESADAS E VEICULOS, COMERCIO ATACADISTA DE PECAS PARA MAQUINAS AGRICOLAS, COMERCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES, PRESTACAO DE SERVICOS DE REPARACAO E MANUTENCAO DE MAQUINAS PESADAS, SERVICOS DE REPARACAO E MANUTENCAO DE MAQUINAS AGRICOLAS,SERVICOS DE REPARACAO E MANUTENCAO MECANICA DE CAMINHOES, ONIBUS E VEICULOS PESADOS, SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E LIMPEZA DE TERRENOS. TRANSPORTES DE TERRAS E ENTULHOS E LOCACAO DE MAQUINAS PESADAS E CAMINHOES.			
Capital Social R$ 70.000,00 (setenta mil reais) **Capital Integralizado** R$ 70.000,00 (setenta mil reais)		**Porte** EPP (Empresa de Pequeno Porte)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
FABIO LUCIANO MERGEN	024.500.849-75	R$ 31.500,00	Sócio	S	Indeterminado
Nome	**CPF/CNPJ**	**Participação no capital**	**Espécie de sócio**	**Administrador**	**Término do mandato**
GERSON MIOTTO JUNIOR	042.491.019-59	R$ 31.500,00	Sócio	N	Indeterminado
Nome	**CPF/CNPJ**	**Participação no capital**	**Espécie de sócio**	**Administrador**	**Término do mandato**
IZABEL CRISTINA RAMOS MIOTTO	336.082.379-68	R$ 7.000,00	Sócio	N	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
FABIO LUCIANO MERGEN	024.500.849-75	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data	**Número**	**Ato/eventos**	**Situação**
24/08/1995	41203335159	B02 / B02 - REGISTRO/CONSTITUICAO	ATIVA **Status** XXXXX

Esta certidão foi emitida automaticamente em 22/07/2024, às 08:50:43 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **WRAINKRY**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

SINTEGRA
Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná

IDENTIFICAÇÃO

Cadastro atualizado até a data da consulta — Data/Hora Host CELEPAR 20/07/2022 - 14:06:57

CNPJ:	00.778.049/0001-70	**Inscrição Estadual:**	41015450-11
Nome Empresarial:	CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA		

ENDEREÇO

Logradouro:	RUA PORTO VELHO		
Número:	71	**Complemento:**	
Bairro:	SAO CRISTOVAO		
Município:	CASCAVEL	**UF:**	PR
CEP:	85.816-160	**Telefone:**	(45)3227-4844
E-mail:	NÃO CADASTRADO		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4530701 - COMERCIO POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
Início das Atividades:	03/1996
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 03/1996
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 03/1996
Regime Tributário:	SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Consultar novo contribuinte do Paraná

Acessar cadastro de outros Estados

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 00778049000170

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 30/07/2024 08:12:15

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CATERVEL COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA**
CNPJ: **00.778.049/0001-70**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024.

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2024, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificação em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

- **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – CNPJ Nº 00.778.049/0001-70**

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DESCONTO OFERTADO %	VALOR TOTAL (R$)
01	01	PEÇAS E SERVIÇOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS	14,1%	97.113,64

Valor total para o fornecedor: R$ 97.113,64 (Noventa e sete mil cento e treze reais e sessenta e quatro centavos).

Desclassificações

- **NÃO HOUVE**

Inabilitações

- **NÃO HOUVE**

Três Barras do Paraná/Pr, 30 de julho de 2024.

Vanessa M. A. Oenning

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Pregoeira

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE SESSÃO - ADJUDICAÇÃO - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
Processo Administrativo Nº 64/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 15/07/2024 09:19:12

MOVIMENTOS DO PROCESSO

19/07/2024 09:17:47	**CADASTRO DE PROPOSTA**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
22/07/2024 13:34:52	**CADASTRO DE PROPOSTA**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI
24/07/2024 14:22:23	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI
25/07/2024 15:12:32	**CADASTRO DE PROPOSTA**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
25/07/2024 16:42:49	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

26/07/2024 09:24:01 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 26/07/2024 11:23

26/07/2024 09:27:46 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 8313d8c5415846f092ff201263148abb.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:27:47 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 08cf0c6e323545259cce5c2e2ada3fb2.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:27:48 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 51774a2c151346558041da68c711e823.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:27:49 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 3143ab64a62b4cea8dde729e35f60a94.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:27:50 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo a4353aaf8a2640bcb8d31786752322e5.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:27:56 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 1676656d07c54eff9a2fada0bd38fe54.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:27:58 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 1ff91844d3434d9c86b7ceac549d0c4c.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:27:59 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo f93a99bd85754c6c95b2648aa017d867.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:28:01 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo bb91234b50ee483f805270972afeef34.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:28:03 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 3eaa1e927f1d475cbb33895399ed873e.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:28:03 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 0207f3e070324030b64cf21d4dd763b7.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:28:04 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 4ba86744657743a0a3bffd70e6cb9d59.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:28:05 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 2329ceb3651f4c768b19ee79f586d431.pdf aos documentos complementares.

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

26/07/2024 09:28:06 MENSAGEM PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo d5892ed9e43c4a9bbef370bf11fad18a.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:28:06 MENSAGEM PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 64913039f0c441dfb2019480224acfa5.pdf aos documentos complementares.

26/07/2024 09:28:26 MENSAGEM PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo e4ca11aad1334098abb9d3249ead5bf0.zip aos documentos complementares.

26/07/2024 09:29:15 MENSAGEM PREGOEIRO
O participante CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA adicionou o arquivo 277edf4edb444552830d1d0324b57ca3.pdf aos documentos complementares.

30/07/2024 08:14:44 MENSAGEM PREGOEIRO
bom dia, a empresa CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA apresentou toda a documentação de acordo com as exigências do edital e esta declarada habilitada no certame e vencedora do item do objeto

30/07/2024 08:15:14 MENSAGEM PREGOEIRO
desta forma, a fase para manifestação de intenção de recursos será hoje a partir das 10 horas da manhã

30/07/2024 08:15:25 MENSAGEM PREGOEIRO
e terá a duração de 15 minutos

LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 97.133,6412 **Valor Total:** 97.133,6412

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E	136	00.778.049/0001-70	109.685,2526	97.133,6412	14,10	Sim
2	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS	066	27.014.321/0001-00	110.816,0284	97.246,7188	14,00	Sim
3	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME	134	12.947.184/0001-80	111.381,4163	98.377,4946	13,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

15/07/2024 09:19:11	**PUBLICADO**		
15/07/2024 15:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
26/07/2024 08:00:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
26/07/2024 09:01:33	**DISPUTA**		
26/07/2024 09:01:33	**LANCE**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI (PARTICIPANTE	**2,00**
26/07/2024 09:01:33	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,00**
26/07/2024 09:01:33	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	1,50
26/07/2024 09:04:05	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**3,10**
26/07/2024 09:09:19	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,11**
26/07/2024 09:09:45	**LANCE**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI (PARTICIPANTE	**3,20**

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

26/07/2024 09:09:45	**PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA**		
26/07/2024 09:09:56	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,21**
26/07/2024 09:11:21	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**3,22**
26/07/2024 09:11:31	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,23**
26/07/2024 09:11:46	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**3,25**
26/07/2024 09:11:54	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,26**
26/07/2024 09:12:08	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**3,30**
26/07/2024 09:12:18	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**3,31**
26/07/2024 09:12:49	**LANCE**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI (PARTICIPANTE	**5,00**
26/07/2024 09:13:02	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,01**
26/07/2024 09:14:04	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**5,02**
26/07/2024 09:14:11	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	5,03
26/07/2024 09:14:29	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**5,50**
26/07/2024 09:14:36	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,51**
26/07/2024 09:15:04	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**5,60**
26/07/2024 09:15:17	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,61**
26/07/2024 09:15:45	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**5,70**
26/07/2024 09:15:52	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,71**
26/07/2024 09:16:06	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**5,80**
26/07/2024 09:16:14	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**5,81**
26/07/2024 09:16:59	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**6,00**
26/07/2024 09:17:05	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**6,01**
26/07/2024 09:17:11	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**7,00**
26/07/2024 09:17:22	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**7,01**
26/07/2024 09:17:28	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**8,00**
26/07/2024 09:17:36	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**8,01**
26/07/2024 09:17:42	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	9,00
26/07/2024 09:17:50	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**9,01**
26/07/2024 09:17:57	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**10,00**
26/07/2024 09:18:05	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**10,01**
26/07/2024 09:18:12	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**11,00**
26/07/2024 09:19:04	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**11,01**
26/07/2024 09:19:12	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**12,00**
26/07/2024 09:19:23	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**12,01**
26/07/2024 09:19:30	**LANCE**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	**13,00**
26/07/2024 09:19:56	**LANCE**	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI (PARTICIPANTE	**14,00**
26/07/2024 09:20:06	**MENSAGEM**	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME (PARTICIPANTE 134)	
Bom dia, Srº Pregoeiro.			
26/07/2024 09:20:07	**LANCE**	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE	**14,10**
26/07/2024 09:20:26	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
Bom dia			
26/07/2024 09:22:07	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA			
26/07/2024 09:22:07	**HABILITAÇÃO**		
30/07/2024 10:03:24	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

30/07/2024 10:18:25 EM ADJUDICAÇÃO

30/07/2024 16:20:26 ADJUDICADO

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Assistente Administrativo [redacted]

Diretora do Departamento de Contabilidade MIRIA KUNHEN MENCATTO

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
Processo Administrativo Nº 64/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 15/07/2024 09:19:12

TOTAL DO PROCESSO: **97.133,6412**

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA **00.778.049/0001-70** **97.133,6412**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 136 Lance: 14,10 **Total: 97.133,6412**

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS

Quantidade: 1 Val. Ref.: 113.077,58 **Valor Unit.: 97.133,6412** Total Item: 97.133,6412

Vanessa M. A. Oenning

PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Assistente Administrativo [redacted]

Miria K. Mencatto

Diretora do Departamento de Contabilidade MIRIA KUNHEN MENCATTO

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
Processo Adm: Nº 64/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS

Empresas vencedoras valor total: R$ 97.133,64 (noventa e sete mil e cento e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos): **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA** (00778049000170) com os lotes: 1 no valor total de R$ 97.133,64 (noventa e sete mil e cento e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), terça-feira, 30 de julho de 2024

Vanessa M. A. Oenning

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
CONDUTOR DE PROCESSOS

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
Processo Adm: Nº 64/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS

Empresas vencedoras valor total: R$ 97.133,64 (noventa e sete mil e cento e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos): **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA** (00778049000170) com os lotes: 1 no valor total de R$ 97.133,64 (noventa e sete mil e cento e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), terça-feira, 30 de julho de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE DE PROMOTOR

40	613.226,22	7.365.900,61
41	613.626,26	7.366.297,02
42	613.660,98	7.366.302,31
43	613.671,23	7.366.266,38
44	613.637,89	7.366.256,22

Área: 0,125 Km²

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:3D0FF341

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2024, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificação em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – CNPJ Nº 00.778.049/0001-70

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DESCONTO OFERTADO %	VALOR TOTAL (R$)
01	01	PEÇAS E SERVIÇOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA VOLVO MODELO EC140, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS	14,1%	97.113,64

Valor total para o fornecedor: R$ 97.113,64 (Noventa e sete mil cento e treze reais e sessenta e quatro centavos).

Desclassificações

NÃO HOUVE

Inabilitações

NÃO HOUVE

Três Barras do Paraná/Pr, 30 de julho de 2024.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Pregoeira

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:D50CAF00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS (PAAR)

Terça-feira, julho 30, 2024

Plano Anual de Aplicação dos Recursos

(PAAR)

Atenção! Leia o texto a seguir antes de iniciar o preenchimento:

A elaboração do PAAR deve passar por um procedimento de planejamento participativo, o que pressupõe a realização de consultas e audiências públicas, com a participação de agentes culturais e a população local, preferencialmente por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Cultura. O PAAR é um instrumento previsto na própria Lei da PNAB (parágrafo único do art. 3º da Lei 14.399/2022).

Dúvidas sobre a elaboração do PAAR e preenchimento do formulário podem ser enviadas para o e-mail

pnab@cultura.gov.br.

Dados do Plano de Ação

N.º do Plano de Ação: 30882120230005-019173

UF Ente Recebedor: PR

Ente Recebedor: MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA

CNPJ Ente Recebedor: 68.703.834/0001-05

Valor Total do Plano de Ação: R$ 63.313,30

Masked Input 63 313.30

DADOS PARA CONTATO

Dados do (a) responsável pelo preenchimento do PAAR

Nome ANDRÉ LUIZ BATISTA DE PAULA

Cargo DIRETOR MUNICIPAL DE CULTURA

Telefone (41) 98722-4709

E-mail andreculturatunas@gmail.com

Sou o gestor responsável pela pasta de cultura Sim

ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
Processo Adm: Nº 64/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS

Empresas vencedoras valor total: R$ 97.133,64 (noventa e sete mil e cento e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos): **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA** (00778049000170) com os lotes: 1 no valor total de R$ 97.133,64 (noventa e sete mil e cento e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 31 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
AUTORIDADE COMPETENTE

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
Processo Administrativo Nº 64/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 15/07/2024 09:19:12

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 31/07/2024 09:13:25
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 97.133,6412 **Valor Total:** 97.133,6412

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME
1	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E	136	00.778.049/0001-70	109.685,2526	97.133,6412	14,10	Sim
2	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS	066	27.014.321/0001-00	110.816,0284	97.246,7188	14,00	Sim
3	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME	134	12.947.184/0001-80	111.381,4163	98.377,4946	13,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Lance(%)	ME

AUTORIDADE: GERSO FRANCISCO GUSSO

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

RELATÓRIO DE LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024

Processo Administrativo Nº 64/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Data de Publicação: 15/07/2024 09:19:12

LOTE 1 - Lote 1

26/07/2024 09:01:33 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **3.00**

26/07/2024 09:01:33 HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI
VÁLIDO **2.00**

26/07/2024 09:01:33 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **1.50**

26/07/2024 09:04:05 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **3.10**

26/07/2024 09:09:19 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **3.11**

26/07/2024 09:09:45 HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI
VÁLIDO **3.20**

26/07/2024 09:09:56 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **3.21**

26/07/2024 09:11:21 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **3.22**

26/07/2024 09:11:31 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **3.23**

26/07/2024 09:11:46 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **3.25**

26/07/2024 09:11:54 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **3.26**

26/07/2024 09:12:08 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **3.30**

26/07/2024 09:12:18 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **3.31**

26/07/2024 09:12:49 HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI
VÁLIDO **5.00**

26/07/2024 09:13:02 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **5.01**

26/07/2024 09:14:04 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **5.02**

26/07/2024 09:14:11 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **5.03**

26/07/2024 09:14:29 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **5.50**

26/07/2024 09:14:36 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **5.51**

26/07/2024 09:15:04 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **5.60**

26/07/2024 09:15:17 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **5.61**

26/07/2024 09:15:45 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **5.70**

26/07/2024 09:15:52 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **5.71**

26/07/2024 09:16:06 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **5.80**

26/07/2024 09:16:14 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **5.81**

26/07/2024 09:16:59 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **6.00**

26/07/2024 09:17:05 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **6.01**

26/07/2024 09:17:11 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **7.00**

26/07/2024 09:17:22 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **7.01**

26/07/2024 09:17:28 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **8.00**

26/07/2024 09:17:36 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **8.01**

26/07/2024 09:17:42 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **9.00**

26/07/2024 09:17:50 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **9.01**

26/07/2024 09:17:57 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **10.00**

26/07/2024 09:18:05 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **10.01**

26/07/2024 09:18:12 JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME
VÁLIDO **11.00**

26/07/2024 09:19:04 CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
VÁLIDO **11.01**

MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA
TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

26/07/2024 09:19:12	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME	
VÁLIDO		**12.00**
26/07/2024 09:19:23	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	
VÁLIDO		**12.01**
26/07/2024 09:19:30	JM MACHADO RETIFICA EIRELLI - ME	
VÁLIDO		**13.00**
26/07/2024 09:19:56	HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS EIRELI	
VÁLIDO		**14.00**
26/07/2024 09:20:07	CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	
VÁLIDO		**14.10**

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS N° 195/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME DE EXECUÇÃO **POR PREÇO GLOBAL**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** E A EMPRESA **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o N° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, **Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO**, inscrito no CPF/MF sob N° 409.XXX.XXX-59 e portador da Carteira de Identidade N° 902.XXX.XXX-2 SSP/RS, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, doravante designado **CONTRATANTE**, de um lado e, de outro, a empresa **CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Rua Porto Velho, n°55, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o N° 00.778.049/0001-70, neste ato representada por seu representante legal, ao fim assinado, Sr. **FABIO LUCIANO MERGEN** inscrito no CPF n° 024.XXX.XXX-75 e portador do RG n° X.564.908-5 SSP/PR, doravante designada **CONTRATADA**;

Estando às partes sujeitas as normas das Leis Federal N° 14.133/21, AJUSTAM o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS, em decorrência da Licitação Modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA N° 33/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
Artigo 92, incisos I, II, III e IV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS.

PARAGRAFO SEGUNDO – O (s) projetos (is) deverá (ão) atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência do Pregão Eletrônico N° 33/2024.

PARAGRAFO TERCEIRO - Os materiais deverão ser entregues em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da CONTRATANTE, assim como ao que dispõe o Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2024 e seus anexos.

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

PARAGRAFO QUARTO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução do presente contrato.

PARAGRAFO QUINTO – O presente contrato seguirá o regime de execução POR PREÇO GLOBAL

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

Artigo 92, inciso V da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a entregar os projetos, objeto deste Contrato, pelo valor total de R$ 97.113,64 (Noventa e sete mil cento e treze reais e sessenta e quatro centavos), daqui por diante denominado como valor contratual, conforme tabela a seguir:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DESCONTO OFERTADO %	VALOR TOTAL (R$)
01	01	PEÇAS E SERVIÇOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS	14,1%	97.113,64

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 134 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Artigo 92, incisos VI, VIII e IX da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato e a conferência da quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, conferência pelo fiscal das "peças usadas" que foram substituídas, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Atestado de recebimento expedido pelo Órgão solicitante;
b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista;
c) Termo de Garantia (conforme Termo de Referência);
d) Documento Fiscal da compra das peças que foram substituídas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica orçamentária.

a) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00
b) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas em 02 (Duas) vias, devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA.
PARÁGRAFO SEXTO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO OITAVO – Não se aplica matriz de risco ao presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA
Artigo 92, incisos VII, XII, XIII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto tem como regime de execução indireta, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Termo de Referência, após Ordem de Serviço (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega é de **30 (trinta) dias corridos**, iniciando-se o prazo a partir da emissão da Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Compras

PARÁGRAFO TERCEIRO - A vigência do presente contrato é de 180 (cento e oitenta) dias iniciando a partir da publicação do extrato do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados e acatados pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE
Artigo 92, incisos XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2024 e seus anexos, os encargos a seguir:

a) Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;
c) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
d) Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Artigo 92, incisos XVI, XVII da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos no Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2024 e seus anexos, os encargos a seguir:

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes ao Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2024 e seus anexos;
b) Possuir quantitativos suficientes para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;
c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;
f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;
g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;
h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;
i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
CAPÍTULO II-B da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Artigo 92, XIV da Lei N° 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do Artigo 156, § 2° da Lei N° 14.133/2021.
b) **Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
   c.1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.
d) **Multa Moratória** de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;
e) **Multa Compensatória** para as infrações descritas no Item **"23.1."** do Edital no percentual de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, nos termos do Artigo 156, § 9° da Lei N° 14.333/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e ampla defesa, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei N° 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

Art. 92, XIX da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato poderá ser extinto de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Nenhum equipamento fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do MUNICÍPIO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

d) A CONTRATADA não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GERENCIA E FISCALIZAÇÃO

Artigo 117 da Lei 14.133/21

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato cabem à Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica designado como gestor deste contrato:

a) WALDIR ANTONIO TODESCATTO, Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, CPF/MF 906.XXX.XXX-59.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

a) **FISCAL TITULAR:** RUDINEY MARCHIORO, Mecânico, CPF N° 467.XXX.XXX-87, fiscal titular da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

b) **FISCAL SUPLENTE:** DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF N° 034.XXX.XXX-36, fiscal suplente da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

PARÁGRAFO QUINTO - Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO NONO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

Artigo 39, inciso I da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico N° 33/2024 e seus anexos e, na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Três Barras do Paraná, 31 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO: 40988660059

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

FABIO LUCIANO MERGEN:02450084975

Assinado de forma digital por FABIO LUCIANO MERGEN:02450084975
Dados: 2024.07.31 15:55:36 -03'00'

CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP
FABIO LUCIANO MERGEN
Representante Legal
CONTRATADA

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

Testemunhas:

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS SNIEZKO
Data: 31/07/2024 11:33:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

determinado, conforme legislação trabalhista em vigor, regido pelas cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica alterada a cláusula PRIMEIRA do 1° termo aditivo datado de 31 de julho de 2024, passando o prazo prorrogado para 20 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA:
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato e 1° termo aditivo, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente 2° termo aditivo.

Três Barras do Paraná, 31 de julho de 2024.

Município Três Barras do PR
PEDRO BIANCHIN DOS SANTOS

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:CE41E790

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024

Processo Adm: Nº 64/2024

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS
Empresas vencedoras valor total: R$ 97.133,64(noventa e sete mil e cento e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos):**CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**(00778049000170) com os lotes: 1 no valor total de R$ 97.133,64 (noventa e sete mil e cento e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão de atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 31 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:E5EB46A8

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024

Processo Adm: Nº 64/2024

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS
Empresas vencedoras valor total: R$ 97.133,64(noventa e sete mil e cento e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos):**CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**(00778049000170) com os lotes: 1 no valor total de R$ 97.133,64 (noventa e sete mil e cento e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), terça-feira, 30 de julho de 2024

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:E6D94671

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 195/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RETÍFICA COMPLETA DO MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO MODELO EC140, DE PRORIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E OUTRAS DESPESAS CORRELACIONADAS
PARTES: Município de Três Barras do Paraná e CATERVEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
FUNDAMENTO: Lei Federal Nº 14.133/21 e Pregão Eletrônico a nº 33/2024
VALOR: R$ 97.113,64 (Noventa e sete mil cento e treze reais e sessenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 180 (Cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado.
DATA DE ASSINATURA: 31 de julho de 2024.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:10CA5D8E

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/2024

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09:00 HORAS** do dia **15 DE AGOSTO DE 2024**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA UTILIZAÇÃO NA LAVANDERIA DO HOSPITAL MUNICIPAL.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná/PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 31 de julho de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:05C857E9